

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CULTURA E SOCIEDADE

FRANCISCA ROSEMARY FERREIRA DE CARVALHO

REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM PELA VELHICE: a fotografia enquanto memória de indivíduos abrigados em instituto de longa permanência – Asilo de Mendicidade de São Luís

São Luís
2012

FRANCISCA ROSEMARY FERREIRA DE CARVALHO

REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM PELA VELHICE: a fotografia enquanto memória de indivíduos abrigados em instituto de longa permanência – Asilo de Mendicidade de São Luís

Dissertação apresentada ao Departamento de Pós-Graduação da Universidade Federal do Maranhão, como parte das exigências à obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Orientador: Profº Drº Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira.

São Luís
2012

Carvalho, Francisca Rosemary Ferreira de
Representação da imagem pela velhice: a fotografia enquanto memória de
indivíduos abrigados em instituto de longa permanência – Asilo de Mendicidade
de São Luís / Francisca Rosemary Ferreira de Carvalho. – 2012.
110f., il.

Impresso por computador(Fotocópia).

Orientador: Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-
Graduação em Cultura e Sociedade, 2012.

1. Sociologia da cultura 2. Imagem Fotográfica – Velhice 3. Memória 4. Asilo de
Mendicidade I. Título

CDU: 316.7

FRANCISCA ROSEMARY FERREIRA DE CARVALHO

REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM PELA VELHICE: a fotografia enquanto memória de indivíduos abrigados em instituto de longa permanência – Asilo de Mendicidade de São Luís

Dissertação apresentada ao Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão, como parte das exigências à obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Aprovada em ____/____/2012.

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Profº Dr Alexandre Fernandes Corrêa
Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Antonia da Silva Mota
Universidade Federal do Maranhão

A Deus pela infinita onipotência, onipresença
e onisciência;
A minha mãe com carinho;
A minha irmã Rosário pelo companheirismo e
amizade que me possibilitou vencer esta etapa;
A meu pai (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Ao Asilo de Mendicidade que abriu suas portas e permitiu que pudéssemos realizar nosso trabalho. Em especial às profissionais Socorro e Maria José que mediarão os contatos; a realização das entrevistas; ajudaram-nos na localização de documentos e fotografias, desta forma, contribuindo para que a pesquisa fosse construída em base sólida de informações.

Ao pesquisador nato Prof^o José Sobrinho, pelos vários encontros na Biblioteca Pública (na Rua do Egito) e pela incansável vontade de nos ajudar nas buscas por informações nas microfilmagens dos jornais de São Luís.

À minha irmã Rosário de Carvalho pelo apoio afetivo e instrumental para a conclusão do mestrado.

À Bianca Randressa Figueredo de Carvalho pelo apoio durante a pesquisa de campo.

À Bárbara Rarine de Carvalho Nery pela gentileza de fazer o abstract.

Ao Eduardo Cordeiro pelas maravilhosas aulas sobre Fotografia.

À Prof^a Terezinha de Jesus Campos Lima pelas conversas e orientações quanto aos temas: velho, velhice e envelhecimento.

À Denise Bogéa por ter me apresentado o catálogo Imagens Humanas que fez suscitar diálogos entre imagem fotográfica e velhice.

Ao Prof^o Murilo Santos pelo riquíssimo diálogo sobre velho, velhice e Asilo de Mendicidade de São Luís, que contribuiu para compor parte do meu trabalho.

À Angélica, Conceição, Edeleina, Francisca, Ijaracy, Maria das Mercês, Maria do Carmo, Lourdes, Rosária, Tomázia, Tomazinha, Bernardina, Wanderliza, Vanda, Luiza, Boanerges, Adelino, Daniel, Francisco, Carvalho, Ribamar, Lauro, Manoel e Raimundo por terem nos permitido compartilhar de momentos enriquecedores e que nos levaram a reflexão sobre a existência humana.

Ao Prof^o Dr. Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira pela orientação do trabalho.

Ao Prof^o Dr. Alexandre Fernandes Corrêa e ao Prof^o Dr. José O. Alcântara Jr. pela participação na banca de qualificação e às contribuições pertinentes para nortear o rumo da pesquisa de campo.

A todos aqueles que, embora seus nomes não estejam aqui relacionados, foram muito importantes para a concretização deste trabalho.

“O tempo que altera as pessoas não modifica a imagem que guardamos delas [...], pois a memória, ao introduzir o passado no presente, suprime exatamente essa grande dimensão do tempo, de acordo com o qual a vida se realiza”. (Marcel Proust)

RESUMO

A velhice que se encontra abrigada no Asilo de Mendicidade de São Luís nas primeiras décadas do século XXI, tendo a fotografia como recurso metodológico e instrumento de acesso à memória daqueles indivíduos. Este estudo faz algumas reflexões sobre a imagem como construto de significados, trazendo um conceito de representação que a em contornos fotográficos enquanto representação do real. E proporciona um diálogo entre a fotografia e a velhice um mecanismo de acesso à memória e de busca ao passado, como forma de compreender essa relação com os velhos no ambiente asilar pesquisado. Analisa ainda, as características positivas e negativas atribuídas à categoria velhice que foram construídas e que se cristalizaram no âmbito sócio-cultural e que contribuíram para a concepção do que é ser velho, velhice e envelhecimento na sociedade ocidental. Procurou-se a definição e características de Instituto de Longa Permanência para Idosos – ILPIs, termo mais recentemente adotado pelos órgãos que tratam do assunto, na tentativa de entender em que se difere dos Asilos. Através de pesquisas bibliográficas, revisita-se a história do Asilo de Mendicidade de São Luís, do início do século XX, período de sua fundação, para compreender sua função na sociedade daquela época e sua relevância para aqueles que, hoje, ali se encontram internados. Por fim, apresentam-se imagens fotográficas coletadas durante a entrevista realizada com os asilados, sendo assumido um papel de instrumento de busca pela memória. Essa interação entre fotografia e a velhice permitiu dar visualidade e amplitude de sentidos àquelas imagens, que por algum tempo, ficaram veladas naquele ambiente.

Palavras-chave: Imagem fotográfica. Memória. Velhice. Asilo de Mendicidade.

ABSTRACT

The old age which is housed in the Begging Asylum is taking photography as a methodological resource and instrument access to the memory of those individuals. We try to make reflections on the image to construct meanings, concept representation intrinsic to the sign seeking configure the photographic image as a representation of reality. Weaves a dialogue between photography and aging mechanisms as memory access and search the past. We present a study on aging in Western society through a brief history covering the ways in which the studies could advance reaching the status of science as well as advances in the aging process in post modernity. It highlights the positive and negative characteristics attributed to old age category that were built and that crystallized within sociocultural. Travels up the story of Begging Asylum of São Luís, with the founding period, according to the purpose of social panorama of the early twentieth century to get to today, with its new residents. Finally, we present images collected during interviews with inmates and assuming the role of search tool for memory. This interaction between age and allowed to photograph those visual images, which for some time were veiled in that environment.

Keywords: Photo Image. Memory. Old Age. Nursery Home.

LISTA DE FOTOS

Foto 1	– Encontro de vidas	31
Foto 2	– Mãe de D.Lourdes	94
Foto 3	– Pai de D.Lourdes	94
Foto 4	– PortaRetratos (Meus pais)	95
Foto 5	– Enlace matrimonial	96
Foto 6	– O retrato	97
Foto 7	– Encontro de vidas	98
Foto 8	– Festividade	99
Foto 9	– Festividade	99
Foto 10	– Festividade.....	99
Foto 11	– Festa de casamento	101

LISTA DE SIGLAS

AMSL	- Asilo de Mendicidade de São Luís
ANVISA	- Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AVDs	- Atividades da Vida Diária
BPC	- Benefício da Prestação Continuada
DIEESE	- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILPIs	- Instituto de Longa Permanência de Idosos
ICV/SP	- Índice de Custo de Vida/São Paulo
INSS	- Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
LOAS	- Lei Orgânica de Assistência Social
OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNI	- Política Nacional do Idoso
RCD	- Resolução da Diretoria Colegiada
SBGG	- Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SEDH	- Secretaria Especial de Direitos Humanos
SM	- Salário mínimo
SUS	- Sistema Único de Saúde
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFLEXÕES SOBRE A IMAGEM COMO CONSTRUTO DE SIGNIFICADOS	21
2.1	Imagem: conceito de representação intrínseco ao signo	25
2.2	O significado de representação da imagem fotográfica	30
3	DIÁLOGO ENTRE IMAGEM FOTOGRÁFICA, MEMÓRIA E VELHICE .	37
4	O ESTUDO SOBRE ENVELHECIMENTO NA SOCIEDADE OCIDENTAL	45
4.1	Breve histórico sobre a velhice e os estudos científicos da longevidade na Pós-Modernidade	46
4.2	Antagonismo inerente a categoria velhice	49
4.3	A longevidade e o processo de envelhecimento populacional no Brasil	56
4.3.1	Diferença de gênero.....	59
4.3.2	Situação econômica familiar	61
4.4	A reconfiguração da família na sociedade brasileira e sua consequência para o asilamento	63
5	INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS NO BRASIL: definições e similaridade com os asilos	77
5.1	Panorama atual dos ILPIs no Brasil	82
6	ASILO DE MENDICIDADE DE SÃO LUIS	85
6.1	A fotografia e a velhice: memórias re(veladas) no Asilo de mendicidade de São Luís	91
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
	REFERÊNCIAS	105
	Apêndice A – Roteiro da entrevista realizada no Asilo de Mendicidade de São Luís	110

1 INTRODUÇÃO

O Corpo¹ é uma das fontes de estudo nas diversas áreas do conhecimento. Ao longo da história da arte, o corpo humano tem sido objeto de representação em várias linguagens². Tem-se apresentado como fonte de estudo nas pesquisas voltadas para as artes visuais apropriando-se de imagens com o intuito de despertar uma reflexão sobre os problemas existentes no cotidiano dos sujeitos e, conseqüentemente, na sociedade. As artes visuais podem compartilhar o desafio de entender e significar o mundo e sua diversidade e foi com esse entendimento que na pós-graduação *latu sensu*, de forma incipiente, fez-se um estudo voltado para a volumetria do corpo humano recorrendo a uma das linguagens das artes visuais: a pintura.

Naquele estudo, a pintura foi concebida como um plano composto com elementos e cenários que lhe atribuem significados particulares. Por isso, escolheram-se as obras do pintor colombiano Fernando Botero por apresentar o corpo humano em expansão volumétrica; pessoas rotundas. Ele experimenta a criação do volume em suas pinturas, expandindo as figuras e comprimindo o espaço em torno delas. (BOTERO, 2009). Retrata plasticamente corpos de forma deformada, fugindo ao padrão de beleza da Grécia Antiga que influenciou a arte ocidental, na busca da beleza perfeita, na distribuição simétrica ou no equilíbrio preciso das formas.

A intenção daquele trabalho foi apresentar as pinturas de Botero como ponto inicial para a discussão de um problema da atualidade e de contingência mundial: as doenças de caráter nutricional, tendo como recurso plástico as pinturas do artista, que associa as

¹ No imaginário cultural, o corpo transcende os limites do biológico e se transforma em ator social com seus gestos, posturas, hábitos, vícios que insere o sujeito como membro de um grupo social. Assim, o estudo sobre a concepção e codificação do corpo na cultura moderna revela que um outro olhar e uma atenção diferenciada estão relacionados às mudanças dos códigos sociais. José Gil (apud De Leo, 2002), filósofo português, refere-se ao corpo como uma “infralíngua” em comunicação com o mundo – porque fala. Os antropólogos são unânimes ao apontar a dimensão social do corpo - Geertz (1978) dizia que nada melhor do que o estudo do corpo para aferir-se a vida social de um povo. Nele, encontraremos marcas dos tabus, dos rituais, do sagrado e da magia, e acrescentaríamos – do preconceito. O discurso do corpo fala das relações internas à sociedade – é também nele que veremos expressar-se a busca da felicidade plena. Palco privilegiado dos paradoxos e dos conflitos, o corpo que almeja sua singularidade é o mesmo que tenta negar a diferença e a alteridade. Cf. Joana V. NOVAES. De Cinderela a Moura Torta. p. 9-36.

² Principalmente na escultura e na pintura. Na escultura, inicialmente, por ser considerada de grande importância para a expressão do belo. E na pintura, através da perspectiva renascentista, como o trabalho realizado por Da Vinci, que redescobre as proporções matemáticas do corpo humano ratificando o estudo da perspectiva como regra da validade universal. A representação do corpo nas décadas de 1960 e 70, que até então era objetivado pela escultura e pela pintura, apresenta-se como suporte para a arte através de happening, body art e performance. Consultar GLUSBERG, Jorge. Arte da Performance. São Paulo: Perspectiva, 2008.

formas rotundas como representação da riqueza e ostentação. Assim, foi possível utilizar a linguagem das artes visuais como instrumento de análise da realidade do cotidiano. Tem-se em comum, aos dois trabalhos, a fuga ao padrão de beleza³ da Grécia Antiga e mantêm-se as categorias corpo e artes visuais. Serão acrescentadas neste, duas outras: a velhice e a imagem fotográfica.

Posto isso, adentra-se ao objeto de estudo da pós-graduação *stritus sensu*. Continua-se utilizando o corpo⁴ como suporte para o desenvolvimento desta pesquisa em Antropologia Visual cujo objeto de estudo – é a velhice⁵, no contexto sociocultural brasileiro. E a linguagem das artes visuais adotada é a fotografia, que a partir da sua invenção inaugurou uma nova visualidade, uma nova forma de entendimento do mundo, e em que, neste trabalho permite buscar memória de indivíduos que, hoje, encontram-se na fase da velhice e vivendo-a no Instituto de Longa Permanência.

A partir daí, apresenta-se a problematização que nos conduziu a explorar esse tema. Mas antes de adentrar nesse quesito, é mister abrir um parêntese para fazer algumas observações importantes e que nortearam nossa pesquisa.

Ao se dissertar sobre “Representação da imagem pela velhice: a fotografia enquanto memória de indivíduos abrigados no Instituto de Longa Permanência de Idosos – Asilo de Mendicidade de São Luís-MA”, o significado da palavra indivíduo volta-se para abordagem fenomenológica. Assim, quando se reporta a ela, tem-se a compreensão de se referir a personalidade, a singularidade do ser. O indivíduo, enquanto entidade única. Refere-se à identidade, aquilo que determina uma pessoa como "única" em relação aos outros. A individualidade está profundamente ligada à percepção de si, como ser construído historicamente (Marx), pelo discurso (Foucault) ou pelos efeitos do inconsciente (Freud), cada abordagem filosófica ou científica determina a construção da identidade dentro de sua abordagem, ou em cada tempo - o *zeitgeist*⁶ - que o determina.

³ Conforme o modelo clássico e antagônico, o belo é aquilo que se expressa sob formas harmônicas e proporcionais. O feio, por sua vez, é aquilo que não é belo. E aquilo que não é belo torna-se intolerável, pois não possui nenhum valor que seja intrinsecamente seu. Segundo Eco, na Antiguidade clássica, a ideia de proporção e harmonia revelou-se um dos traços marcantes da beleza. (ECO, 2004, p. 72). E na Idade Média a Igreja levou à fogueira, várias mulheres se valendo apenas da aparência, de que elas eram consideradas feias e que poderiam ser bruxas e feiticeiras, passando o feio a ser visto com inimigo. (ECO, 2007).

⁴ Foucault (1926 – 1984) explica que a experiência do homem na modernidade é dada num corpo, que é seu corpo – corpo próprio – fragmento de espaço ambíguo, cuja espacialidade própria e irredutível se articula, contudo, com o espaço das coisas. (FOUCAULT, 1999, p. 337).

⁵ É no corpo físico que a velhice se instala e se torna a morada das rugas – representante simbólico da velhice.

⁶ É um termo alemão cuja tradução significa espírito de época, espírito do tempo ou sinal dos tempos. O *Zeitgeist* significa, em suma, o conjunto do clima intelectual e cultural do mundo, numa certa época, ou as características genéricas de um determinado período de tempo.

Para tanto, pela própria característica inerente naquele ambiente, decidiu-se por utilizar como método a Fenomenologia do filósofo Edmund Husserl (1859-1938). Essa palavra deriva do grego *phainesthai* que significa aquilo que se mostra e *logos* que significa estudo, etimologicamente falando é o estudo do que se mostra. Para o filósofo, é o método de apreensão da essência absoluta das coisas.

A fenomenologia tem como objeto de estudo o próprio fenômeno⁷, isto é, as coisas em si mesmas e não o que é dito sobre elas, assim sendo a investigação fenomenológica busca a consciência do sujeito através de suas experiências internas e busca também a interpretação do mundo através da consciência do sujeito com base em suas experiências. Para fenomenologia⁸ “não tem sentido alguém falar de coisas que simplesmente existem e apenas precisam ser vistas; mas que esse meramente existir são certas vivências da estrutura específica e mutável”. (HUSSERL, 1970, p. 32). Existem a percepção, a fantasia, a recordação e que as coisas não estão nelas como num invólucro ou num recipiente, mas que tudo tem que ser estudado como é para o espectador. Adverte Husserl (1970) que se deve estar atento ao que é lembrança e o que é fantasia. “Tomemos a mera fantasia como fantasia, a oposição da lembrança (HUSSERL, 1970, p. 100), pois o vocábulo fenômeno guarda uma certa aproximação com o termo fantasia e, por conseguinte a realidade e a fantasia se

⁷Entendendo-se por fenômeno qualquer coisa que esteja de algum modo e em qualquer sentido presente à mente, isto é, qualquer coisa que apareça, seja ela externa (uma batida na porta, um raio de luz, um cheiro de jasmim), seja ela interna ou visceral (uma dor no estômago, uma lembrança ou reminiscência, uma expectativa ou desejo), quer pertença a um sonho, ou uma ideia geral e abstrata da *ciência*, a fenomenologia seria, segundo Peirce, a descrição e análise das experiências que estão em aberto para todo homem, cada dia e hora, em cada canto e esquina de nosso cotidiano. A fenomenologia peirceana começa, pois, no aberto, sem qualquer julgamento de qualquer espécie: a partir da experiência ela mesma, livre dos pressupostos que, de antemão, dividiriam os fenômenos em falsos ou verdadeiros, reais ou ilusórios, certos ou errados. Ao contrário, fenômeno é tudo aquilo que aparece à mente, corresponda a algo real ou não. Suportada por esse modo de partir em estado de liberdade, a fenomenologia tem por tarefa, contudo, dar à luz as categorias mais gerais, simples, elementares e universais de todo e qualquer fenômeno, isto é, levantar os elementos ou características que pertencem a todos os fenômenos e participam de todas as experiências. Nessa medida, são três as faculdades que devemos desenvolver para essa tarefa: 1) a capacidade contemplativa, isto é, abrir as janelas do espírito e ver o que está diante dos olhos; 2) saber distinguir, discriminar resolutamente diferenças nessas observações; 3) ser capaz de generalizar as observações em classes ou categorias abrangentes. (SANTAELLA, Lúcia. *Semiótica aplicada*. – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005, p.6)

⁸ A semiótica está alicerçada na fenomenologia. Por isso, há signos de terceiridade, isto é, signos genuínos, mas há também quase-signos, isto é, signos de secundidade e de primeiridade. Vem daí por que Peirce levou a noção de signo tão longe, que ele mesmo não precisa ter a natureza plena de uma linguagem (palavras, desenhos, diagramas, fotos etc.), mas pode ser uma mera ação ou reação (por exemplo, correr para pegar um ônibus ou abrir uma janela etc.). O signo pode ainda ser uma mera emoção ou qualquer sentimento ainda mais indefinido do que uma emoção, por exemplo, a qualidade vaga de sentir ternura, desejo, raiva etc. (SANTAELLA, Lúcia. *Semiótica aplicada*. – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005, p.10)

encontram. Por essa razão, o método fenomenológico busca alcançar a verdade, livrar-se do factual e, mediante razão, alcançar o essencial, evitando assim, os possíveis equívocos.

Assim, a fenomenologia será concebida como “estudo das essências [...]”. É a ambição de uma filosofia que seja uma ‘ciência exata’, mas é também um relato do espaço, do tempo, do mundo ‘vividos’. É a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é [...] (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 1).

Dessa forma, adota-se a Fenomenologia como instrumento metodológico, onde será feita análise de um mundo através da (in) consciência de um grupo de velhos que ao percorrer diferentes tipos de vida foram encontrar-se em um ambiente, compelidos a viver uma vida cerceados por lembranças e recordações. Mas, também, vivenciar experiências estimuladas por aquela entidade onde estão internados. Assim, vai-se concentrar em analisar a vida destes de acordo com as suas recordações, lembranças particulares, isto é, a vida como ela é para cada um (ou o que **foi** para cada um).

A escolha pelo termo “velho”. Existe uma relutância quanto ao seu uso. Muito profusamente, as pessoas o compreendem de forma pejorativa⁹. Quem se utiliza de tal designação é julgado como politicamente incorreto, que coaduna com marcas depreciativas de menosprezar o sujeito. Novas equivalências nominais foram adotadas ao longo do século XX, entre elas: terceira idade, adulto maior, melhor idade. Uma forma da sociedade perceber essa fase vida como representação otimista, rompendo com velhos parâmetros de outrora que relegavam a condição de “velho” a planos obtusos, como também a tentativa de resignificar a “velhice” em suas múltiplas dimensões. Sabe-se que essas terminologias foram criadas como uma forma de apresentar a velhice “com sua autoestima elevada” e colaboraram para escrever parte da história dessa população no Brasil, oriundo da própria ordem mundial. Porém, comunga-se com a ideia defendida por Cícero¹⁰ (103 – 43 a.C) que procura demonstrar que, enquanto condição humana, pode ser observada sob o olhar da vicissitude (mesmo com as dificuldades inerentes ao processo de envelhecimento e próprias de qualquer indivíduo), ainda

⁹ "pejorare", que significa "tornar pior".

¹⁰ *Saber Envelhecer* (2009) relata a concepção de velhice que é próprio do corpo humano e, conseqüentemente uma condição humana. Relata as concepções do próprio Cícero, enquanto velho, como uma forma de registrar (deixando para posteridade) relatos que ratificam que, naquela época, a velhice pode ser representada como expressão de vida, questionando dessa forma, os fortes conteúdos excludentes à velhice, existente na mesma sociedade. Assim, procura despertar uma reflexão do olhar que aquela sociedade tinha sobre a velhice, considerada uma condição no tempo e no espaço, de uma história de vida, que caracteriza uma pessoa, um indivíduo, e pelas circunstâncias vivenciadas por ele, uma forma individual de assimilar o encontro com a velhice. (CÍCERO, 2009)

que usando o termo velho¹¹. Por essa razão, defende-se o uso da palavra “velho” como categoria sociológica, assim como velhice e envelhecimento.

Assim, a velhice como categoria construída socialmente, tem sido vista e trabalhada de maneira diferente, de acordo com períodos históricos e com a estrutura social, cultural, econômica e política de cada povo, como será apresentado. Essas transformações, portanto, não permitem um conceito absoluto de velhice e apontam para a possibilidade de haver sempre uma nova condição a ser construída, enquanto etapa da vida do ser humano. Pode-se considerar com isso que, na evolução do envelhecimento humano, os anos vividos variam com as épocas e os lugares.

Independente da discussão de terminologia vai-se enveredar pela senda do velho como próprio da velhice e do processo de envelhecimento. E como tal, para este trabalho deve ser interpretado como a pessoa que passa por (e vivencia) uma determinada fase da vida (infância, adolescência, adulto e velhice), no seu significado mais legítimo e inerente¹² ao ser humano, que chegando até essa fase, consegue concluir o ciclo completo – o ciclo da vida: da tenra infância até a mais vetusta idade.

Isso não significa que não serão encontradas, ao longo deste trabalho, outras nomenclaturas como ancião, idoso, terceira idade, etc., pois se apresenta pensamentos de autores que adotam esses termos para discorrer sobre a velhice e o envelhecimento.

Quanto à terceira observação trata-se que, especificamente neste trabalho, procura-se memória por meio de fotografias (que podem existir ou não, naquele ambiente asilar), por ser uma fonte de informações para a reconstituição do passado de um grupo de indivíduos que vivem em instituto de longa permanência e que compartilham de uma (última) etapa da vida. Cada um deles tem uma história para contar que vai envolver tempo (cronológico e linear) em algum lugar (no passado) e em que a fotografia é um recurso exploratório dessa memória. No passado existe uma história, no presente também existe uma história. Buscam-se no tempo presente indivíduos que guardam imagens de outro tempo (reminiscências). Assim, será vivenciada uma experiência de conhecer um pouco dessa

¹¹No dicionário de Língua Portuguesa, velho significa enquanto adjetivo: antigo, muito tempo de existência, avelhantado; gasto pelo uso; muito usado, que há muito possui certa qualidade ou exerce certa profissão. Diferente da categoria social, velho que é o resultado final da vida em processo natural.

¹²A velhice é um fato que não se pode evitar, então, se deve aceitá-la, para aqueles que conseguirem alcançá-la. Resultam, na contemporaneidade, grandes investimentos na área de tecnologia cosmética e de cirurgias estéticas, que são procedimentos adotados para o retardamento do envelhecimento, no seu aspecto estético, mas a categoria velhice é relacionada à idade (entre 60 e 65 anos, dependente do país em que vive).

história “refém” do passado e de trazer para outro tempo: “tempo de agora” caracterizado pela intensidade e brevidade, que para aqueles indivíduos cada dia vivido “nesse tempo de existência” se tornara mais reduzido.

Para tanto, é necessário o deslocamento até o ILPIs, pois é onde nosso objeto de estudo - a velhice - encontra-se baseada numa concepção construída socialmente, e que nesse caso específico, se dá em consequência da ruptura familiar resultante da decisão da família por asilar ¹³. É importante ressaltar que os danos causados por essa decisão são muito prejudiciais à saúde do idoso, a rejeição pela família é um dos principais, pois abala emocionalmente todo o ser humano, então podemos pensar e salientar que temos sentimentos e gostaríamos de ser respeitados, no caso dos idosos, ao envelhecer passam por uma nova etapa de suas vidas, a sensibilidade e a dúvida em entender o momento pelo qual estão passando, torna essa fase um sentido de reflexão e de pensar sobre tudo o que fizeram durante toda sua vida, o desespero toma conta; o medo, a dúvida estão presente, é nesta etapa que a família deve estar presente com carinho, atenção, respeito e admiração.

Tendo definido o norte que irá conduzir esse trabalho, pode-se apresentar, assim, a justificativa que levou a desenvolver as categorias velhice e imagem fotográfica.

Durante as pesquisas, deparou-se com uma imagem de capa do catálogo “Imagens humanas”. Esse material possibilitou o nosso encontro com a imagem fotográfica de João Roberto Ripper¹⁴ que foi realizada em 1998: o rosto de uma velha com mais de 100 anos. Apresentada em preto e branco, uma mulher entre suas milhares de rugas. Com a mão direita tocando sua face e a mão esquerda como que segurando o lado esquerdo do rosto. Seu olhar em direção a algum lugar. Ao mostrar a imagem, surgiu o comentário: onde você vê beleza nessa foto? É um retrato de uma velha! No imaginário individual daquela pessoa, portanto, desprovida de “beleza” ¹⁵.

Aquela imagem fotográfica deflagrou e passou a fazer parte do repertório das minhas imagens mentais que me trouxeram à reflexão a perspectiva de análises divergentes sobre uma mesma imagem. Ao passo que a esta, fui elencando imagens mentais, que estavam

¹³Segundo Elias, outrora o “ancião” que se aproximava da morte era o depositário privilegiado de uma experiência que transmita aos mais jovens, hoje ele não passa de um “velho” cujo discurso é inútil (ELIAS, 1994, p.10). Porém, estudos comprovam que pelo fato dos idosos serem aposentados e contar com uma remuneração mensal, tornam-se arrimos de família e muitas vezes cuidadores dos netos, pelo fato da mãe hoje ocupar o mercado de trabalho. Evidenciam a presença do idoso por mais tempo na família.

¹⁴Fotógrafo carioca que tem como proposta colocar a fotografia a serviço dos Direitos Humanos. Sua especialidade é a fotografia documental, social e o fotojornalismo.

¹⁵Segundo um modelo antagônico o que não é belo, é feio.

guardadas referentes à minha infância: as visitas que fazia na companhia de meu pai ao Asilo de Mendicidade. Lembranças de um tempo vivido que se somavam a vidas de outros, como aporte de um tempo de vida, que não deixava de causar um estranhamento, ao perceber que eram idênticos, parecidos, traziam as rugas inscritas em seu corpo. E, simultaneamente, despertava a sensação de acolhimento, de lugar não só de passagem, mas de respeito ao ser humano, independente das suas crenças, etnia, gênero e classe social. Essas diferentes dispersões de percepções de imagens da velhice estimularam a decisão por desenvolver este trabalho de pesquisa.

Portanto, nesse panorama, a partir desse encontro de experiências, a fotografia torna-se um processo de revisitação ao passado, provocado pelo exame de imagens e dados que elas podem oferecer. Assim, a imagem fotográfica, enquanto instrumento de pesquisa, vai permitir conhecer o acervo fotográfico dos velhos do ILPIs e alguns instantes de vidas que foram congeladas através daquelas fotografias.

Questões são suscitadas: será que os velhos que se encontram no asilo possuem em seu acervo pessoal fotografias mantenedoras de uma memória investida dos seus entes queridos que participaram de sua vida? No trânsito da saída do seu ambiente familiar para o asilo, faltara-lhe oportunidade de levar algum álbum que lhe servissem como meio de recordação?

Esse trabalho possibilita o encontro da “velhice” com a visualidade que estimula uma reflexão sobre a existência humana em condição de “isolamento” em uma etapa da vida. Essa experiência através de imagens valida a fotografia enquanto representação do real sob a égide de uma teoria da imagem. Será que as imagens fotográficas mostradas são uma representação do real? A fim de alcançar o propósito descrito, o trabalho está organizado em cinco capítulos.

No primeiro capítulo: Reflexões sobre a imagem como construto de significados abordam-se algumas concepções sobre imagem e suas reflexões ancilados por alguns teóricos, observando que a imagem passou por um processo de evolução até chegar à civilização da imagem, com o propósito de significar, simbolizar e, por isso, pode e deve ser interpretada, pois se torna visível, não deixando de ser uma presença antagônica. Imagem: conceito de representação intrínseco ao signo, ou seja, trata-se da definição da Semiótica em Nöth e Santaella demonstrando traços característicos da imagem como representação. A partir dessa explicitação apresentam-se os pressupostos teóricos de representação como conceito-chave da

semiótica baseado em Peirce, evidenciando a relação de semelhança que existe entre imagem e sua representação. O significado de representação da imagem fotográfica discorre-se sobre a fotografia enquanto representação do real. Para tanto, percorre-se às teorias cujo propósito é ratificar que a fotografia faz parte do sistema de representação e que é um fragmento do real. Aborda-se sobre as partes constitutivas da fotografia, coordenadas de situação e produto final, compreensão imprescindível para se entender que toda fotografia representa em seu conteúdo, uma interrupção do tempo.

No segundo capítulo: Diálogo entre imagem fotográfica, memória e velhice: considera-se a relação entre a fotografia e a velhice enquanto instrumentos de memória. Explicita-se sobre a fotografia como um mecanismo de acesso ao passado, e a velhice, por sua vez, como função social de lembrar - sendo o vínculo entre o que foi com o por vir. Examinam-se os dois recursos como mediadores entre geração de hoje e os testemunhos do passado.

No terceiro capítulo: O estudo sobre envelhecimento na sociedade ocidental versa-se sobre a complexidade que permeia os estudos sobre velhice e processo de envelhecimento, e através de um breve histórico demonstra o árduo caminho percorrido ao longo dos séculos, para que os estudos realizados sobre velhice pudessem sair da esfera patológica e alcançasse o status de ciência – Gerontologia. Apresentam-se como se encontram esses estudos na Pós-modernidade e quais os avanços ocorridos quanto ao processo de envelhecimento, bem como, a contribuição da ciência para entender como se dá a longevidade nesse novo panorama. Breve histórico sobre a velhice e os estudos científicos da longevidade na Pós-Modernidade: expõe-se de forma sucinta como a velhice tem sido vista de maneira diferente, de acordo com períodos históricos e com a estrutura social, cultural, econômica e política de cada povo e sob quais circunstâncias se remodela em pleno século XXI de forma singular. Antagonismo inerente a categoria velhice: evidencia-se a oposição de ideias que a própria categoria traz em sua essência e que se cristalizam em âmbito social. A longevidade e o processo de envelhecimento populacional no Brasil: demonstra através de dados estatísticos resultantes de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que a longevidade aumentou significativamente entre 1940 e 2010, onde a média de vida passou de 45,5 anos para 72,7 anos e que estas alterações foram provocadas pelo avanço na medicina e pelas melhorias nas condições gerais de vida da população influenciando no aumento da expectativa de vida e a redução da taxa de natalidade, e acompanhado por mudanças drásticas

nas estruturas e nos papéis da família. A reconfiguração da família na sociedade brasileira e sua consequência para o asilamento, busca-se o conceito clássico de família enquanto estrutura institucionalizada para compreender a nova configuração da família no século XXI consolidada na legislação brasileira. Esclarece-se que independente dessas mudanças, a família é a responsável por cuidar e proteger seus idosos.

No quarto capítulo: Instituição de longa permanência para idosos no Brasil apresenta-se algumas definições e similaridades com o asilo, bem como, através de pesquisas recentes, um panorama atual desse tipo de instituição no país. Esses dados comprovam que, hoje, tem-se um número significativo de idosos que necessitam desse tipo de serviço, mas comprovam que o Brasil não tem ILPIs suficientes para receber essa demanda.

No quinto capítulo, Asilo de Mendicidade de São Luís, descreve-se sobre a instituição onde a pesquisa de campo foi realizada, em que período foi fundada, sua localização, como era feito o transporte e como se apresentava nas primeiras décadas do século XX, demonstrando que a época os asilos tinham como finalidade abrigar mendigos. Apresenta-se o perfil socioeconômico dos internos baseados em dados e informações obtidos em documentos e entrevistas com equipe técnica do asilo. A fotografia e a velhice: memórias re (veladas) no Asilo de mendicidade de São Luís, demonstra-se o resultado da pesquisa de campo que procura pela memória de um tipo específico de velhice: a encontrada no ambiente asilar, sendo a fotografia o instrumento de busca dessa memória. Esse encontro da velhice com a fotografia permitiu localizar oito imagens fotográficas que compõem este trabalho.

2 REFLEXÕES SOBRE A IMAGEM COMO CONSTRUTO DE SIGNIFICADOS

Desde a criação do mundo, a imagem é evidenciada de forma a ressaltar sua importância, que é inscrita para significar, e nesse caso, que fomos feitos para nos parecermos com Deus: “façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança”. (GÊNESIS, 1:26). Identifica-se no versículo bíblico a aproximação direta feita entre imagem e semelhança, que nos reporta a análise platônica sobre imagem.

Platão (1965, p. 240a) abordou o estatuto da imagem ao longo de sua obra – A República – onde é encontrada uma definição de imagem: “outra coisa parecida, feita à semelhança daquilo que é verdadeiro”.

Assim, associa imagem, num primeiro segmento, às sombras, depois aos reflexos que se veem nas águas ou na superfície dos corpos opacos, polidos e brilhantes, e a todas as representações semelhantes. Num segundo segmento, corresponde aos objetos que essas imagens representam, ou seja, os animais que nos cercam, as plantas e todas as obras de arte. (PLATÃO, 1965).

Advém dessa afirmação que a imagem é parecida, semelhante ao original; mas ser semelhante é não ser verdadeiro, pois a autenticidade está no original. Essa explanação é encontrada no livro X da República, onde Sócrates realiza um diálogo sobre imagem, relacionando-a como produto de imitação. Cita como exemplo a cama e a mesa. Afirma que “mesmo existindo uma multidão de camas e mesas, há apenas duas Formas, uma de cama e outra de mesa, a Forma, mesmo, nenhum operário modela. Atribui a um primeiro artesão – Deus – criador natural de todos os objetos e que é capaz de fazer todas as espécies de móveis, como também, produz tudo o que brota da terra, plasma todos os seres vivos, fabricando a terra, o céu, os deuses, e tudo o que há no céu, tudo que há debaixo da terra. Já o segundo artesão denomina artífice da cama – é o marceneiro – “o fabricante particular de uma cama particular”. E o terceiro é o pintor, que segundo o filósofo, também faz uma cama, mas o que ele faz não tem o menor vínculo com a realidade (uma cama aparente). É imitador daquilo que os outros dois são os artífices. É imitador da aparência. (PLATÃO, 1965).

Tendo por base a teoria platônica sobre imagem pode-se deduzir que o original é verdadeiro; a imagem não é o original, mas é semelhante, e por isso representa o original. A

preocupação de fazer essa analogia é para dar suporte a hipótese que se defende neste trabalho que a imagem fotográfica representa o original.

Portanto, a Imagem que se vê representa o original: uma pessoa, uma paisagem e na concepção de Kossoy (2007) o assunto, não é o real, mas é a representação do real. Mesmo não sendo o verdadeiro, não significa que a imagem seja falsa, e sim, que é a representação do real.

Analisando especificamente sobre essa relação antagônica entre verdadeiro e falso Debray (1993, p. 60), afirma que “uma imagem¹⁶ não é verdadeira ou falsa, nem contraditória nem impossível, não sendo argumentação não é refutável”. Para esse autor existe, com a imagem, uma relação entre visível e invisível.

É importante assinalar que ao buscar a relação de Deus com imagem, o autor evidencia o papel fundamental da luz para a imagem fotográfica e a associa ao que Platão chama de original quando afirma:

Sem um fundo de invisível, não há forma visível. Sem a angústia do precário, não há necessidade de memorial. Os imortais não batem fotos entre si, Deus é luz, somente o homem é que é fotógrafo. Com efeito, somente aquele que passa, e sabe disso, quer permanecer. (DEBRAY, 1993, p. 28).

Através de sua análise sobre imagem faz compreender que ela é uma representação, pois traz o ausente (o original em Platão) para o mundo visível. Nesse sentido:

Representar é tornar presente o ausente. Portanto, não é somente evocar, mas substituir. Como se a imagem estivesse aí para preencher uma carência, aliviar um desgosto. Plínio, O velho, relata que “o princípio da pintura consistiu em traçar com linhas o contorno de uma sombra humana”. A mesma origem para a modelagem, indica ele, com precisão mais adiante. Apaixonada por um jovem que ia viajar para o estrangeiro, a filha de um oleiro de Sicião “rodeou com uma linha a sombra de seu rosto projetada na parede por uma lanterna, O pai aplicou argila sobre o esboço do qual fez um relevo que deixou endurecer ao fogo com o resto de suas louças”. Assim, pintada ou esculpida, a imagem é filha da saudade. (PLÍNIO, O VELHO apud DEBRAY, 1993, p. 38).

Quando em linhas anteriores se afirma que uma imagem é inscrita para significar, simbolizar,¹⁷ tem-se a ideia de ser sinal, de denotar. Portanto, uma imagem é um signo que

¹⁶ Debray afirma que “o nascimento da imagem está envolvido com a morte. Mas se a imagem arcaica jorra dos túmulos e por recusar o nada e para prolongar a vida [...] quanto mais apagada da vida social estiver a morte, menos viva será a imagem e menos vital nossa necessidade de imagens” (DEBRAY, 1993, p. 21)

¹⁷ O *simbolon*, de *symballein*, reunir, colocar junto, aproximar, designava na origem uma tábua de hospitalidade, um fragmento da taça ou de tigela quebrada em dois por hóspedes que transmitem os pedaços aos filhos, para que, um dia, possam reencontrar as mesmas relações de confiança, ajustando os dois fragmentos lado a lado. Era um sinal de reconhecimento, destinado a reparar uma separação ou transpor uma

apresenta esta particularidade: pode e deve ser interpretada, mas não pode ser lida. Pode-se e deve-se falar de qualquer imagem; no entanto, a imagem em si mesma não é capaz de fazê-lo. (DEBRAY, 1993).

De modo a ratificar seu argumento Debray (1993) faz a analogia entre imagem e palavra para demonstrar a amplitude de significados¹⁸ intrínsecos à imagem:

Uma cadeia de palavras tem um sentido, uma sequência de imagens tem mil. Uma palavra pode trazer larguíssimo número de acepções, mas suas ambivalências são identificáveis em um dicionário, exaustivamente enumeradas; pode-se chegar ao fim do enigma. Uma imagem é para sempre e definitivamente enigmática, sem “boa lição” possível. Tem cinco bilhões de versões potenciais (ou seja, o número de seres humanos); nenhuma delas pode impor-se como referência única (nem mesmo a do autor). Polissemia inesgotável. (DEBRAY, 1993, p. 59).

A imagem, assim como a palavra, serve de agente de ligação porque existe à montante do grupo uma ausência primordial a ser reparada. Porém, segundo o autor “a capacidade expressiva da imagem e transmissiva da imagem passa por caminhos diferentes da capacidade de uma língua (natural ou artificial)”. (DEBRAY, 1993, p. 59).

Explica ainda que, a partir do aparecimento do registro da palavra, a imagem abandona a função que era obrigada a desempenhar devido a inexistência da palavra e passa a assumir outras funções:

Desde que aparece a escrita, tomando para si a maior parte da comunicação utilitária, alivia nessa mesma medida a imagem que se torna, desde então, disponível para as funções expressiva e representativa, aberta à semelhança. Vamos resumir de forma bastante imperfeita: a imagem é a mãe do signo, mas o nascimento do signo da escrita permite à imagem viver plenamente sua vida de adulto, separada da palavra e alijada de suas tarefas triviais de comunicação. (DEBRAY, 1993, p. 217).

distância. O símbolo é um objeto convencional que tem como razão de ser o acordo dos espíritos e a reunião dos sujeitos. Mais do que uma coisa é uma operação e uma cerimônia: não a do deus, mas sim do reencontro (entre velhos amigos que se perderam de vista). Simbólico e fraterno são sinônimos: não se fraterniza sem alguma coisa para partilhar, não se simboliza sem unir o que era estranho. Em grego, o antônimo exato do símbolo é o diabo: aquele que separa. Dia – bólico é tudo o que divide, sim – bólico tudo o que aproxima.

¹⁸ Na *Odisséia*, Proteu era um dos deuses do mar. Possuía o poder de tomar todas as formas que desejasse: animal, vegetal, água, fogo... Utilizava este poder em especial para se subtrair àqueles que o questionavam, uma vez que possuía também o dom da profecia. Uma visão panorâmica das diferentes utilizações da palavra *imagem*, ainda que não exaustiva, provoca vertigens e traz-nos à lembrança o deus Proteu; parece que a imagem pode ser tudo e também o seu contrário. (JOLY, 1996).

Nestes termos, pode-se deduzir que com a afirmação “Deus criou o homem a sua imagem e semelhança”, a cultura judaico-cristã une o mundo visível ao invisível através da imagem (JOLY, 1996, p. 87).

Assim, na imagem a presença do antagônico¹⁹ é preponderante, pois pode ser tudo e seu contrário – visual e imaterial; fabricada e “natural”; real e virtual, móvel e imóvel; sagrada e profana; antiga e contemporânea, vinculada à vida e à morte, analógica, comparativa, convencional, expressiva, comunicativa, construtora e destrutiva, benéfica e ameaçadora. Por isso, esclarece Joly (1996, p. 27) a “nossa compreensão passa a ser condicionada por toda uma aura de significações, mais ou menos explícitas, vinculadas ao termo” e afirma que “a imagem seria um objeto com relação a um outro que ela representaria de acordo com certas leis particulares”. (JOLY, 1996, p. 14).

De se viver em um mundo onde “as imagens são cada vez mais numerosas, diversificadas e intercambiáveis” (JOLY, 1996, p. 14) e que estamos vivendo a civilização das imagens²⁰, já se sabe, não se quer discutir o óbvio. Porém, cabe acrescentar que as imagens são feitas para serem vistas. (JOLY, 1996, p. 77). E, portanto, neste trabalho a imagem terá um valor de representação: a imagem representativa é aquela que representa coisas concretas, que coaduna com a concepção de que a imagem fotográfica representa o real.

Convém ressaltar, entretanto, que em virtude da credibilidade que se atribui ao documento fotográfico como espelho fiel de fatos da história cotidiana, que se poderá dar margem à criação de um passado que jamais existiu. Um passado sem referentes reais, fisicamente concretos e conforme Kossoy (2007) um passado sem uma realidade: a da vida; um tempo e um espaço concebido com base em referentes fotográficos imaginários, bidimensionais ou eletrônicos, porém iconograficamente possíveis.

No entanto, para este trabalho centram-se os estudos em teóricos que validam a hipótese da imagem fotográfica ser representação da realidade, do mundo físico, visível na sua exterioridade.

¹⁹Segundo Régis Debray, é na magia primitiva que não há distinção entre a parte e o todo, a imagem e a coisa, o sujeito e o objeto.

²⁰A chamada “civilização da imagem” começa a se delinear de fato no momento em que a litografia, ao reproduzir em série as obras produzidas pelos artistas do princípio dos Oitocentos inaugura o fenômeno do consumo da imagem enquanto produto estético de interesse artístico e documental, incluindo-se nesse último caso, por exemplo, a obra de artistas - viajantes como Debret, Rugendas entre tantos outros (KOSSOY, 2001, p. 134).

2.1 Imagem: conceito de representação intrínseco ao signo

Sabe-se que a imagem é um elemento essencial da linguagem fotográfica, e por isso, acredita-se que sua abordagem é indispensável para essa compreensão, objeto de análise no próximo item. O quadro referencial de análise adotado é a perspectiva da semiótica da imagem, mais precisamente na investigação da teoria da representação visual e nosso interesse se restringe aos aspectos que possam contribuir de modo significativo para que a imagem fotográfica seja interpretada como representação do real. É conhecido que é “possível com ajuda de encenações, truques óticos, emulsão, solarização, entre outros produzir a imagem de algo que não existe”. (SANTAELLA, 2008, p. 109), mas especificamente, para este trabalho, mantém-se fiel a teoria de que a fotografia é uma representação da realidade.

Enquanto meios de expressão da cultura humana, as imagens existem desde as pinturas rupestres das cavernas, milênios antes do aparecimento do registro da palavra pela escritura, mas precisou esperar um longo tempo para alcançar seu desenvolvimento, conforme afirmam Santaella e Nöth (2008, p. 13):

Enquanto a propagação da palavra humana começou a adquirir dimensões galácticas já no século XV de Gutenberg, a galáxia imagética teria de esperar até o século XX para se desenvolver. Hoje na idade do vídeo e infográfica, nossa vida cotidiana desde a publicidade televisiva ao café da manhã até as últimas notícias no telejornal da meia-noite está permeada de mensagens visuais, de uma maneira tal que tem levado os apocalípticos da cultura ocidental a deplorar o declínio das mídias verbais.

Para a autora, diferentes sociedades utilizam-se de elementos icônicos para trocar mensagens e preservar a cultura. E isso se dá desde as pinturas rupestres até a computação gráfica. Entretanto, é somente no século XX que a “civilização da imagem” ou a “galáxia imagética” ganha expressão e desenvolvimento impressionantes. (SANTAELLA e NÖTH, 2008).

Para Joly (1996), o termo imagem é utilizado na contemporaneidade, com diversos significados que contribui para dificultar uma definição e que abarque todas as maneiras de empregar. Mas apesar dessa diversidade²¹ de significações de palavras, indica

²¹ Em psicologia a imagem designa toda representação ou reconstituição mental de uma vivência sensorial que tanto pode ser visual – caso mais comum – quanto auditiva, olfativa, gustativa, tátil ou, mesmo, totalmente psicológica. Em semiologia e comunicação, é a “representação concreta que serve para ilustrar uma ideia

algo que, embora nem sempre remeta ao visível, toma alguns traços emprestados do visual e, de qualquer modo, depende da produção de um sujeito: imaginária ou concreta, a imagem²² passa por alguém que a produz ou reconhece.

E essa produção é resultado da proliferação histórica crescente das linguagens e códigos, dos meios de reprodução e difusão de informações e mensagens, iniciada a partir da Revolução Industrial e vieram gradativamente disseminando e fazendo emergir uma “consciência semiótica” e que gerou a necessidade do aparecimento de uma ciência capaz de criar dispositivos de indagação e instrumentos metodológicos aptos a desvendar o universo multiforme e diversificado dos fenômenos de linguagem. (SANTAELLA e NÖTH, 2008).

Nesse contexto, Santaella e Nöth (2008) definem Semiótica como a ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como de produção de significação e de sentido.

Na tentativa de aproximação do conceito de origem semiótica apresenta-se um quadro geral da semiótica. Cabe explicar que, as palavras semiologia e semiótica designam a ciência que estuda os signos. Semiologia é o nome aceito pelos linguístas europeus e, sob essa denominação reúnem-se todos os estudos relacionados aos fatos significativos com finalidade de comunicar. Já o termo Semiótica é bastante expressivo nos Estados Unidos e na Rússia e inclui todos os estudos que se dedicam a análise dos fatos significativos, independente de terem ou não alguma finalidade comunicativa.

abstrata. Em teoria literária, é frequente o uso dessa palavra com um sentido equivalente ao de metáfora ou de símile. John Middleton, por exemplo, julga preferível seu emprego com esse sentido abrangente, para pôr em relevo a identidade fundamental entre aqueles dois tropos. Mas vários autores – como Herbert Read, C. Day Lewis, Wellek, Warren e outros – tem tentado estabelecer diferença entre imagem, por um lado, e metáfora e símile, por outro, tentativa, ao que nos parece, infrutífera, pois na realidade, a distinção é antes psicológica do que propriamente formal. Paul Reverdy, citado por Read (1951: 98-99), diz que a imagem, “é pura criação mental” e não pode emergir “de uma comparação mas apenas da associação entre duas realidades mais ou menos distintas”. Para Lewis (1958: 18,22), “a imagem poética é mais ou menos uma representação sensorial, traduzida em palavras até certo ponto metafóricas”. Como se vê esses dois autores se mostram imprecisos na conceituação de imagem “é mais ou menos”, “até certo ponto”[...] Em face da opinião desses autores, será válido dizer que a imagem: (a) é uma representação (reconstituição, reprodução) mental de resíduos de sensações ou impressões predominantemente mas não exclusivamente visual que o espírito reelabora, associando-as a outras, similares ou contíguas, e (b) pode assumir a forma de uma metáfora ou de um símile e, mesmo, de outros tropos (metonímia, alegoria, símbolo). Assim, com maior ou menor rigor, é perfeitamente cabível empregar – e geralmente empregamos a palavra imagem para designar qualquer recurso de expressão de contextura metafórica, comparativa, associativa, analógica, através do qual se representa a realidade de maneira transfigurada (p. 110 e 111). Cf. GARCIA, Othon M. (1912-2002) Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever aprendendo a pensar – 27. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

²²As imagens podem ser concebidas também enquanto pensamentos. Segundo Nietzsche “as imagens são pensamentos primordiais, isto é, as superfícies das coisas abreviadas no espelho do olho” (NIETZSCHE, 2008, p.60).

A semiologia tornou-se uma das ciências humanas e dentre seus representantes tem-se: Charles Sanders Peirce (1839 – 1914), e Ferdinand Saussure (1857 – 1913). O primeiro, cientista-lógico-filósofo americano, foi um dos maiores estudiosos dos signos, que classificou em dez categorias diferentes, entre as quais sobressaem três: os ícones, os símbolos e os índices²³. Sua semiótica é eminentemente triádica: signos, objeto e interpretante. Ele considera que o signo é aquilo que representa alguma coisa para alguém. O segundo representante, linguista suíço considerado o precursor de uma teoria dos signos por meio da qual se estudam as línguas. Para Saussure, “a semiologia teria por objeto o estudo de todos os sistemas de signos na vida social”. (SANTAELLA e NÖTH, 2008, p. 17). Portanto, a língua é um sistema de signos que exprime ideias e, por isso, comparável à escritura, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, aos sinais militares, etc. Ela é apenas o mais importante destes sistemas.

Porém, do ponto de vista teórico não existem diferenças fundamentais entre a semiótica (ou teoria dos significados em geral) e a semiologia (ou ciência dos signos sociais). Para esse trabalho vai-se denominar a ciência do signo tanto a Semiótica ou semiologia²⁴.

Buscando na etimologia do termo encontra-se uma definição em Nöth (1995, p. 21):

A semiótica como teoria geral dos signos teria várias denominações no decorrer da história da filosofia. A etimologia do termo nos remete ao grego *semeon*, que significa ‘signo’, e *sêmea* que pode ser traduzido por ‘sinal’ ou também por ‘signo’.

Na perspectiva semiótica de Lucia Santaella e Winfried Nöth (2008), existem alguns traços característicos da imagem como representação visível e mental. Para estes autores

²³ “Um signo é um ícone, um índice, ou um símbolo. Um ícone é um signo que possibilita o caráter que o torna significante, mesmo que seu objeto não existisse, tal como um risco feito à lápis representando uma linha geométrica. Um índice é um signo que de repente perderia esse caráter que o torna signo se seu objeto fosse removido, mas que não perderia esse caráter se não houvesse interpretante. Tal é, por exemplo, o caso de um molde com um buraco de bala como signo de um tiro, pois sem o tiro não teria havido buraco; porém, nele existe um buraco, quer tenha alguém ou não a capacidade de atribuí-lo a um tiro. Um símbolo é um signo que perderia o caráter que o torna um signo se não houvesse um interpretante. Tal é o caso de qualquer elocução de discurso que significa aquilo que significa apenas por força de compreender-se que possui essa significação”. PEIRCE, C.S. *Semiótica*. SP, Perspectiva, 1977, p. 74.

²⁴ A rivalidade entre esses dois termos foi oficialmente encerrada pela Associação Internacional da Semiótica, que em 1969, por iniciativa de Roman Jakobson, decidiu adotar semiótica como termo geral do território das investigações nas tradições da semiologia e da semiótica em geral. Nöth, Winfried. *Panorama da Semiótica: de Platão a Peirce*. – São Paulo: Annablume, p. 24

o mundo das imagens tem dois domínios. O primeiro, o das imagens como representação visual: desenhos, pinturas, gravuras, fotografias e; as imagens cinematográficas, televisivas, holo e infográficas pertencem a esse domínio. Imagens, nesse sentido, são objetos materiais, signos que representam o nosso meio ambiente visual. O segundo é o domínio imaterial das imagens na nossa mente. Neste domínio, imagens aparecem como visões, fantasias, imaginações, esquemas, modelos ou, em geral, como representações mentais. (SANTAELLA e NÖTH, 2008, p. 15).

Essa descrição implica a existência de dois domínios – mental e visual. Vale ressaltar que não existem separados²⁵. Nessa concepção, estão vinculados entre si desde sua gênese. Não há imagens com representações visuais que não tenham surgido de imagens na mente daqueles que as produziram. Do mesmo modo, não há imagens mentais que não tenham alguma origem no mundo concreto dos objetos visuais.

De acordo com Santaella e Nöth (2008), o código verbal não pode se desenvolver sem imagens. O nosso discurso verbal está permeado de imagens, ou como Pierce diria, de iconicidade. Assim, a Teoria das imagens sempre implica o uso de imagens.

Evidenciam o conceito de representação como conceito-chave

O conceito de representação tem sido um conceito-chave da semiótica desde a escolástica medieval, na qual este se referia, de maneira geral, a signos, símbolos, imagens e a várias formas de substituição [...] Hoje o conceito se encontra no centro da teoria da ciência cognitiva, que trata do tema como representação analógica, digital, proposicional, cognitiva ou, de maneira geral, representação mental. (SANTAELLA e NÖTH, 2008, p. 15).

Também evidenciam a dimensão que o conceito de representação possui através de alguns teóricos

Howard (1980:502) nos dá a seguinte definição: “As palavras ‘representação’, ‘linguagem’ e ‘símbolo’ são virtualmente intercambiáveis nos seus usos mais vastos.” Como sinônimo de signo, representação se encontra em Locke, e na sua primeira fase Peirce caracteriza a semiótica, em 1865, como “a teoria geral das representações” (W 1:174; Fischer 1986:323-324), falando também simplesmente de “signo ou representação”. (CP 1.339) (SANTAELLA e NÖTH, 2008, p. 16).

Expõem, ainda que, na fase tardia de Peirce, representação é o processo de apresentação de um objeto a um intérprete de um signo ou a relação entre o signo e o objeto. O teórico restringe a palavra representação à operação do signo ou sua relação com o objeto para o intérprete da representação. (SANTAELLA e NÖTH, 2008).

²⁵ Teve seu início com o filósofo John Locke (1632-1704) que, em 1690, no texto Ensaio acerca do entendimento humano, postulou a “doutrina dos signos”, cujo nome era Semeiotiké.

Dessa forma, Peirce (CP 2.273 apud SANTAELLA e NÖTH, 2008) define representar como estar para, quer dizer, algo está numa relação tal como um outro que, para certos propósitos, ele é tratado por uma mente como se fosse aquele outro. Assim, para exemplificar essa ação de representar, Peirce cita: “uma palavra representa algo para a concepção na mente do ouvinte, um retrato representa a pessoa a quem ele dirige a concepção de reconhecimento [...]”. (PEIRCE, CP 2.273 apud SANTAELLA E NÖTH, 2008, p. 17).

Vale ressaltar que, determinações conceituais com as quais uma representação é um signo, baseado numa relação de semelhança, existem desde a escolástica. De acordo com o filósofo escolástico inglês Johannes Duns Scotus (1266-1308) o representante copia aquilo que ele representa e a base desse pensamento se encontra na epistemologia medieval, de acordo com a qual as formas externas de manifestações das coisas, são semelhanças [similitudes] das coisas. (SANTAELLA E NÖTH, 2008, p.19).

Como no exemplo citado por Santaella (2005), em Semiótica aplicada, o romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* é um signo que tem por objeto, entre outras coisas, e em última instância, os costumes da sociedade carioca do século XIX. Tal representação do objeto produz efeitos interpretativos em seus leitores. Esses efeitos são o interpretante, ficando bem claro porque o signo sempre funciona como mediador entre o objeto e o interpretante. Os leitores só têm acesso ao objeto do signo, àquilo que o romance representa, pela mediação do signo. De acordo com autora, Peirce esclarece:

Signo é qualquer coisa e qualquer espécie (uma palavra, um livro, uma biblioteca, um grito, uma pintura, um museu, uma pessoa, uma mancha de tinta, um vídeo etc.) que representa uma outra coisa, chamada de objeto do signo, e que produz um efeito interpretativo em uma mente real ou potencial, efeito este que é chamado de interpretante do signo. (SANTAELLA, 2005, p. 8).

Para finalizar este capítulo que trata da imagem enquanto representação, é importante situar que alguns autores não concordam com essa interpretação. Aumont (1993) defende que apenas em certo contexto esse fenômeno²⁶ se realiza. Para esse autor, “a representação é um processo pelo qual institui-se um representante que, em certo contexto limitado, tomará o lugar do que representa”. (AUMONT, 1993, p.103). Ao discorrer sobre a

²⁶palavra derivada do grego *Phaneron*, tudo aquilo, qualquer coisa, que aparece à percepção e à mente. A fenomenologia tem por função apresentar as categorias formais e universais dos modos como os fenômenos são apreendidos pela mente. (SANTAELLA, Lucia. Semiótica aplicada. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005, p.7).

relação que a imagem estabelece com o mundo real – representação – denomina de analogia a semelhança entre a imagem e a realidade.

Conforme o autor, ao copiar o real, o artista dá um sentido para a sua cópia. Sendo assim, a realidade copiada está carregada de significados e simbolismos que o próprio artista coloca. Portanto, "as imagens analógicas foram sempre construções que misturavam em proporções variáveis imitação da semelhança natural e produção de signos comunicáveis socialmente". (AUMONT, 1993, p. 203).

2.2 O significado de representação da imagem fotográfica

A semiótica da fotografia se baseia na semiótica da imagem e em sua especificidade em relação a outros tipos de imagem. E, a característica semiótica mais notável da fotografia reside no fato de que a foto funciona, ao mesmo tempo, como ícone e índice. (SANTAELLA, 2008).

Ao se afirmar que a imagem tem valor de representação, pretende-se dizer com isso, que ao tomar decisão por tirar uma fotografia tem-se a intenção de obter

Uma representação visual de um trecho, um fragmento do real. Toda fotografia tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto dado do real, em determinado lugar e época. (KOSSOY, 2001, p. 36).

Buscou-se com isso destacar, do mundo visível um fragmento deste, cuja imagem se destina a ser materializada.

Como exemplo, tem-se a Foto 1 que é a imagem do real retida pela fotografia que fornece o testemunho visual e material dos fatos aos espectadores ausentes da cena. (Kossoy, 2001). Aqueles que estão vendo a imagem e que estavam ausentes da cena podem perceber que ela é o que resta do acontecido, fragmento congelado de uma realidade passada. Esse momento existiu, em determinado espaço e tempo. Aquelas pessoas existiram ou existem e vivenciaram aquele momento, pois o ser que foi não pode deixar de ter sido.

Foto 1: Encontro de vidas
 Fonte: arquivo do Asilo de Mendicidade



A pessoa pode deixar de existir, mas a imagem continuará existindo²⁷ e não se compreenderá a lembrança a não ser por ela (MERLEAU PONTY, 2009). Além disso, pode-se dizer que é o produto final que caracteriza a intromissão de um ser fotógrafo num instante. Eles estavam lá... o que vejo não é uma lembrança, uma imaginação, uma reconstituição, [...] mas o real no estado passado²⁸. A um só tempo o passado e o real (BARTHES, 1984, p. 124).

Segundo Barthes (1984, p. 132), “a foto não é uma cópia do real e sim uma emanção do real passado²⁹”, portanto a fotografia não rememora o passado. O efeito que ela produz nele “não é o de restituir o que é abolido (pelo tempo, pela distância), mas o de atestar que o que vejo de fato existiu”. (BARTHES, 1984, p.123). Toda fotografia é um atestado de presença. (BARTHES, 1984).

²⁷ As fotografias, em geral, sobrevivem após o desaparecimento físico do referente que as originou: são os elos documentais afetivos que perpetuam a memória [...] os personagens retratados envelhecem e morrem, os cenários se modificam, transfiguram-se e também desaparecem. O mesmo ocorre com os autores-fotógrafos e seus equipamentos. De todo o processo, somente a fotografia sobrevive... Os assuntos nela registrados atravessaram os tempos e são hoje vistos por olhos estranhos, em lugares desconhecidos [...] Desaparecida essa segunda realidade aqueles personagens morreram pela segunda vez. O visível fotográfico ali registrado desmaterializa-se. O ciclo da lembrança e da recordação é interrompido. Extinguem-se o documento e a memória. (KOSSOY apud SAMAIN, 2005, p. 44)

²⁸ O passado, doravante é tão seguro quanto o presente, o que se vê no papel é tão seguro quanto o que se toca.

²⁹ Para o filósofo Bergson (1859 -1941) a diferença que existe entre o presente e o passado encontra-se na possibilidade de ação. O passado é inativo e o presente é ação que vai ao encontro do futuro. Assim, o rememorar é o vínculo entre o passado e o presente. E a memória enquanto recobre com uma camada de lembranças um fundo de percepção imediata, e também enquanto ela contrai uma multiplicidade de momentos, constitui a principal contribuição da consciência individual na percepção, o lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas. (BERGSON, 1999, p.31)

O autor afirma que, a foto, ao contrário da pintura, que pode simular a realidade sem tê-la visto (BARTHES, 1984, p.115), remete ao objeto possivelmente real, e não se pode negar que o objeto exista. Dessa forma, a foto é uma “emanação do referente” e testemunha um “aconteceu assim”. Portanto, a imagem não é a realidade, mas, pelo menos, sua perfeita analogia, e é exatamente esta perfeição analógica que geralmente define a fotografia. Assim, na Fotografia “o que coloco não é somente a ausência do objeto; é também, de um mesmo movimento, no mesmo nível, que esse objeto realmente existiu e que ele esteve onde eu o vejo”. (BARTHES, 1984, p. 169).

Em História e Fotografia, Kossoy apresenta algumas categorias para falar sobre a fotografia, os elementos constitutivos, produto final e espaço/tempo.

Três elementos são essenciais para a realização de uma fotografia: **o assunto, o fotógrafo e a tecnologia**. São estes os *elementos constitutivos* que lhe deram origem através de um processo, de um ciclo que se completou no momento em que o objeto teve sua imagem cristalizada na bidimensão do material sensível, num preciso e definido *espaço e tempo*. (KOSSOY, 2001, p.37, grifo nosso).

Assim, o autor define os elementos constitutivos (assunto, fotógrafo e tecnologia), coordenadas de situação (espaço e tempo) e o produto final (fotografia) da seguinte maneira:

ASSUNTO	Tema escolhido, o referente fragmento do mundo exterior (natural, social, etc)
FOTÓGRAFO	Autor do registro, agente e personagem do processo.
TECNOLOGIA	Materiais fotossensíveis, equipamentos e técnicas empregados para a obtenção do registro, diretamente pela ação da luz.
ESPAÇO	Geográfico, local onde se deu o registro.
TEMPO	Cronológico, época, data, momento em que se deu o registro.
FOTOGRAFIA	A imagem, registro visual fixo de um fragmento do mundo exterior, conjunto dos elementos icônicos que compõem o conteúdo e seu respectivo suporte. (KOSSOY, 2001, p. 39)

A compreensão de todos esses componentes é imprescindível para se entender que toda fotografia representa em seu conteúdo uma interrupção do tempo e, portanto, da vida. O fragmento selecionado do real, a partir do instante em que foi registrado, permanecerá para sempre interrompido e isolado na bidimensão da superfície sensível. (KOSSOY, 2001). Portanto, quando o processo se completa, a fotografia carregará em si aquele fragmento congelado de cena passada materializado iconograficamente.³⁰

³⁰ A análise iconográfica situa-se ao nível da descrição, no caso da representação fotográfica, situa-se a meio caminho da busca do significado do conteúdo. Ver, descrever e constatar não é o suficiente. KOSSOY, 2001, p. 95.

Na concepção de Barthes, o significado mais profundo da imagem não se encontra necessariamente explícito. O significado é imaterial; jamais foi ou virá a ser um assunto visível passível de ser retratado fotograficamente. O vestígio da vida cristalizado na imagem fotográfica passa a ter sentido no momento em que se tenha conhecimento e se compreendam os elos da cadeia de fatos ausentes da imagem. Além da verdade iconográfica. (BARTHES, 1984, p. 118).

Para o autor, a fotografia tem alguma coisa a ver com a ressurreição e imaginariamente [...] representa esse momento muito sutil em que, para dizer a verdade, não sou nem um sujeito nem um objeto, mas antes, um sujeito que se sente tornar-se objeto: vivo então uma micro-experiência da morte [...]: torno-me verdadeiro espectro. (BARTHES, 1984, p. 17).

De acordo com Barthes, a Fotografia faz parte do sistema de representação, porém, o Referente da Fotografia não é o mesmo dos demais sistemas. Conforme o autor afirma “o referente fotográfico não é a coisa facultativamente real - o que remete uma imagem ou um signo, mas coisa necessariamente real que foi colocada diante da objetiva, sem a qual não haveria fotografia”. (BARTHES, 1984, p. 114-115).

Considerando ainda, a hipótese da Fotografia enquanto representação, Kossoy (2009, p.19) explicita o caráter de representação da imagem fotográfica. Segundo o autor, desde seu surgimento e ao longo de sua trajetória até os nossos dias, a fotografia tem sido utilizada como prova definitiva, e seus conteúdos são aceitos e assimilados como prova e testemunho da verdade.

Resulta disso, de acordo com o autor, que quaisquer que sejam os conteúdos³¹ das imagens, devem-se considerá-las sempre como fontes históricas³² de abrangência multidisciplinar. Entretanto, afirmar que as imagens fotográficas não se esgotam em si mesmas, muito pelo contrário, são apenas o ponto de partida para se tentar desvendar o passado. Assim, tornam-se responsáveis por mostrar um fragmento selecionado da aparência das coisas, das pessoas, dos fatos, congelado num dado momento de sua existência/ocorrência. (KOSSOY, 2009, p. 21).

³¹Leva-se em consideração a imagem que não sofreu nenhum processo de transformação próprio das tecnologias digitais.

³²Segundo Kossoy, cabe aos historiadores e especialistas no estudo das imagens, a tarefa de desmontagem de construções ideológicas materializadas em testemunhos fotográficos. (KOSSOY, 2009).

Esse fragmento selecionado resulta na imagem fotográfica observada por Kossoy (2009), como a cristalização da cena representada na bidimensão da superfície em que se forma com recorte espacial e interrupção temporal.

A imagem é a própria cristalização da cena representada na bidimensão da superfície em que se forma. A imagem fotográfica contém em si o registro de um dado fragmento selecionado do real: o *assunto (recorte espacial)* congelado num determinado momento de sua ocorrência (*interrupção temporal*). Em toda fotografia há um *recorte espacial* e uma *interrupção temporal*, fato que ocorre no instante (ato) do registro. Decorre daí a relação *fragmentação/congelamento*, um dos alicerces sobre o qual se ergue o sistema de representação fotográfica: fragmentação - assunto selecionado do real (*recorte espacial*) e congelamento - paralisação da cena (*interrupção temporal*). (KOSSOY, 2009, p. 29).

Kossoy (2009, p.31) considera que a imagem fotográfica é antes de tudo, uma representação a partir do real, segundo o olhar e a ideologia do seu autor. Seja ela analógica ou digital é sempre um documento/representação. Sob esse olhar, a fotografia fornece provas, indícios e funciona sempre como documento iconográfico acerca de uma dada realidade. E com essa ideia da fotografia como prova e como comprovação documental que Boris conceitua índice e ícone:

Índice: prova, constatação documental que o objeto, o assunto representado, tangível ou intangível, de fato existiu/ocorreu: qualquer que seja o conteúdo de uma fotografia, nele teremos sempre o rastro indicial (marca luminosa deixada pelo referente no dispositivo fotossensível) mesmo que esse referente tenha sido artificialmente produzido.

Ícone: comprovação documental da aparência do assunto e da semelhança que o mesmo tem com a imagem; isso em função da característica peculiar do registro fotográfico cuja tecnologia possibilita a obtenção de um produto iconográfico com elevado grau de semelhança com o referente que lhe deu origem. (KOSSOY, 2001, p. 37)

Vale ressaltar que o índice e o ícone são inerentes ao registro fotográfico e, como tal, não podem ser compreendidos isoladamente, ou seja, desvinculados do processo de criação do fotógrafo.

Apresenta os conceitos de primeira, segunda e terceira realidades, realidade exterior e de realidade interior que integram os fundamentos estéticos propostos por ele, para a compreensão interna do documento/representação fotográfica. Assim, para o autor:

A primeira realidade é o próprio passado. A primeira realidade é a realidade do assunto em si na dimensão da vida passada; diz respeito à história particular do assunto independente da representação, posto que anterior e posterior a ela, como também, ao contexto desse assunto no momento do ato do registro. E também

realidade das ações e técnicas levadas a efeito pelo fotógrafo diante do tema - fatos estes que ocorrem ao longo do seu processo de criação – e que culminam com a gravação da aparência do assunto sobre um componente fotossensível e o devido processamento da imagem, em determinado espaço e tempo. São estes fatos fotográficos diretamente conectados ao real. (Kossoy, 2009, p. 36).

A imagem fotográfica torna-se por um único momento parte da primeira realidade, sendo o instante de curtíssima duração em que se dá o ato do registro.

Terminado esse ato, essa imagem já se integra na segunda realidade, que é a realidade fotográfica do documento

A segunda realidade é a realidade do assunto representado, contido nos limites bidimensionais da imagem fotográfica, não importando qual seja o sistema no qual esta imagem se encontre gravada. O assunto representado é, pois, esse fato definitivo que ocorre na dimensão da imagem fotográfica, imutável documento visual da aparência do assunto selecionado no espaço e no tempo durante sua primeira realidade. (KOSSOY, 2009, p. 37).

Para Kossoy (2009), toda e qualquer fotografia, seja o artefato fotográfico original obtido na época em que foi produzido, ou a imagem dele reproduzida por qualquer meio: fotográfico, gráfico, eletrônico será sempre uma segunda realidade.

Quanto ao conceito de realidade exterior e realidade interior, explica o seguinte:

Toda e qualquer imagem fotográfica contém em si, oculta e internamente, uma história: é a sua realidade interior, abrangente e complexa, invisível fotograficamente e inacessível fisicamente e que se confunde com a primeira realidade em que se originou. (KOSSOY, 2009, p. 36).

Já em relação a realidade exterior da imagem afirma que

O assunto representado configura o conteúdo explícito da imagem fotográfica: a face aparente e externa de uma micro-história do passado, cristalizada expressivamente. É esse aspecto visível a realidade exterior da imagem, tornada documento. É esta a sua natureza, comum a todas as imagens fotográficas e que se constitui em sua segunda realidade. (KOSSOY, 2009, p.37).

Assim, do objeto à sua representação existe sempre uma transposição de dimensões e realidades. O assunto uma vez representado na imagem é um novo real: interpretado e idealizado, em outras palavras, ideologizado. É óbvio que se está diante de uma nova realidade, a da imagem fotográfica, que o autor denomina de segunda realidade.

Diz respeito a realidade fragmentária do assunto, ao mesmo tempo em que é a realidade da representação enquanto tal. E esse elo material de ligação ao passado que tomamos como referência, como documento de um dado tema na dimensão da vida, isto é, em sua primeira realidade. É justamente a realidade da representação veículo de memória que será apreciada, guardada ou destruída fisicamente,

interpretada enfim. A primeira realidade, a do fato passado em sua ocorrência espacial e temporal, vê-se assim, substituída, tornada signo expressivo, “signo da presença imaginária de uma ausência definitiva”. (KOSSOY, 2009, p. 43)

Por conseguinte, não se pode perder de vista que os indícios que a imagem fotográfica apresenta relativamente ao tema, foram gravados por um sistema de representação visual. Se por um instante, durante a gravação da imagem, houve uma conexão com o fato real, no instante seguinte, e para sempre, o que se tem é o assunto representado; o fato se dilui no instante em que é registrado: o fato é efêmero, sua memória, contudo, permanece pela fotografia. (KOSSOY, 2007, p. 42). Trata-se do papel da imagem fotográfica enquanto elemento de fixação da memória, que será tema do próximo item.

3 DIÁLOGO ENTRE IMAGEM FOTOGRÁFICA, MEMÓRIA E VELHICE

A imagem é própria do homem pelo fato de somente ser imagem a partir de sua consciência. Desse modo, Vigotsky afirma que a verdadeira essência da memória humana está no fato dos seres humanos serem capazes de lembrar ativamente com a ajuda de signos. Portanto, a essência da civilização consiste na construção propositada de monumentos³³ de forma a não esquecer fatos históricos, possibilitando registro na memória humana (VIGOTSKY, 2004).

Por conseguinte, é nessa relação de mediação entre a sociedade e o homem que as várias imagens produzidas se tornam memórias para gerações, sendo necessário compreender o que elas representam enquanto sistema, convenções, cultura e poder. Nesse sentido, Flusser lembra que

As imagens são mediações entre o homem e o seu mundo, que para ele se tornou imediatamente inacessível. São ferramentas para superar a alienação humana: elas tinham a função de permitir a ação dentro de um universo no qual o homem não vive mais de forma imediata, mas o enfrenta. O propósito das pinturas rupestres era permitir a caçada de cavalos; o propósito dos vitrais das catedrais era permitir a oração a Deus; o dos mapas rodoviários era orientar o transporte de veículos; e o das projeções estatísticas era tomar decisões. É necessário aprender a decifrar essas imagens, é preciso aprender as convenções que lhes imprimem significados, e mesmo assim é possível que se cometam enganos. Por exemplo, seria um erro decifrar mapas rodoviários como se fossem pinturas rupestres (mágicas para turistas caçadores), ou como se fossem projeções (propostas para construir estradas). A “imaginação” que produz mapas rodoviários não é a mesma que produz pinturas rupestres e projeções. (FLUSSER, 2007, p. 142-143)

Como dito pelo autor, é imprescindível aprender as convenções de cada sociedade a fim de se conseguir a decifração de suas imagens. Por isso, ao se associar a imagem como memória tem-se que compreender o seu tempo, sua época, sua cultura, sua sociedade. E esse tempo se torna social e por essa razão influencia no modo de lembrar, pois cada época com suas convenções sociais que lhes são inerentes, portanto, a memória é elemento imprescindível à manutenção da identidade dos grupos sociais. Nesse contexto, Halbwachs (2006) afirma que ninguém pode lembrar realmente a não ser em sociedade, pela presença ou

³³Segundo Debray signo vem de *séma*, pedra tumular. Em Homero, *sema clecín* é erguer um túmulo. O signo pelo qual se reconhece uma sepultura precede e fundamenta o signo de semelhança. A morte como semáforo primitivo parece bem distante de nossas modernas semiologia e semântica, mas bastará raspar um pouco a ciência dos signos e será possível exumar a terra cozida, o arenito esculpido e a máscara de ouro. A estátua, cadáver estável e ereto, que, de pé, saúda de longe os passantes – faz-nos sinal, nosso primeiro sinal. Sob os vocábulos, as pedras (2003, p. 24)

pela evocação, portanto, recorrendo aos outros ou a suas obras. Assim, “um homem que se lembra sozinho do que os outros não lembram é como alguém que enxerga o que os outros não vêem”. (HALBWACHS, 2006, p. 2).

Porém, para que nossa memória se aproveite da memória dos outros não basta que estes nos apresentem seus testemunhos, é o que nos esclarece o autor,

Também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Portanto, é preciso que essa reconstrução funcione a partir de dados comuns entre nós e os outros, porque elas estão continuamente passando destes para aqueles e vice-versa e isso só é realizável se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de um mesmo grupo ou sociedade. (HALBWACHS, 2006).

Uma imagem pode nos reportar a um tempo e também escapar a qualquer cronologia. Assim, aquela imagem, por exemplo, de dois séculos atrás e que conseguiu resistir ao tempo, mesmo dotada de uma “idade”, pertencente a um século específico e que fez parte de uma outra atmosfera, transforma-se em instrumento de memória, conhecimento da existência do passado, de uma sociedade, de uma cultura, localizadas cronologicamente.

Como exemplo, a arte é referenciada pelo pensador húngaro Georg Luckács como memória da humanidade evidenciando que tem valor documental e valor evocativo: “arte é documento: é o retrato de uma época, é fonte de informação básica para se conhecer a história”. (FREDERICO, 1997, p. 64). Nesse sentido:

O valor evocativo se deve ao fato de que na arte o passado é feito presente. Esse passado atualizado não diz respeito somente a vida anterior de cada indivíduo. O que é posto em relevo é o caráter social da personalidade humana [...] o indivíduo experiencia um momento da trajetória humana. (FREDERICO, 1997, 64).

Por conseguinte, a arte é a memória da humanidade e o indivíduo que revive esses momentos passa por um processo de educação, de reencontro com o gênero humano, que vivencia experiência enriquecedora e que está apto a olhar para o mundo real com outros

olhos³⁴. (FREDERICO, 1997, p. 65). Assim, a imagem torna-se a própria fonte de construção de identidade de grupos que compõem as diversas sociedades.

Nessas distinções sociais a imagem fabricada é dada em sua fabricação; também o é em sua recepção. E tem a faculdade de ser percebida co-expressiva até mesmo por aqueles que não têm seu código. Por conseguinte, uma imagem do passado jamais estará ultrapassada e assim, congelar imagens é válido em todo o tempo. (DEBRAY, 1993).

Em se tratando de imagem fotográfica também se torna memória para humanidade. Nesse caso, os fotógrafos se tornam os produtores de imagens e, consequentemente, produtores de acervo para memória.

Dessa forma, a fotografia, desde a primeira metade do século XIX tem se prestado ao vasto registro da experiência humana. Portanto, concernente à memória, Kossoy (2007, p. 132), afirma que “a memória do homem e de suas realizações tem se mantido sob as mais diferentes formas e meios graças a um sem número de aplicações da imagem fotográfica ao longo dos últimos 160 anos”. (KOSSOY, 2007, p. 132).

O autor afirma que Fotografia é memória e com ela se confunde (KOSSOY, 2001, p. 156). Torna-se fonte inesgotável de informação, mas também emoção, sendo assim, memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social. Afirma, ainda, que é sempre memória de determinado tema e instante que se cristaliza enquanto dura a imagem.

Enquanto registro da aparência dos cenários, personagens, objetos, fatos; documentando vivos ou mortos, é sempre memória daquele preciso tema, num dado instante de sua existência/ocorrência. Vestígio de um passado, admiráveis realidades em suspensão, caracterizadas por tempos muito bem demarcados: o de sua gênese e o de sua duração. (KOSSOY, 2007, p.131).

³⁴ Vale ressaltar que a arte nasce funerária. Segundo Debray, as honras fúnebres relançam consoante o lugar, a imaginação plástica, as sepulturas dos grandes foram nossos primeiros museus e os próprios defuntos, nossos primeiros colecionadores. Com efeito, esses tesouros de armas e de baixelas, vasos, diademas, caixinhas em ouro, bustos de mármore, móveis de madeira preciosa, não se destinavam a serem vistos pelos vivos. Não eram amontoados no fundo das construções sepulcrais, pirâmides ou valas para embelezar, mas sim, para prestar serviço. A cripta, fechada logo em seguida, era interdita, quase sempre, ao acesso – e, todavia, repleta dos mais ricos materiais. Para nós, modernos, os reservatórios de imagens estão expostos à vista (DEBRAY, 1993, p. 22). Para o autor, o nascimento da imagem está envolvido com a morte. Mas, se a imagem arcaica jorra dos túmulos é por recusar o nada e para prolongar a vida, por isso que quanto mais apagada da vida social estiver a morte, menos viva será a imagem e menos vital nossa necessidade de imagens. O autor explica que qualquer que seja a imagem: túmulo de câmara, de poço, de cúpula, em forma de cone, construído em ponto elevado ou na rocha, há sempre monumento, ou seja, advertência de um lembra-te (DEBRAY, 1993, p. 28).

O autor faz associação do advento da fotografia com a máquina do tempo que funciona como mecanismo de acesso ao passado e, como máquina fotográfica, é possível esse acesso acontecer e as imagens são produtos desse aparelho que possibilitam viajar no tempo

Com a invenção da fotografia inventou-se também, de certa forma, a máquina do tempo [...] Refiro-me a máquina do tempo enquanto máquina fotográfica e, especialmente, ao produto desses aparelhos: as imagens. Com elas, viajamos no tempo, em direção a cenários e situações que nelas vemos representados; através de nossas lembranças, de nossa imaginação, viajamos ao passado e vivemos por instantes essa ilusão documental. (KOSSOY, 2007, p. 146).

Essa viagem ao tempo é possibilitada pela fotografia e esse contato direto permite a atualização do passado e o encontro com a lembrança de um momento da vida que se quer revisitar e conforme Bergson (1999, p. 158).

A verdade é que jamais atingiremos o passado se não nos colocarmos nela de saída. Essencialmente virtual, o passado não pode ser apreendido por nós como passado a menos que sigamos o movimento pelo qual ele se manifesta em imagem presente, emergindo das trevas para a luz do dia.

Mas, ressalta que a imagem pura e simples não me reportará ao passado a menos que seja efetivamente no passado que eu vá buscá-la, seguindo assim o progresso contínuo que a trouxe da obscuridade à luz. (BERGSON, 1999).

Dessa maneira, a perpetuação da memória é o denominador comum das imagens fotográficas: o espaço recortado, fragmentado, o tempo paralisado

Uma fatia de vida (re) tirada de seu constante fluir e cristalizada em forma de imagem. Uma única fotografia possui dois tempos: o efêmero e o perpétuo. Portanto, o tempo de criação, o da primeira realidade, instante único da tomada do registro no passado, num determinado lugar e época, quando ocorre a gênese da fotografia; e o tempo da representação, o da segunda realidade, onde o elo imagético, codificado formal e culturalmente persistente em sua trajetória na longa duração. (KOSSOY, 2007, p.133).

Como explica Kossoy (2009), a fotografia conecta-se a uma realidade primeira que a gerou em algum lugar e época, mas perdendo-se os dados sobre aquele passado, não existindo informações acerca do referente que a originou, resta uma imagem perdida, sem identificação, sem identidade [...] sem história, perde-se com o referente, hábitos, nomes, dia-a-dia dos moradores que habitaram determinada casa, ruas das cidades, detalhes que se vê retratada na imagem (segunda realidade, a da representação), convivendo com aquela que se imagina e que teve lugar no passado (primeira realidade). (KOSSOY, 2009, p.130).

O autor descreve para que servem as imagens fotográficas, entre elas cita algumas de suas utilidades: a fim de que se possa preservar a lembrança de certos momentos e das pessoas que nos são caras; para que nossa imagem não se apague; para que não se perca a referência do nosso passado, dos nossos valores, da nossa história. (KOSSOY, 2009).

Além disso, explica que o conceito de fotografia e sua imediata associação à ideia de realidade, tornaram-se tão fortemente arraigados que, no senso comum, existe um condicionamento implícito de a fotografia ser um substituto imaginário do real. Um substituto portátil que pode ser transformado através do espaço e tempo. Tal condicionamento é ainda mais reforçado na medida em que, nós mesmos, somos personagens da experiência fotográfica; porque todos nós guardamos fotos de nossas experiências de vida, consideradas por ele: imagens-relicário que preservam cristalizadas nossas memórias. (KOSSOY, 2009).

Esclarece o autor que “certas imagens carregam em si um forte conteúdo simbólico, com algumas de nossas próprias fotos pessoais ou familiares. Quando nos vemos nos velhos retratos dos álbuns, temos a constatação concreta de que o tempo passou”. (KOSSOY, 2009, p.137). Mas também, que aquele momento existiu, num passado remoto, ou mais recente.

Evidencia, com isso, que toda fotografia que é apreciada se refere ao passado. Mesmo aquela que se tira, ou que tiraram de nós, no último fim de semana. Quando fala em passado, quer dizer que o momento vivido é irreversível e que as situações, sensações e emoções que se vive estão registradas no nosso íntimo sob a forma de impressões. Essas impressões, com o passar do tempo se tornam etéreas, nubladas, longínquas. Portanto, cada foto, traz o *start* da lembrança, da recordação, ponto de partida, enfim, da narrativa dos fatos e emoções. (KOSSOY, 2009).

Torna-se notório que a cena gravada na imagem não se repetirá jamais.

O momento vivido, congelado pelo registro fotográfico é irreversível. As personagens retratadas envelhecem e morrem, os cenários se transfiguram e também desaparecem. O mesmo ocorre com os autores-fotógrafos e seus equipamentos. De todo processo somente a fotografia sobrevive. (KOSSOY, 2009, p. 139).

Mas, ao desaparecer essa segunda realidade - seja por ato voluntário ou involuntário – aquelas personagens morrem pela segunda vez. O visível fotográfico ali registrado desmaterializa-se. O ciclo de lembrança e da recordação é interrompido. Extinguem-se documento e a memória. (KOSSOY, 2009).

Assim como a fotografia, a função social do velho é lembrar – *memini, moneo* – unir o começo e o fim, ligando o que foi e o porvir. Segundo a autora, “a memória³⁵ é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”. (BOSI, 1994, p. 39).

E as fotografias, nesse contexto, são tomadas como “objetos biográficos” porque envelhecem com aquele que a possui e se tornam instrumento de registro de momento singular e que guardados e bem conservados ultrapassam os limites das gerações. (BOSI, 1994). São estes os objetos que Violette Morin chama de objetos biográficos, pois envelhecem com o possuidor e se incorporam à sua vida: o relógio da família, o álbum de fotografias, a medalha do esportista, a máscara do etnólogo, o mapa-mundi do viajante [...] Cada um desses objetos representa uma experiência vivida, uma aventura afetiva do morador. (BOSI, 1994).

E envelhecendo com o seu possuidor, tornam-se suporte que viabilizam lembrar e conseqüentemente ter memória, é como diz Arendt (2007, p. 183): “a memória é o dom de lembrar, dos quais provém todo desejo de imperecibilidade, necessita de coisas que os façam recordar, para que eles próprios não venham a perecer”. Dessa maneira, a recordação, que segundo a filósofa, é a mãe de todas as musas, é diretamente transformada em memórias.

Portanto, é como mecanismos para lembrar que a fotografia e a memória dos velhos associados podem servir como mediadores entre a geração de hoje e as testemunhas do passado. Segundo Bosi a memória dos velhos:

É um intermediário informal da cultura, visto que existem mediadores formalizados constituídos pelas instituições (a escola, a igreja, partidos políticos) e que existe a transmissão de valores, de conteúdos, de atitudes, enfim os constituintes da cultura. (BOSI, 2003, p.15) [...] Só o objeto biográfico é insubstituível: as coisas que envelhecem conosco, nos dão a sensação de continuidade. (BOSI, 2003, p. 16).

³⁵Segundo os estudos de Bergson existem duas memórias: “[...] uma fixada no organismo, não se é senão o conjunto de mecanismos inteligentemente montados que assegurem uma réplica conveniente às diversas interpelações possíveis. Ela faz com que nos adaptemos à situação presente, e que as ações sofridas por nós [...] antes hábito, do que memória, ela desempenha nossa experiência passada, mas não evoca sua imagem. A outra é a memória verdadeira. Coextensiva à consciência, ela retém e alinha uns após todos os nossos estados à medida que eles se produzem, dando a cada fato seu lugar, [...] data....”. (BERGSON, 1990, p.124)

Segundo a psicóloga social, a memória³⁶ “é um trabalho sobre o tempo, mais sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo” e, “a lembrança é a sobrevivência do passado” (BOSI, 1994, p. 53). Portanto, o passado conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma das imagens-lembrança. E se lembramos, é porque os outros, à situação presente, nos fazem lembrar: “O maior número de nossas lembranças nos vem quando nossos pais, nossos amigos, ou outros homens, no-las provocam”. (BOSI, 1994, p. 55).

Cada sociedade, à sua maneira, constrói e perpetua a sua imagem para a posteridade. Segundo Bosi é “o momento áureo da ideologia com todos seus estereótipos e mitos”. (BOSI, 1964, p. 67) e só é possível ter memória se há lembranças. A sua função “é conservar o passado do indivíduo na forma que é mais apropriada”. (BOSI, 1964, p. 68).

Na concepção de Halbwachs, a memória da pessoa está vinculada à memória do grupo, e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade. Em seus estudos sobre os quadros sociais da memória, essa não fica adstrita ao mundo da pessoa, mas persegue a realidade interpessoal das instituições sociais. Portanto, a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo. (HALBWACHS apud BOSI, 1994).

Para o sociólogo francês o que rege em última instância a atividade mnêmica é a função social exercida aqui e agora pelo sujeito que lembra. Na sociedade em que vivemos é a hipótese mais geral de que o homem ativo (independentemente de sua idade) se ocupa menos de lembrar, exerce menos frequentemente a atividade da memória, ao passo que o homem já afastado dos afazeres mais prementes do cotidiano se dá mais habitualmente à refacção do seu passado.

Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo da instituição, da sociedade. (HALBWACHS apud BOSI, 1994, p. 63).

³⁶Conforme Bergson “no que concerne à memória ela tem por função primeira evocar todas as percepções passadas análogas a uma percepção presente, recordar-nos o que precedeu e o que seguiu, sugerindo-nos assim a decisão mais útil. Mas não é tudo. Ao captar numa intuição única momentos múltiplos de duração, ela nos libera do movimento de transcorrer das coisas [...]. Quanto mais ela puder condensar esses momentos num único, tanto mais sólida será a apreensão que nos proporcionará da matéria [...]”. (BERGSON, 1999, p.187).

Nessa sociedade, cabe ao adulto se entreter nas tarefas do presente. Ele não procura habitualmente na infância imagens relacionadas com sua vida cotidiana; quando chega a hora da evocação, esta é, segundo o autor, na realidade, a hora do repouso, o relaxamento da alma, desejo breve, mas intenso de evasão. Nesse caso, adulto ativo não se ocupa longamente com o passado; mas, quando o faz, é como se estes lhe sobrevivessem em forma de sonho. Em suma: para o adulto ativo, vida prática é vida prática, e memória é fuga, arte, lazer, contemplação. Já a situação do velho, do homem que já viveu sua vida, é bem diferente. Assim, o velho ao lembrar o passado, não está descansando, por um instante, das lidas cotidianas, não está se entregando fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida. (BOSI, 1994).

Nesse contexto de memória, enquanto função social, a fotografia e a velhice transformam-se em subsídios para constituição dessa memória. Assim, o rastro indicial gravado na fotografia possibilita a constatação da existência do assunto: o “isso aconteceu” uma vez que a foto leva sempre seu referente consigo e os fortes conteúdos. (BARTHES, 1984).

Com essas concepções que se vai orientar este trabalho. Vale ressaltar que as imagens fotográficas aqui desveladas são oriundas de arquivo pessoal, de um grupo de velhos que se encontram asilados e que tem a imagem como recurso de lembrar e relembra momentos vividos, das pessoas diletas, da família, enquanto primeira célula da sociedade, e de grupos sociais que fizeram parte de sua vida.

Repentinamente, essas imagens podem voltar a ter uma ‘função na vida’: representar uma família; relatar-se umbilicalmente um referente; alguém que necessite de identificação e de memórias; um fantasma, um andróide, um clone, não importa. Essas representações podem agora ressurgir ou ressuscitar, digamos assim, numa nova “encarnação”. (KOSSOY, 2007, p. 142).

4 O ESTUDO SOBRE ENVELHECIMENTO NA SOCIEDADE OCIDENTAL

Foram necessários séculos para que a velhice enveredasse pelo caminho da ciência e passasse da esfera de doença para área específica do conhecimento científico. Os estudos desenvolvidos situam-se na medicina e como ciência recebe o nome de Gerontologia. Até chegar a conhecimento científico surgiram várias teorias que testadas e não correspondendo às expectativas, foram postas de lado. Outras teorias corroboraram e contribuíram para a evolução e revolução dessa ciência. Assim, a medicina mesmo apresentando graves dificuldades teóricas, empiricamente ela progredia. Essas transformações, porém, não permitem um conceito absoluto de velhice e apontam para a possibilidade de haver sempre uma nova condição a ser construída. E o processo de envelhecimento humano tem haver com sua evolução e com a certeza de que os anos vividos variam com as épocas e lugares e com cada cultura.

Torna-se imprescindível entender que envelhecimento é um processo, velhice é a fase da vida, portanto, é própria da condição humana e conseqüentemente inevitável. Portanto, na nova configuração que é a Pós-Modernidade, identifica-se a Era do Envelhecimento em decorrência do número elevado de pessoas idosas que o mundo concebeu acompanhado do acréscimo significativo nos anos de vida dessa população, o que tem despertado o interesse das diversas áreas do conhecimento.

O saber sobre a velhice e o envelhecimento por muito tempo, foi considerado irrelevante. Os caminhos que percorreram os estudos sobre a velhice saindo da esfera de intermediária entre doença e saúde e, encontrando por meio de estudos precisos e sistemáticos, o status de ciência – Gerontologia. Situa-se a velhice no contexto da Pós-modernidade revelando os novos paradigmas que enfrenta essa ciência e sua relevância para enfrentamento dos problemas relacionado à velhice nesse novo contexto.

Dessa forma, os estudos sobre a velhice tomam relevância no início do século XIX, quando a medicina começa a se beneficiar do progresso da fisiologia e de todas as ciências experimentais e assim, sem ainda levar o nome de geriatria – começa realmente a existir. (BEAUVOIR, 1990, p. 28).

O processo de envelhecimento está (e esteve) presente em todos os lugares, em todas as sociedades e em todos os séculos. E por se perpetuar alcançando crescimento gigantesco nas sociedades, é que vem chamando atenção da ciência.

Concorda-se com o que Morin (2005) quando discorre sobre os inconvenientes da ciência, no que se refere a fragmentação do saber e a incapacidade de nos pensar enquanto seres vivos biologicamente, acredita-se que essa forma de pensamento contribuiu para o adiamento de estudos sobre a velhice.

Dois séculos depois, em plena Pós-modernidade³⁷, o envelhecimento humano está chamando a atenção dos pesquisadores que mantêm constantes estudos desenvolvidos pela ciência denominada gerontologia que estuda o próprio processo de envelhecimento. Isso se deve ao número elevado de pessoas idosas que vêm demarcando a longevidade como um aspecto da pós-modernidade e exigindo novos estudos para que as sociedades possam se preparar para esse novo paradigma, onde o processo de envelhecimento encontra-se inserido num conjunto de vários discursos: além dos políticos, também da tradição, das mídias, dos mercados de consumo e dos científicos.

4.1 Breve histórico sobre a velhice e os estudos científicos da longevidade na Pós-Modernidade.

A velhice tem sido vista e trabalhada de maneira diferente, de acordo com períodos históricos e com a estrutura social, cultural, econômica e política de cada povo.

Hipócrates compara as etapas de vida às quatro estações da natureza: a velhice ao inverno. Galeno³⁸, no século II considera a velhice como intermediária entre a doença e a saúde, e em sua *Gerocomica*, dá conselhos de higiene que foram respeitados na Europa até o século XIX.

³⁷ Para este trabalho adota-se o termo pós-modernidade de acordo com a concepção de Giddens. Segundo ele, no final do século passado, existe uma série de termos que levam para além da modernidade: "sociedade de informação" ou a "sociedade de consumo", mas cuja maioria sugere que, mais que um estado de coisas precedente, está chegando a um encerramento ("pós-modernidade", "pós-modernismo", "sociedade pós-industrial"). E essas controvérsias enfocam amplamente questões de filosofia e epistemologia, que tem como representante Jean-François Lyotard, primeiro responsável pela popularização da noção de pós-modernidade e que apresenta a pós-modernidade a um deslocamento das tentativas de fundamentar a epistemologia, e dar fé no progresso planejado humanamente. Giddens analisa pós-modernidade como uma série de transições imanentes afastadas - ou "além" - dos diversos feixes institucionais da modernidade. Para ele "não vivemos ainda num universo social pós-moderno, mas podemos ver mais do que uns poucos relances da emergência de modos de vida e formas de organização social que divergem daquelas criadas pelas instituições modernas". (GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. - São Paulo: Editora UNESP, 1991).

³⁸ Foi no século II que Galeno fez sua síntese geral da medicina antiga. Ele considera a velhice como intermediária entre a doença e a saúde. Ela não é exatamente um estado patológico: entretanto, todas as funções fisiológicas do velho ficam reduzidas ou enfraquecidas. (BEAUVOIR, 1990, p. 24).

Durante toda a Idade Média, o desenvolvimento da medicina foi quase nulo: consequentemente a velhice permaneceu muito mal conhecida. Entretanto, Avicena – um dos discípulos de Galeno – fez, no século XI, observações interessantes sobre as doenças crônicas e as perturbações mentais dos anciãos.

E até o fim do século XV, todas as obras sobre a velhice são tratados de higiene. No fim do século XV, ocorre na Itália um renascimento da ciência e o médico Zerbi escreve uma *Gerontocomia* que é a primeira monografia dedicada à patologia da velhice. O ramo da medicina que faz imenso progresso no início do Renascimento é a anatomia que continua a progredir com Versálio, que é seu grande mestre.

No século XVI, Paracelso defendia que o homem é um “composto químico” e a velhice resulta de uma auto-intoxicação. No século XVII, Gerard Van Swieten percebe a velhice como uma espécie de doença incurável. Com ascensão da burguesia, Borelli e Baglivi associam o corpo a uma máquina, retomando as teorias mecanicistas da Antiguidade sobre a velhice e, consequentemente retroagindo aos avanços já alcançados nos estudos desenvolvidos. Já Stahl, inaugura a teoria conhecida como vitalismo: existiria no homem um princípio vital, uma entidade, cujo enfraquecimento acarretaria a velhice, e o desaparecimento, a morte. Nesse ínterim, a medicina tinha graves dificuldades teóricas, mas empiricamente ela progredia. A obra de Seier lançada em 1799 era inteiramente dedicada a anatomia dos velhos, apoiava-se em autópsias. (BEAUVOIR, 1990).

No início do século XIX, a medicina começa a se beneficiar do progresso da fisiologia e de todas as ciências experimentais e os estudos sobre a velhice tornam-se precisos e sistemáticos. A medicina preventiva deu lugar à terapêutica, surgindo a preocupação de curar os velhos. No fim do século XIX e no século XX, multiplicaram-se as pesquisas. É a partir de meados do século XIX que – sem ainda ter este nome, a geriatria começa realmente a existir. É o americano Nascher, considerado o pai da geriatria, que se dedica ao estudo da senescência. (BEAUVOIR, 1990).

Conforme narra Beauvoir (1990), Nascher retornando a Viena, visitou uma casa de velhos onde se espantou com a longevidade e a boa saúde deles, e ao questionar aos seus colegas, tem como resposta “é porque nós tratamos os pacientes idosos como os pediatras tratam as crianças” (Beauvoir, p.30) incentivando-o a criar um ramo especial da medicina que batizou de geriatria. Assim, em 1909, ele publicou seu primeiro programa; em 1912 fundou a Sociedade de Geriatria de Nova Iorque e publicou em 1914 um novo livro sobre a questão.

Ao lado da geriatria, desenvolveu-se uma ciência denominada gerontologia: ela não estuda a patologia da velhice, mas o próprio processo do envelhecimento. Como relata

Morin (2005) sobre ciência, as mudanças de paradigmas têm grande influência na descoberta de novas ciências assim, é que antes, o gerontologista americano Birren indicava que pesquisas sobre a velhice podem “provocar um mal-estar”, hoje já houve uma mudança para melhor em seu discurso: hoje em dia, a ciência não leva tal fato em consideração, o que nos faz perceber o importante papel da mudança de pensamento existente no mundo da ciência.

A Pós-modernidade identifica uma nova configuração: a princípio apresenta aceleração do processo de urbanização, desenvolvimento do sistema de informação, modo capitalista de produção, o avanço da medicina e a melhoria das condições de vida que prolonga a expectativa de vida³⁹.

De acordo com Manuel Castells (1999), o mundo desenvolvido da revolução industrial, da constituição da ciência médica, do triunfo da razão e da afirmação dos direitos sociais alterou o panorama dos últimos dois séculos, prolongando a vida, superando um grande número de doenças, controlando o nascimento, diminuindo óbitos e constituindo o ciclo vital em torno de algumas dimensões sociais. Dessa forma, na pós-modernidade tem-se identificado envelhecimento da população⁴⁰ onde as pessoas idosas transformam-se em grupo etário em evidência.

Com o aumento da expectativa de vida, causados pelo avanço da medicina na prevenção de doenças e mudança no estilo de vida, neste novo século, a longevidade torna-se fonte de estudos de cientistas das várias áreas de conhecimento, incentivando publicações e tratados sobre gerontologia, constituição de centro de pesquisas, associações, sociedades e até clubes internacionais de pesquisa sobre a velhice, levando a Gerontologia desenvolver-se em três planos: biológico, psicológico e social. Em todos esses domínios ela é fiel a um mesmo posicionamento positivista: não se trata de explicar porque os fenômenos se produzem, mas de descrever sinteticamente, com a maior exatidão possível, suas manifestações.

³⁹Vale ressaltar que, o tempo de vida do indivíduo está diretamente relacionado ao contexto histórico. Na pré-história, no Império Romano e na Grécia Antiga a idade em média das pessoas era em torno de 25 anos. As condições de vida influenciavam grandemente o número de anos que os homens podiam alcançar nas suas vidas. Com o decorrer da História, a longevidade e a expectativa de vida foram crescendo e no século XVII subiu para 30 anos, enquanto que, na metade do século XIX (duzentos anos depois) tinha aumentado apenas cinco anos na vida humana, levando-se a concluir que para se ganhar dez anos de vida, foram necessários quase dois mil anos. E os indivíduos que conseguiam chegar aos 40 eram considerados velhos. Hoje, no século XXI, a expectativa média de vida alcança os 73,4 e segundo IBGE (Censo 2010) a estimativa para 2050 é alcance o patamar de 81,29 anos.

⁴⁰O envelhecimento da população é um fenômeno global e relativamente recente no mundo, sendo que alguns fatores contribuíram para isso: condição genética, o meio ambiente e também o estilo de vida, mas tem-se que compreender que as pessoas tem ritmos diferentes de envelhecimento biológico (DORNELLES, 2003, p.60)

Nesse contexto, a medicina moderna não pretende mais atribuir uma causa ao envelhecimento biológico e sim considerar inerente ao processo de vida, do mesmo modo que o nascimento, o crescimento, a reprodução e a morte.

4.2 Antagonismo inerente a categoria velhice.

Apesar da velhice se constituir numa experiência individual (se for possível alcançá-la), é no âmbito social que se cristalizam as diferenças próprias da categoria.

Cada indivíduo tem uma forma específica de vivenciar a velhice, de acordo com sexo, grupo social e cultura, ela se torna contraditória dentro da mesma sociedade, nesse estudo em particular, na sociedade ocidental. Dessa forma, mesmo as pessoas do mesmo sexo, manifestam experiências diferentes na velhice; mesmo pessoas do mesmo grupo social, experimentam a velhice de maneira diversa; da mesma cultura expressam comportamentos divergentes em relação a velhice. Assim, o paradoxo se perpetua e com a longevidade impulsiona, cada vez mais, os estudos que levem a tentativa de compreensão de sua existência.

Por ser uma condição humana, a velhice está presente em qualquer lugar, em qualquer sociedade, em qualquer recorte histórico, na vida cotidiana e inscrita em cada pessoa, sendo vivenciada de formas diferentes, de acordo com cada cultura.

Para se conhecer e compreender a categoria velhice é imprescindível considerar também as outras⁴¹: infância, juventude e idade adulta. Mas quando começa e quando termina uma etapa de vida? É preciso compreender que existe a necessidade de classificar o ser humano em crianças, jovens, adultos e velhos, como uma forma encontrada para responder ao padrão de existência de cada sociedade. Porém, esse processo de classificação a partir desses determinantes biológicos não é estático, mas sim dinâmico e constantemente

⁴¹Erasmus de Rotterdam (1466-1536) na obra *A Loucura* já se refere as outras fases contrapondo-as a categoria velhice: “Todos sabem que a infância é a idade mais alegre e agradável [...] Ama-se a primeira juventude que se sucede à infância, sente-se prazer em ser-lhe útil, iniciá-la, socorrê-la. Mas, de quem recebe a meninice os seus atrativos? De quem, se não de mim, que lhe concedo a graça de ser amalucada e, por conseguinte, de gozar e de brincar? Quero que me chamem de mentirosa, se não for verdade que os jovens mudam inteiramente de caráter logo que principiam a ficar homens e, orientados pelas lições e pela experiência do mundo, entram na infeliz carreira da sabedoria. Vemos, então, desvanecer-se aos poucos a sua beleza, diminuir a sua vivacidade, desaparecerem aquela simplicidade e aquela candura tão apreciadas. E acaba por extinguir-se neles o natural vigor. Por tudo isso, observai, senhores, que, quanto mais o homem se afasta de mim, tanto menos goza dos bens da vida, avançando de tal maneira nesse sentido que logo chega à fastidiosa e incômoda velhice, tão insuportável para si como para os outros”. ROTTERDAM, Erasmo de. *Elogio da Loucura*. file:///C:/site/livros_gratis/elogia_loucura.htm. Acessado em 20 de janeiro de 2012.

renovado, conforme expõe Almeida (2003, p. 39): “o lugar ocupado por homens, mulheres, crianças, jovens, adultos e velhos decorre das soluções encontradas por cada coletividade para responder aos imperativos de sua existência”.

Nesse processo, a infância surgiu com uma necessidade de dividir a vida em mais etapas, passando a experimentar sua separação da vida adulta, a partir do século XIII⁴². Isso se deu, num processo demorado, transformando-se em fase de vida caracterizada pela dependência. Já a adolescência ganha especificidade somente 600 anos depois, já no final do século XIX surgindo como fase de transição entre a infância e a idade adulta, especialmente no Ocidente (ALMEIDA, 2003, p. 40). Vale lembrar que a demora dessa divisão em categoria se deve ao fato da expectativa de vida das pessoas no século XIX ter sido em torno de 35 anos.

Foi na sociedade moderna, quando a expectativa de vida aumentou, que a infância, a adolescência e a velhice conseguiram chegar à condição de etapas singulares de vida. Evidencia Almeida (2003, p. 41) que “nessa mesma sociedade, a velhice já tem um lugar nada confortável, que passa pela segregação, pelo isolamento social, pela ruptura de laços afetivos, familiares e de amizade, pela negação do direito de pensar, propor, decidir, fazer”.

Com essa divisão no estágio de vida, considerando a ordem cronológica foi ocorrendo o distanciamento entre as etapas de vida, o que contribuiu para a construção e reprodução da identidade estigmatizada da velhice. Desse modo, quando se reporta às outras categorias, pensa-se em algo que é próprio das etapas da vida em pleno processo de vigor. Quando se fala em velhice nas sociedades ocidentais, à princípio, reporta-se à ideia de perdas (fragilidade, redução da capacidade física, comprometimento da capacidade cognitiva), como também à representação da tristeza, última etapa da vida associando-se também à aproximação da morte, como se as demais etapas fossem desprovidas dessa possibilidade. Esse é o modelo social de velho.

Essa complexidade de interpretações sobre velhice denota que está estritamente vinculada à cultura ou ao conjunto de valores e práticas de determinada sociedade. Como bem

⁴²Nas imagens da Idade Média evidenciam a não distinção entre adultos e crianças, assim estas se assemelhavam com os adultos, sendo consideradas miniatura do adulto, encontradas nas obras da Renascença. Para análises posteriores ver em Nossa Senhora entronizada com o Menino, c. 1280, têmpera em madeira, 81,5 x 49 cm. Galeria Nacional de Arte. Washington, DC (GOMBRICH, 2009, p. 139). Ver também, Philippe Ariès (1914-1984), reconhecido medievalista e historiador francês, investigador da história social da família e da criança, e das mentalidades, no seu livro *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime* (A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime, Relógio D'Água - 1988) refere que o conceito de infância, tal como hoje o conhecemos, é qualquer coisa criada nos últimos 300 anos. Antes, quase não se distinguiam os adultos das crianças – partilhavam de igual modo o trabalho e muitas vezes o mesmo tipo de divertimento e festas, passavam a pertencer à comunidade dos adultos crescidos. Ver também *Jogos Infantis* de Pieter Brugel, obra datada de 1560.

explicita Clifford Geertz, o que o homem é está envolvido com o onde ele está (2009) e no caso da velhice depende das relações legitimadas no universo social e cultural. Além disso, cada pessoa envelhece de um jeito diferente, as mudanças biológicas do envelhecimento ocorrem de maneiras diversas em cada indivíduo, cada um com um ritmo próprio de mudanças. Portanto, a velhice torna-se uma experiência heterogênea e, sem possibilidades de sua padronização.

Por essa razão, o sistema de símbolos que define a categoria velhice é construído historicamente, mantido socialmente e aplicado individualmente. Dessa maneira, não se pode restringir a existência de uma única forma de vivenciar a velhice, o que leva a associar à ideia de velhices.⁴³

Torna-se imprescindível, evidenciar as contribuições feitas por Simone de Beauvoir, Norbert Debbio, Norbet Elias sobre o tema.

Para a filósofa e feminista francesa Simone de Beauvoir (1908-1986), a velhice é um fenômeno biológico e cultural e, mais do que isso, a velhice é entendida como uma totalidade biossociocultural e define velho como “um indivíduo que tem uma longa vida por trás de si, e diante de si uma expectativa de sobrevida muito limitada”. (BEAUVOIR, 1990, p. 445).

Estudar essa condição⁴⁴ nos diferentes momentos históricos torna-se um procedimento bastante complexo. Segundo a autora, “suas representações nas mitologias, na literatura e iconografia manifesta uma imagem da velhice, que sofre mudanças conforme os tempos e os lugares”. (BEAUVOIR, 1990, p. 109).

Quando se trata da nossa espécie, não é fácil circunscrevê-la

Ela é um fenômeno biológico: o organismo do homem idoso apresenta certas singularidades. A velhice acarreta, ainda, consequências sociológicas: certos comportamentos são considerados, com razão, como característicos da idade avançada. Como todas as situações humanas, ela é uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo e, portanto, sua relação com o mundo e com sua própria história. Por outro lado, o homem não vive nunca em estado natural; na sua velhice, como em qualquer idade, seu estatuto lhe é imposto pela sociedade à qual pertence. (BEAUVOIR, 1990, p. 15).

⁴³ É preciso ficar claro, a concepção de velhice enquanto categoria e compreender que a forma como é percebida é diferente a cada época, cultura e sociedade. E dentro de sociedade específica são encontradas várias formas de velhice. Na sociedade ocidental, pode-se encontrar a velhice dos moradores de ruas, a velhice dos asilados, a velhice dos abastados, etc. Conjunto de velhices que configuram a velhice do século XXI nessa sociedade. Optamos por estudar a velhice encontrada no Instituto de Longa Permanência.

⁴⁴ É imprescindível compreender que envelhecer é uma condição inerente à natureza humana. Segundo Tortosa (2002 apud Falcão e Carvalho, 2010) as mudanças ocorrem, de maneira dinâmica, nos âmbitos biológico, psicológico e social do indivíduo, em função do tempo.

A autora afirma que a imagem da velhice é incerta, confusa, contraditória e, através dos vários testemunhos

a palavra velhice tem dois sentidos diferentes. É uma certa categoria social, mais ou menos valorizada segundo as circunstâncias. É para cada indivíduo, um destino singular – o seu próprio. O primeiro ponto de vista é o dos legisladores, dos moralistas; o segundo, o dos poetas; quase sempre, eles se opõem radicalmente um ao outro [...] o velho, enquanto categoria social, nunca interveio no percurso do mundo. (BEAUVOIR, 1990, p. 110).

Mesmo a velhice não intervindo no percurso do mundo, como explicitado por Simone de Beauvoir, na obra *A Velhice* (1990), é uma presença que se perpetua e deixa marcas na história das sociedades ocidentais, através das suas diversas representações sobre a velhice.

Persiste, nas sociedades, essa eterna dualidade: velhice “encantadora” e a velhice “detestável”, coexistindo ao longo da história. Na visão otimista da idade avançada tem-se: **Homero** (a velhice está associada à sabedoria), **Solon** (Eu não cesso de aprender, enquanto avanço na minha velhice), **Platão** (os mais idosos devem mandar e, os jovens, obedecer). Já em seu aspecto negativo, tem-se: **Ptah-hotep** (Como é penoso o fim de um velho!... A velhice é o pior dos infortúnios que pode afligir um homem), **Sófocles** (quando se é velho a razão se extingue, a ação torna-se inútil e se tem vãs preocupações), **Aristófanes** (reivindica o respeito aos anciãos e ao mesmo tempo zomba dos idosos), **Aristóteles** (Uma bela velhice é aquela que tem a lentidão da idade, mas sem deficiência), **Anacreonte** (envelhecer é perder tudo o que fazia a doçura de viver; ele descreve com dor o reflexo que seu espelho lhe devolve: cabelos fanados, têmporas grisalhas, dentes estragados, e se lamenta da morte próxima), **Menandro** (a velhice aparece como uma força maléfica que investe contra o indivíduo a partir do exterior: “Velhice, tu que és a inimiga do gênero humano, és tu que devastas toda a beleza das formas, tu transformas o esplendor dos membros em peso, e a rapidez em lentidão.”). (BEAUVOIR, 2009).

Essa dualidade de interpretação sobre a velhice será encontrada em todas as épocas. Se o sentido e o valor dados a velhice são, sem dúvida, um declínio e, como tal, a maior parte dos homens a temeram, existe também para outros a possibilidade de vivenciá-la com aspecto positivo, representação essa defendida pelo filósofo romano Cícero (103 – 43 a. C), onde a velhice afigurou-lhe doce e harmoniosa (CÍCERO, 2009, p. 8). Portanto, o filósofo

não nega os inconvenientes próprios da idade, mas defende a ideia de ser possível atravessar sem desagrado todas as etapas da vida.

Dessa forma, o interesse ou a indiferença com relação à velhice não são realmente a característica desse ou daquele período da história. As duas características coexistem no seio de uma mesma sociedade, uma prevalecendo sobre a outra em determinado momento por motivos culturais e sociais.

Para Beauvoir (2009), como em todas as sociedades, estas atitudes são vividas de maneira singular e contingente

O destino dos idosos depende em grande parte de suas capacidades, do prestígio e das riquezas que essas capacidades lhes proporcionaram; o acordo entre os grupos e as famílias, há igualmente diversidade de tratamentos. (BEAUVOIR, 2009, p. 106).

Se o problema da velhice é uma questão de poder, esta questão não se coloca senão no interior das classes dominantes.

Até o século XIX, nunca se fez menção aos “velhos pobres”, estes eram poucos numerosos e a longevidade só era possível nas classes privilegiadas; os idosos pobres não representavam rigorosamente nada. A história, assim como a literatura, passa por eles radicalmente em silêncio. A velhice não é, numa certa medida, desvendada, senão no seio das classes privilegiadas. Um outro fato salta aos olhos: trata-se aí de um problema de homens. Enquanto experiência pessoal, a velhice concerne tanto a eles quanto às mulheres, e mesmo mais ainda a estas últimas, pois vivem mais tempo. Mas quando se faz da velhice um objeto de especulação, considera-se essencialmente a condição dos machos. Primeiro, porque são eles que se exprimem nos códigos, nas lendas e nos livros; mas sobretudo porque a luta do poder só interessa ao sexo forte. (BEAUVOIR, 1990, p. 113)

Conforme a autora, a teoria e a prática nem sempre estão de acordo; em determinado momento, zomba-se da velhice na intimidade, ao mesmo tempo em que se cumprem com os deveres com relação a ela. Mas o inverso também é frequente: honra-se verbalmente os velhos e, na prática, deixa-se que pereçam. (BEAUVOIR, 1990). Isso se encontra inscrito no tecido social.

Outro autor que apresenta estudos sobre a velhice é o filósofo e jurista italiano Norberto Bobbio (1909 – 2004). Em sua obra *O tempo da memória: De senectute*⁴⁵ e outros

⁴⁵ *De Senectute* é justamente o título de um clássico, de autoria de Cícero... Bobbio retoma Cícero para lembrar que, quando o romano escreveu sua obra, em 44 a.C., tinha 62 anos. Hoje, a velhice deslocou-se para as vizinhanças dos 80. Escreve Bobbio: "Nasci num período em que a expectativa de vida não alcançava os 50 anos e os octogenários eram uma espécie muito rara. Eram chamados de anciãos. Se hoje alguém me chamasse de ancião, por pouco não me ofenderia". TOLETO. Roberto Pompeu. O grande velho. Revista Veja. Junho de

escritos autobiográficos, faz reflexões sobre o tema relatando sua própria experiência. Para ele, a velhice não está separada do resto da vida que a precede, portanto, é a continuação da juventude e maturidade. (BOBBIO,1997).

Pelo fato dele adentrar a velhice propriamente dita e vivenciar a passagem de um século ao outro, tornando-se testemunha, faz seu relato:

Um século *breve*, como foi chamado, mas marcado por acontecimentos terríveis: duas guerras mundiais, a revolução russa, comunismo, fascismo, nazismo, o surgimento pela primeira vez na história dos regimes totalitários, Auschwitz e Hiroxima, décadas de predomínio do terror, e então, depois da queda do império soviético e o fim da guerra fria, uma ininterrupta explosão, em diversos lugares do mundo, de guerras nacionais, étnicas, tribais, territorialmente limitadas, mas não menos atroz. (BOBBIO, 1997, p. 51)

O autor constata que a segurança, o conforto e o refúgio do idoso são as suas lembranças do passado e revela sua própria experiência:

Tenho uma velhice melancólica, a melancolia subentendida como a consciência do não-realizado e do não mais realizável. A imagem da vida corresponde a uma estrada cujo fim sempre se desloca para frente, e quando acreditamos tê-lo atingido, não era aquele que imaginávamos como definitivo. A velhice passa a ser então o momento em que temos plena consciência de que o caminho não apenas não está cumprido, mas também não há mais tempo para cumpri-lo, e devemos renunciar à realização da última etapa. (BOBBIO, 1997, p. 31).

São assim, reflexões sobre o significado da velhice para quem viveu no século XX, apresentando também uma visão de perdas e ganhos trazidos pelo envelhecimento.

Em *A solidão dos moribundos*, Nibert Elias (1897-1990), propõe várias reflexões que permeiam a questão da solidão dos moribundos, o problema da morte⁴⁶ e do

1997. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u67732.shtml>>. Acessado em: 22 jan.2012).

⁴⁶ Apesar da morte ter a capacidade de atravessar qualquer porta, e se instalar em qualquer corpo independente da idade, existe uma aversão dos adultos hoje em transmitir às crianças os fatos biológicos da morte. Por que esse tabu nos dias de hoje? Porque é uma peculiaridade do padrão dominante da civilização nesse estágio. Mas antigamente a morte era vista como convenção social que favorecia a aceitação da morte na sociedade. Conforme Elias, as crianças também estavam presentes quando as pessoas morriam. Onde quase tudo acontece diante dos olhos dos outros, a morte também tem lugar diante das crianças. Referências a morte, a sepultura e a todos os detalhes que acontece aos seres humanos nessa situação não eram sujeitas a uma censura social estrita. A visão de corpos humanos em decomposição era lugar-comum. Todos, inclusive as crianças, sabiam como eram esses corpos; e, porque todos sabiam, podiam falar disso com relativa liberdade, na sociedade e na poesia. Hoje as coisas são diferentes. Nunca antes na História da humanidade foram os moribundos afastados de maneira tão asséptica para os bastidores da vida social; nunca antes os cadáveres humanos foram enviados de maneira tão inodora e com tal perfeição técnica do leito de morte a sepultura. (ELIAS, 2001, P. 30 e 31).

envelhecimento, o problema do abandono e exclusão dos velhos nas sociedades industrializadas. Ele se ocupa

Não com o diagnóstico dos sintomas físicos do envelhecimento e da morte [...] mas sim em examinar o que as pessoas que envelhecem e as moribundas experimentam subjetivamente. Quero complementar o diagnóstico médico tradicional com um diagnóstico sociológico, centrado no perigo do isolamento a que os velhos e moribundos estão expostos”. (ELIAS, 1991, p. 84).

O sociólogo alemão aponta marcada diferença entre a posição dos que envelhecem e dos moribundos nas sociedades industriais de hoje e nas sociedades medievais

Nas sociedades pré-industriais, em que a maioria da população vive em vilarejos e se ocupa do cultivo da terra e da criação de gado, ou seja, em que os camponeses e lavradores formam o maior grupo populacional, quem lida com os que vão envelhecendo e com os moribundos é a família. Isso pode ser feito de maneira amável ou brutal, mas há também características estruturais que distinguem o envelhecimento e a morte nessas sociedades dos mesmos fenômenos nas sociedades industriais mais avançadas. Atenho-me a duas dessas diferenças. Os velhos que vão ficando fisicamente mais fracos em geral permanecem dentro do espaço de vida da família, ainda que às vezes após um enfrentamento com os membros mais jovens, e em geral também ocorrem dentro desse espaço. Por isso mesmo, tudo o que diz respeito ao envelhecimento e a morte acontece muito mais publicamente que nas sociedades industriais altamente urbanizadas, sendo ambos os processos formalizados por tradições sociais específicas. (ELIAS, 1991, loc. cit.).

Afirma Elias que, nas sociedades industriais existe um rompimento dos laços afetivos dos velhos com aqueles os quais se relacionam e consequentemente excluídos do convívio social, ou seja, o velho é isolado do contato social com pessoas com as quais, às vezes, conviveu por grande parte de sua vida, provocando de certa forma, a morte social do velho (Elias, 2001).

Vale ressaltar que se está longe de uma sociedade que entenda a velhice não como um passo para a morte, e sim, como mais uma etapa da vida. O tratamento que ainda é dispensado à velhice “denuncia o fracasso de toda a nossa civilização” (BEAUVOIR, 1990, p. 664).

Nesse item houve a necessidade de apresentar os estudos de alguns autores sobre a velhice, revelando a dualidade inerente a ela. Trouxe à tona as ideias sobre o afastamento dos velhos do convívio social, pois se discutirá sobre esse tema ainda presente no século XXI, que se torna mais evidente em consequência da longevidade da humanidade. Mas antes de se entrar nessa discussão será feito uma digressão, fazendo um estudo sobre o processo de envelhecimento populacional no Brasil, para só então adentrar-se na questão sobre isolamento

social dos velhos, mais especificamente sobre os asilos, atualmente mais conhecidos como Instituto de Longa Permanência para idosos.

4.3 A longevidade e o processo de envelhecimento populacional no Brasil

A longevidade e o envelhecimento⁴⁷ populacional no Brasil estão desafiando cientistas, técnicos e demais profissionais interessados no assunto. Se, nos países desenvolvidos, este fenômeno está ocorrendo há mais de um século, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, este processo está acontecendo há muito pouco tempo e em ritmo acelerado.

Estima-se que, hoje, nas primeiras décadas do século XXI, cerca de 1 milhão de pessoas cruzam a barreira dos 60 anos de idade, a cada mês, em todo o mundo e que até 2025, a população idosa mundial⁴⁸ crescerá 2,4% ao ano, contra 1,3% de crescimento anual da população terrestre em sua totalidade. (IBGE, 2010).

O Censo de 2000 informa que o número de idosos era de 14,5 milhões (8% da população total brasileira). Hoje, o Brasil, com uma população 190.755.799 habitantes, possui 18 milhões de pessoas acima dos 60 anos de idade, o que já representa 12% da população brasileira. (XII Recenseamento Geral/IBGE, 2010). E segundo estimativas, no ano de 2025, o Brasil terá a 6ª população de idosos em termos absolutos.

⁴⁷O processo de envelhecimento ocorre ao longo da vida, e, à medida que envelhecem, os seres humanos são menos parecidos entre si. Segundo Fernández Ballesteros, Fresneda, Martínez e Zamarrón (1999 apud Falcão e Carvalho, 2010), há, pelo menos, três formas de envelhecimento: o normal (aquele que transcorre sem patologias físicas ou psicológicas que possam deixar o indivíduo incapaz), o patológico (resultante de um organismo acometido por enfermidade e incapacidade) e o bem-sucedido (com baixa probabilidade de doenças associada ao alto funcionamento cognitivo, capacidade física funcional e compromisso com a vida). (Falcão e Carvalho, 2010, p. 12)

⁴⁸O crescimento da população de idosos, em números absolutos e relativos, é um fenômeno mundial e está ocorrendo a um nível sem precedentes. Em 1950, eram cerca de 204 milhões de idosos no mundo e, já em 1998, quase cinco décadas depois, este contingente alcançava 579 milhões de pessoas, um crescimento de quase 8 milhões de pessoas idosas por ano. As projeções indicam que, em 2050, a população idosa será de 1.900 milhões de pessoas, montante equivalente à população infantil de 0 a 14 anos de idade. Uma das explicações para esse fenômeno é o aumento, verificado desde 1950, de 19 anos na esperança de vida ao nascer em todo o mundo. Os números mostram que, atualmente, uma em cada dez pessoas tem 60 anos de idade ou mais e, para 2050, estima-se que a relação será de uma para cinco em todo o mundo, e de uma para três nos países desenvolvidos. (IBGE 2010).

Esse índice de envelhecimento aponta para mudanças na estrutura etária da população brasileira. Em 2008, para cada grupo de 100 crianças de 0 a 14 anos existiam 24,7 idosos de 65 anos⁴⁹ ou mais. Em 2050, o quadro muda e para cada 100 crianças de 0 a 14 anos existirão 172,7 idosos. (IBGE 2010).

Essas alterações significativas demonstradas pelo censo evidenciam que o envelhecimento da população brasileira é provocado pelos avanços da medicina e as melhorias nas condições gerais de vida da população exercendo uma grande influência no aumento da expectativa de vida e na redução da taxa de natalidade. E acompanhada, também, por mudanças drásticas nas estruturas e nos papéis da família, assim como nos padrões de trabalho e na migração. Dessa forma, houve aumento na média de vida do brasileiro (expectativa de vida ao nascer) de 45,5 anos de idade, em 1940, para 72,7 anos, em 2008, ou seja, mais 27,2 anos de vida. Segundo a projeção do IBGE, o país continuará galgando anos na vida média de sua população, alcançando em 2050 o patamar de 81,29 anos, basicamente o mesmo nível atual da Islândia (81,80), Hong Kong, China (82,20) e Japão (82,60). (IBGE, 2010).

O brasileiro vive 25 anos a mais que em 1960, em meio século (1960-2010), a esperança de vida do brasileiro aumentou 25,4 anos, passando de 48,0 para 73,4 anos. Por outro lado, o número médio de filhos por mulher caiu de 6,3 filhos para 1,9 nesse período, valor abaixo do nível de reposição da população. Essas mudanças alteraram a pirâmide etária, com estreitamento da base e o alargamento do topo, refletindo a estrutura de população mais envelhecida, característica dos países mais desenvolvidos. (IBGE 2010).

Os grupos etários de menores de 20 anos já apresentam uma diminuição absoluta no seu contingente. O crescimento absoluto da população do Brasil nestes últimos dez anos se deu principalmente em função do crescimento da população adulta, com destaque também para o aumento da participação da população idosa.

⁴⁹Considerando as diferenças socioeconômicas entre os países e com base em um parâmetro cronológico, a ONU estabelece como início da velhice a idade de 60 anos para países em desenvolvimento e de 65 anos para os desenvolvidos. A faixa etária definida como idosa pela Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003, conhecida como Estatuto do Idoso é de 60 anos ou mais de idade. (BRASIL, 2003).

A redução dos níveis de fecundidade acarretou a diminuição de 42,7% (1960) para 24,1% (2010) da participação da população entre 0 e 14 anos de idade no total. Além da queda da fecundidade, a diminuição da mortalidade proporcionou um aumento de 54,6% para 68,5%, nesse período, da participação da população em idade ativa (15 a 64 anos de idade). Já o aumento na participação da população de 65 anos ou mais, no período 1960/2010, saltou de 2,7% para 7,4%.

A representatividade dos grupos etários no total da população em 2010 é menor que a observada em 2000 para todas as faixas com idade até 25 anos, ao passo que os demais grupos etários aumentaram suas participações na última década. O grupo de crianças de zero a quatro anos do sexo masculino, por exemplo, representava 5,7% da população total em 1991, enquanto o feminino representava 5,5%. Em 2000, estes percentuais caíram para 4,9% e 4,7%, chegando a 3,7% e 3,6% em 2010. Simultaneamente, o alargamento do topo da pirâmide etária pode ser observado pelo crescimento da participação relativa da população com 65 anos ou mais, que era de 4,8% em 1991, passando a 5,9% em 2000 e chegando a 7,4% em 2010.

A expectativa de vida média para homens e mulheres brasileiros que, em 1940 era de 38,5 anos, em 2000 alcançou 68,6 anos e no ano de 2025 está projetado para 74,3 anos de idade. Um aspecto importante é o número de pessoas com 100 anos ou mais, aumentara 15 vezes, passando de 145.000 pessoas em 1999 para 2,2 milhões em 2050. Os centenários no Brasil somavam 13.865 em 1991, e já em 2000 chegaram a 24.576 pessoas (10.423 – homens e 14.153 - mulheres), ou seja, um aumento de 77%. (IBGE 2010).

Assim, esses dados comprovam que o Brasil já é um país de idosos⁵⁰ e que as pessoas alcançarão longevidade independente da condição socioeconômica.

Portanto, no ano 2025 Brasil terá a 6ª população de idosos em termos absolutos. E para os próximos 20 anos existe um indicativo que a população idosa poderá exceder 30 milhões de pessoas ao final deste período, chegando a representar quase 13% da população. (<http://www.idosos.com.br/ppaginaprincipal.htm>).

⁵⁰Oficialmente, a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera idoso o indivíduo com idade igual ou superior a 65 anos residentes em países desenvolvidos e com 60 anos ou mais para países em desenvolvimento, contexto em que se insere o nosso País (Mazo, Lopes e Beneditti, 2001).

4.3.1 Diferença de gênero

O processo de envelhecimento se dá distintamente entre homens e mulheres tanto nos aspectos sociais como nos econômicos, nas condições de vida, nas doenças. O aumento da expectativa de vida da mulher em relação ao homem, vem crescendo consideravelmente.

No Brasil, em média, as mulheres vivem 8 (oito) anos a mais que os homens. As diferenças de expectativa de vida entre os sexos mostram: em 1991, as mulheres correspondiam a 54% da população de idosos; em 2000, passaram para 55,1%. Portanto, em 2000, para cada 100 mulheres idosas havia 81,6 homens idosos.

Em 2008, a média de vida para mulheres chega a 76,6 anos e para os homens 69,0 anos, uma diferença de 7,6 anos. Em escala mundial, a esperança de vida ao nascer foi estimada, para 2008 (período 2005-2010), em 67,2 anos e, para 2045-2050, a ONU projeta uma vida média de 75,40 anos.

E o Censo Demográfico 2010 revelou que ao longo de cinco décadas, a razão de sexo passou de 99,8 (1960) homens para cada 100 mulheres para 96,9 homens, como resultado de um excedente de 3.941.819 mulheres em relação ao número total de homens. O resultado decorre da superioridade da mortalidade masculina em relação à feminina.

Com este resultado, acentuou-se a tendência histórica de predominância feminina na população do Brasil.

São vários os fatores que contribuem para a maior longevidade da população feminina, dentre eles, cita-se: proteção hormonal do estrógeno, inserção diferente no mercado de trabalho, consumo diferente de tabaco e álcool, postura diferente em relação a saúde-doença, relação diferente com os serviços de saúde. Esses fatores colocam em desvantagens os idosos, tendo as idosas uma longevidade ainda maior do que os dos idosos, principalmente nas últimas faixas etárias da vida. Isso não significa dizer que a mulher vive melhor, pois tem que conviver com a violência, discriminação, salários inferiores aos dos homens, dupla jornada, entre outros.

Esse número maior de idosa também é evidenciado pela quantidade de mulheres pensionistas, segundo Berzins (2003, p.30) que afirma “45% das mulheres idosas são viúvas”.

Observa-se outro aspecto relevante quanto ao gênero feminino, em face dos idosos com doenças degenerativas que levam ao quadro mórbido causador da perda de independência. Eles necessitam de cuidados especiais e geralmente, quem assume esse papel

oficial da família é a mulher, conforme Karsch (2003, p. 106): “quanto ao gênero do cuidador cerca de 70% dos cuidadores familiares são mulheres”.

Para demonstrar a participação da mulher nessa função, pesquisa realizada pelo grupo multidisciplinar de Epidemiologia do Cuidador, na PUC, com o objetivo de verificar o perfil do cuidador principal de idosos dependentes e alguns dados ratificam “a pesquisa mostrou na cidade de São Paulo, onde é considerado o estado com maior número de idosos, em 98% dos casos pesquisados. O cuidador era alguém da família, predominantemente do sexo feminino (92%). A maior parte eram as esposas (44,1%), seguidas pelas filhas (31,3%). E de acordo com os dados, evidencia-se na prática que na maioria são mulheres idosas cuidando de seus maridos idosos, bem como, no caso das filhas que também estão no ranking, indicativo da grande possibilidade, de futuramente, serem de igual modo com os maridos.

Além dessa averiguação temos também Alcântara (2003) quando afirma que a família é um eufemismo, pois as atribuições de cuidar recaem sobre as mulheres que além de cuidarem dos filhos, arcam com os afazeres domésticos e, muitas vezes também, trabalham fora de suas casas. Segundo a autora

As pesquisas têm evidenciado que os demais membros da família, em geral, não ajudam. The Journals of Gerontology mostrou que 61% das mulheres cuidadoras confirmaram que não recebem nenhum tipo de ajuda da família ou de amigos, provocando um custo emocional caracterizado por sensação de incapacidade, ira, frustração, sentimento de culpa, ansiedade, insônia, baixa autoestima e exaustão física [...] Pelas normas culturais, na maioria dos países ocidentais, o papel de cuidar da família é da mulher e ao homem cabe manter o sustento material do grupo e a autoridade moral. Assim sendo, mesmo que a organizadora do lar trabalhe fora, deve assumir o cuidado (aos filhos, à casa, ao cônjuge, aos doentes e aos velhos). O resultado dessa gama de tarefas repercute na diminuição das atividades de lazer e oportunidades na vida social. Por outro lado, quando a mulher não assume o cuidado, é criticada pela sociedade e pela família, da qual surgem conflitos familiares, seguidos de remorsos. (ALCÂNTARA, 2003, p. 16).

Outro aspecto a ser demonstrado é que as mulheres idosas apresentam, em geral, uma tendência maior do que os homens a viverem sozinhas. Essa tendência é crescente no tempo. De acordo com Camarano (2002), isto se deve ao fato de que uma grande parte delas se encontrava na categoria de viúvas e uma proporção ascendente na de separadas/desquitadas e divorciadas. Para constatar essa informação, a autora busca dados do PNAD de 1995, que afirma

As mulheres viúvas constituíam 45% das mulheres idosas, as separadas 7% e as solteiras outros 7%. Por outro lado, quase 80% dos homens estavam em algum tipo de união conjugal. Os diferenciais por sexo quanto ao estado conjugal são devidos, de um lado, à maior longevidade das mulheres e, por outro, a normas sociais e

culturais prevalecentes em nossa sociedade, que levam os homens a se casarem com mulheres mais jovens do que eles. Isto se dá, possivelmente, pelo processo que associa às mulheres, em geral, e às idosas, em especial, menores oportunidades de um recasamento, em casos de separação ou viuvez (CAMARANO et alii, 1999 apud CAMARANO, 2002).

Dessa forma, a cuidadora preferível é a esposa, e na falta desta, as descendentes de segunda geração a substituem, sendo mais provável, especificamente, a filha mais velha que geralmente é de meia-idade, casada e com filhos jovens. Em terceiro lugar na hierarquia, vem a filha viúva, seguida da solteira, também de meia-idade, com ou sem filhos, comprovando a feminização dos cuidadores de idosos.

4.3.2 Situação econômica familiar

Outro fator a ser observado é que os idosos em sua maioria são responsáveis pelo domicílio brasileiro, segundo dados do Censo de 2000 é de 62,4% dos idosos. Nesse contexto, a aposentadoria e a pensão são as suas principais fontes de renda, assim, responsáveis, financeiramente, por seus lares; entretanto, na população masculina, 36% do total de rendimento ainda vêm do trabalho. Quanto à mulheres, o percentual é de apenas 10% pois a principal fonte de renda das mulheres é a pensão, cerca de 45% das mulheres são viúvas.

Antes de se tornarem idosos, são responsáveis pela educação e manutenção dos seus filhos. O tempo passa, os filhos vão constituindo suas famílias e a tendência é a redução dessas despesas. Esse é o curso natural da vida. Porém, de acordo com Camarano apud Berninz (2003, p. 30)

Nas famílias brasileiras nas quais existem idoso,s estão em melhores condições econômicas do que as demais famílias. A crise econômica e de desemprego que o país vem sofrendo nas últimas décadas têm provocado alterações de vida das famílias brasileiras. Muitos filhos casados tem voltado com sua família a morar com seus pais, por não terem condições de arcar com as despesas do orçamento. Como resultado desta crise econômica, os pais-avós tem se responsabilizado pelo orçamento ou auxílio aos filhos/netos, participando com uma elevada contribuição no orçamento familiar”. (BERNINZ, 2003, p. 30).

O Censo 2000 verificou que 62,4% dos idosos eram responsáveis pelos domicílios brasileiros, observando-se um aumento em relação a 1991, quando os idosos responsáveis

representavam 60,4%. É importante destacar que no conjunto dos domicílios brasileiros (44.795.101), 8.964.850 tinham idosos como responsáveis e representavam 20% do contingente total. Em 1991, essa proporção ficava em torno de 18,4%. A distribuição por sexo revela que, em 2000, 37,6% dos responsáveis idosos eram do sexo feminino, correspondendo a 3.370.503 de domicílios, enquanto no início da década passada essa proporção atingia a 31,9%. Destaca-se ainda que a idade média do responsável idoso, em 2000, estava em torno de 69,4 anos (70,2 anos quando o responsável era do sexo feminino e 68,9 para o idoso responsável do sexo masculino). Com um rendimento médio de R\$ 657,00, o idoso ocupa, cada vez mais, um papel de destaque na sociedade brasileira.

Esses dados evidenciam que o idoso não é um peso para a sociedade, porque sua remuneração tem contribuído e muito para o sustento da família, pois mais de 60% da população idosa, segundo dados do IBGE, são a principal fonte de renda nas famílias brasileiras, e aquelas que têm idosos estão em melhores condições que as demais famílias.

Nesse novo cenário torna-se imprescindível alterar o modo de perceber a velhice: da decrepitude que leva ao isolamento do indivíduo dos processos de socialização, para aquela que revela a construção da terceira idade⁵¹ diretamente relacionada a segunda idade – maturidade e a primeira idade – a infância. Essa nova nomenclatura faz repensar a concepção de velhice, senilidade e envelhecimento.

Conforme a antropóloga Guita Grin Debert atualmente, “o idoso” é um ator não mais ausente do conjunto de discursos produzidos. Ele se faz presente no debate sobre políticas públicas, nas interpelações dos políticos em momentos eleitorais e até mesmo na definição de novos mercados de consumo e novas formas de lazer. Os integrantes do que se convencionou chamar de “terceira idade” crescem a cada ano e encontra-se como número significativo da população brasileira o que coloca para todas as esferas da sociedade questionamentos que não podem ficar sem respostas, principalmente pelo fato de todas essas alterações no perfil do idoso contribuem para construção social da velhice no Brasil. Porém, mesmo com a reordenação do papel do idoso na sociedade, há uma situação que persiste em permanecer ao longo da história, conforme alguns registros e que será assunto dos próximos

⁵¹ Segundo Alcântara (2003), o termo terceira idade se constitui a partir da implantação das políticas sociais na França, onde se propaga a imagem do velho bem-sucedido, isto é, os “jovens velhos” – os aposentados dinâmicos, podendo usufruir de um tempo de diversão e liberdade e é nesse momento que se formam mercados de consumo, cujo alvo é a circulação do dinheiro do aposentado – a atividade turística direcionada a este grupo etário sob a denominação de turismo para a terceira idade, somado ainda a uma indústria de produtos cosméticos, prometendo a eterna juventude, como também a criação de especialistas. Mas enfatiza a autora que são prerrogativas as quais quem tem acesso é uma parcela privilegiada, mas, ideologicamente, transformou-se em um valor reproduzido por toda a sociedade. Afirma ainda que, essa noção oculta uma realidade social em que a heterogeneidade econômica e etária está mascarada.

capítulos: o asilamento, tentando compreender o que é? Em que circunstância ocorre? E como se dá essa relação de convivência em um ambiente diferente do família?

4.4 A reconfiguração da família na sociedade brasileira e sua consequência para o asilamento

Analisar a família enquanto estrutura institucionalizada e desconstruí-la é de suma importância para se entender a família no século XXI que rompe com valores ideológicos e convenções que contribuíram para legitimar essa categoria. Buscar compreender as novas estruturas que se adequam ao novo modelo de relações sociais levam à tentativa de entender a decisão da família por asilar os seus velhos.

Para Lévi Strauss (1908 – 2009), antropólogo francês, a palavra família é de uso tão comum e se refere a um tipo de realidade ligada à vida cotidiana. Longe de restringir o significado da palavra família a uma única definição, visto que existem diversas sociedades humanas, com inúmeras formas constitutivas de família, entende o autor que, a palavra sirva para designar um grupo social que possua, pelo menos, três características seguintes:

1) Tiene su origen en el matrimonio 2) Está formado por el marido, la esposa y los hijos (as) nacidos del matrimonio, aunque es concebible que otros parientes encuentren su lugar cerca del grupo nuclear. 3) Los miembros de la familia están unidos por a) lazos legales, b) derechos y obligaciones económicas, religiosas y de otro tipo y c) una red precisa de derechos y prohibiciones sexuales, más una cantidad variable y diversificada de sentimientos psicológicos tales como amor, afecto, temor, etc (LEVI-STRAUSS E SPIRO, 1976, p. 17)

Dessa forma, considera o autor que família é um grupo social que tem origem no casamento, é uma união legal com direitos e obrigações econômicas, religiosas, sexuais e de outro tipo, mas também está associada a sentimentos como o amor, o afeto, o respeito ou o temor. Nesse contexto, a família é necessária para a reprodução social de um grupo humano, pois garante a sobrevivência e a continuidade biológica e social do próprio grupo.

Da Matta (1987 apud ALCÂNTARA, 2003) associa o valor família ao valor cultural e afirma ser o nosso primeiro referencial de socialização e de fundamental importância e mesmo que não conviva com seus componentes levará sempre consigo lembranças dele

O valor família (modo de ser) equivale ao valor cultural, sendo relevante na construção da realidade social e individual. É na família que se espera um suporte emocional e também material, independentemente da etapa de vida (ALCÂNTARA, 2003, p. 13).

No Brasil, no século XX, a família adquire nova estruturação e as uniões sem casamento passam a ser aceitas tanto pela sociedade, como pela legislação. Surge na década de 60, a tendência à ruptura do vínculo conjugal, o divórcio. Em meados da década de 70, surgem as famílias monoparentais, isto é, as famílias formadas por um dos genitores e a prole. Segundo Santos e Santos (2008) foi a aprovação da Emenda Constitucional Nº 9, de 28 de junho de 1969 - regulamentado pela Lei Nº 6.515 de 26 de dezembro de 1977 - que instituiu a dissolubilidade do vínculo matrimonial no país, dessa forma, passou a vigorar o divórcio no Brasil, repercutindo no país a família monoparental⁵².

Dentre as muitas transformações que ocorreram, a Constituição Brasileira passa a reconhecer a família como a base da sociedade e, com isso, assegura-lhe especial proteção quando faz expressa referência ao casamento, à união estável e às famílias formadas por um só dos pais e seus filhos. Uma noção juridicamente atualizada encontra-se na Lei Nº 11.340/2006 em seu artigo 5.º Parágrafo II - “no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa”.

Torna-se imprescindível ressaltar que a família contemporânea fundamenta-se na privacidade – espaço restrito de relações pessoais afetivas, onde o número de integrantes e seus laços foram restringidos. E assim, hoje, existem vários enquadramentos de organização familiar - as famílias monoparentais, as reconstruídas, as uniões estáveis, os casais do mesmo sexo, as famílias tradicionais. Nesse novo modelo,

A criança pode ter um pai biológico e pais sociais (que se integram ao grupo familiar, assumindo papéis paternos). E essas mudanças geram um novo contexto de relações de poder e inter-relações, um universo diferente de expectativas e de representações subjetivas no âmbito da família, com dificuldades próprias, envolvendo todos os seus membros: pais, mães e filhos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002, p. 14).

⁵² A primeira característica é a presença de um só genitor. Neste ponto reside a diferença básica, desta família para a biparental. Nesta, existem dois genitores, a função parental é desempenhada em conjunto, de modo que ambos possam ter lugar na criação, convivência, educação e manutenção da prole. Na família monoparental, há apenas um dos genitores para desempenhar os dois papéis. Existem várias possibilidades de situações que originam a monoparentalidade, entre elas, o divórcio, a viuvez, etc. Portanto, reunindo todos estes elementos podemos definir a família monoparental, como a entidade familiar compreendida por um único progenitor que cria e educa sozinho seus filhos, sendo esta unidade decorrente de uma situação voluntária ou não. (Santos e Santos, 2008, p.9).

Dessa forma, adotar-se para o presente estudo a definição mais recente de família, (diferente da apresentada por Levi-Strauss) onde o casamento deixa de ser o fator principal que a caracteriza

Conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residam na mesma unidade domiciliar e também, a pessoa que more só em unidade domiciliar (domicílio particular permanente).(CAMARARO, 1999 apud ALCÂNTARA, 2003, p. 12).

Mas, independente dessa estruturação familiar mais moderna existente na sociedade brasileira, a família é uma instituição responsável pelo amparo. Primeiro ao amparo aos filhos: os pais além de responsáveis pela própria reprodução biológica⁵³ dos filhos são responsáveis, também, pela saúde, educação, segurança e lazer dos filhos numa relação de afeto e carinho. Os filhos crescem e vão constituir sua própria família. Nesse percurso pela vida, os pais envelhecem e chega o momento em que os filhos também têm ou deveriam ter a responsabilidade⁵⁴ de cuidarem dos pais. Porém, a família atual que apresenta como características preponderantes a desagregação e a dispersão dos seus membros, torna insegura a permanência do idoso no ambiente familiar.

⁵³ Por mais que não seja foco deste trabalho, cabe esclarecer que tornar-se pai ou mãe no Brasil de hoje, não se restringe ao modelo tradicional associado a consanguinidade. Comportam em nossa sociedade outros projetos de família, de maternidade e paternidade, atribuindo novos sentidos de ser pai e mãe. Distinto do tradicional modelo, a adoção insere-se nesse novo contexto. Segundo Costa e Rossetti-Ferreira (2007), a prática da adoção tem integrado as sociedades humanas há muito tempo, mas de algumas décadas para cá se vive um processo novo. No Brasil, as mudanças na legislação também promoveram novas práticas relacionadas à adoção. Em 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regido pela doutrina da proteção integral da criança e adolescente (que preconiza o melhor interesse da criança), ficaram estabelecidas diferentes possibilidades de adoção: a adoção unilateral ou monoparental (um dos cônjuges ou concubino adota o filho do companheiro); a adoção singular (pessoas solteiras, viúvas, separadas ou divorciadas); e a adoção conjunta feita por casais ou concubinos. Assim, qualquer pessoa maior de 21 anos pode adotar independente do seu estado civil, desde que tenha 16 anos de diferença do adotado e não seja parente ascendente (avô ou avó) ou irmão. Isso torna o processo de adoção mais democrático e facilita a constituição de diferentes modelos de família, desde que sejam atendidos os interesses das crianças. Costa, N. R do A. & Rossetti-Ferreira, M.C. *Psicologia: Reflexão e Crítica: Tornar-se Pai e Mãe em um Processo de Adoção Tardia*. 20(3), p.425-434. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n3/a10v20n3.pdf>>. Acesso em 15 de ago. 2012. Em 2012 foi autorizado pelo Supremo Tribunal Federal a adoção por um casal de “união homoafetiva” (termo criado pela Desembargadora Maria Berenice Dias) em substituição ao termo “União Homossexual”. E um assunto muito discutido atualmente e, como a legislação ainda não está adequada para a devida proteção desses casos em particular, os juízes precisam analisar o caso em concreto para dar sua posição, pensando sempre no melhor desfecho para a criança. Disponível em : <<http://www.webartigos.com/artigos/adocao-por-casais-homoafetivos-no-direito-brasileiro/15890/#ixzz24JmgNvAp>>. Acesso em 15 de ago. 2012.

⁵⁴ Conforme Goldim (2000 apud ALCÂNTARA 2003, p. 40) Jan English, defende a ideia de que os deveres dos filhos adultos são aqueles dos amigos, e resultam do amor entre eles e seus pais ao invés de ser uma obrigação de retribuição aos sacrifícios anteriores de seus pais. Porém, para Goldim os filhos devem exercer papéis para com seus pais, prevalecendo a gratidão e a reciprocidade, ilustrando, assim, com o posicionamento de Aristóteles, na *Ética a Nicômano*, o qual legitima a dívida dos filhos para com seus pais na velhice: quando se trata de prover a subsistência, temos que ajudar nossos pais antes de qualquer outras pessoas, já que lhes devemos a nossa subsistência até certa idade. (GODIM apud ALCÂNTARA, 2003, p. 40 – 41).

Afirma Moragas (1997 apud ALCÂNTARA, 2003) que ao longo da história é atribuído aos descendentes, o cuidado com a geração velha, ou seja, a família tem como responsabilidade satisfazer inúmeras necessidades, sejam elas físicas, psíquicas e sociais, principalmente quando seus velhos apresentam algum comprometimento na sua autonomia e independência. Dessa forma, o amparo já é algo esperado, um dever moral arraigado na cultura.

Em se tratando de fazer cumprir a responsabilidade dos filhos de cuidarem dos pais quando estes envelhecem, a Constituição Federal de 1988 explicita o dever da família, da sociedade e do Estado no cuidado e proteção do (a) idoso (a), conforme Artigo 299: “e os filhos maiores tem o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”, assim como também diz, no Art.230, que esses cuidados devem ser realizados preferencialmente no ambiente familiar

A família, a sociedade e Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida, preferencialmente em seus lares [...] (BRASIL, 1988).

Conforme explicitado pelo artigo, seria a constatação do óbvio uma vez que os pais foram responsáveis pelos filhos até a vida adulta e em alguns casos, os pais continuam colaborando com os filhos por que não se tornarem responsáveis pelos pais quando estes chegam à fase da velhice? Não precisariam existir dispositivos legais para tal. A própria relação de convívio entre pais e filhos levaria a um consenso que tal atribuição concerne aos filhos.

Agora, feito essa reflexão, vai-se partir para a seguinte observação: mas se foram necessários criar dispositivos para clarificar que é a família que deve cuidar de seus idosos é porque dentro da estrutura social da qual faz parte cada um de nós, algum velho, em algum momento ficou desprovido desse amparo. Portanto, esses dispositivos devem assegurar o direito ao amparo e a obrigação de responsabilidades para todos nós, quer sejamos pais e/ou filhos, pois seremos velhos no futuro.

Hoje, é uma realidade a família ter a presença marcante da velhice, pois concomitantemente ao crescimento acentuado do contingente de idosos, verificam-se aumentos da expectativa de vida dos próprios idosos que influencia na convivência familiar e nas relações inter e intrageracionais

Esse aumento da expectativa de vida nas idades avançadas apresenta uma série de implicações para o convívio familiar e as relações inter e intrageracionais. Uma

primeira decorrência é o maior número de anos de vida compartilhados por pais, avós, netos (e bisnetos) do que em qualquer outro momento da história da humanidade. Ao mesmo tempo se observa uma redução do número de filhos, o que torna as famílias contemporâneas mais estreitas ou verticais. Além disso, o aumento do número de divórcios e recasamentos faz da arquitetura familiar atual um fenômeno mais complexo. Se essas questões, em seu conjunto, por um lado podem restringir a amplitude da família para um escopo domiciliar formado apenas pelo núcleo familiar de pais e filhos (POPENOE, 1993 apud BENGTON; MARTIN, 2001), por outro, podem sugerir uma expansão para além das fronteiras do núcleo familiar formado pelos casamentos. Nesse último caso, a construção familiar atual incorpora as relações e os vínculos para além das fronteiras domiciliares. Como ressaltado por Bengtson (apud BENGTON; MARTIN, 2001), tanto a modernização quanto o aumento da expectativa de vida não apenas permitiram um aumento do individualismo e da valorização da vida independente, que resulta em maior número de domicílios unipessoais, mas também uma nova estrutura familiar estendida, formada por três, quatro e algumas vezes até mesmo cinco gerações contemporâneas, não necessariamente co-residentes. (IPEA, 2009, p. 9).

E para assegurar proteção ao que são idosos hoje, e também, àquelas pessoas que se tornarão idosos no futuro, a partir da Constituição de 1988, outros dispositivos legais⁵⁵ foram criados, entre eles: Lei Nº 8.742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei Nº 8.648/93 – dever dos filhos maiores de sustentar e amparar pais idosos sem condição de sustento próprio; Lei Nº 8.842/94 – dispõe sobre sua Política Nacional do Idoso; Decreto Nº 1.948/96 – define modalidade asilar e não asilar e outras formas de atendimento; Portaria Nº 810/89⁵⁶ do Ministério da Saúde que dispõe sobre as normas e os padrões para funcionamento de casa de repouso, clínicas geriátricas e outras instituições destinadas ao atendimento de idosos; Portaria Nº 1.395/99: trata da Política Nacional de Saúde de Idosos, Portaria Interministerial Nº 5.153/99 – institui o Programa Nacional de Cuidadores de Idosos; Lei Nº 10.741/2003 – Estatuto do idoso⁵⁷ ratifica os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos de idade demarcados pela Política Nacional do Idoso, prevê pena para crimes de maus-tratos⁵⁸ de idosos e concessão de vários benefícios.

⁵⁵ A preocupação com as especificidades do atendimento aos idosos foi incorporada somente em 1999, praticamente uma década após a criação do sistema, com a implantação da Política Nacional do Idoso (PNI). Esta apresenta dois eixos norteadores – medidas preventivas e atendimento multidisciplinar específico para esse contingente – tendo resultado do entendimento de que os altos custos envolvidos no tratamento médico dos pacientes idosos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) não cobriam as necessidades específicas desse segmento populacional (IPEA, 2009, p.14)

⁵⁶ Revogada pela Portaria Nº 1.868/GM, de 11 de outubro de 2005

⁵⁷ O Estatuto do Idoso além de aprofundar e aperfeiçoar a PNI congregou toda a legislação pertinente aos idosos. Entre as ações previstas pela nova lei, distinguem-se duas, por estarem mais fortemente correlacionadas com as necessidades impostas pelo cuidado dos idosos dependentes: a obrigatoriedade de comunicação por qualquer cidadão e, especialmente, pelos profissionais de saúde, de qualquer ato de violência contra os idosos (art. 19) e a criminalização desses atos; e o estabelecimento de um percentual máximo (70%) da renda do idoso para o custeio das ILPIs. (IPEA, 2009, p.15).

⁵⁸ Segundo dados da OAB de São Paulo, as causas de violência e acidentes resultam 3,5% dos óbitos de idosos, ocupando o sexto lugar na mortalidade. Morrem mais de 13 mil idosos por acidentes e violência por ano. Isto é por dia uma média de 35 óbitos, dos quais 66% são de homens e 34% de mulheres. O que nos impacta é que,

No Brasil, nas últimas décadas, a atenção a pessoas idosas passou por notável avanço, constatada por toda essa legislação e que foi resultado de importantes transformações observadas na sociedade no que se refere à estrutura familiar (IPEA, 2009).

Vale ressaltar, que algumas dessas transformações fragilizaram o modelo de família nuclear e consequentemente afetaram a vida da pessoa idosa. Essas mudanças que permeiam a sociedade começaram no século passado como uso da pílula pelas mulheres, que possibilitou o relacionar-se sem o perigo de uma gravidez indesejada, como também sua inserção no mundo do trabalho, tornando-se responsável direta pelo controle de natalidade, influenciando na redução na quantidade de filhos por família, até, resultando em nova configuração da estrutura familiar em um novo contexto histórico, em que se encontra inserida a família, no século XXI.

Concomitante a essa mudança da família nuclear houve o aumento da população idosa brasileira. E mesmo com essa fragilidade no modelo de família nuclear, é a família ainda responsável por cuidar dos seus membros mais velhos. Entretanto, a provisão dos cuidados familiares para com seus idosos tem se tornado cada vez mais precária, em função da redução do tamanho das famílias e da crescente participação da mulher no mercado de trabalho, essa, antes, considerada a cuidadora oficial da família.

Mas independente da pessoa idosa ser assistida ou não pelos seus familiares, o Governo criou mecanismos de proteção ao idoso. Uma das medidas adotadas pelo governo para proteção ao idoso é oriunda da LOAS⁵⁹ que prevê que pessoas com 70 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a sua própria manutenção e nem tê-la provida por sua família, terão direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Esse benefício é a garantia de recebimento mensal de um salário mínimo e para que seja concedido, a pessoa

a violência é a segunda causa de internações de idosos no SUS. Em 2008, dados do Ministério da Saúde apontam que as violências e os acidentes são responsáveis por 3,5% das mortes dos idosos. No Brasil, 93 mil idosos são internados a cada ano no sistema único da saúde (SUS), em consequências de quedas (53%), violência e agressões (27%) e acidentes de trânsito (20%). A Presidente da Comissão de Defesa do Doente Mental e da Pessoa Idosa da OAB/SP, Maria Elisa Munhol entende que, esse número de idoso que entra no SUS por maus tratos é muito subestimado, a violência contra o idoso em sua grande maioria, não chega ao serviço de saúde, não chega ao Poder Judiciário [...] Afirma que, segundo dados do 6º Congresso Brasileiro de Enfermagem de 2009, no Brasil de Janeiro a Dezembro de 2.006, foram internados em Instituições psiquiátricas 23.681 idosos. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/advogados-idosos/artigos/dados-estatisticos>. Acesso em 10 de fev. 2012.

⁵⁹ A assistência social, por seu turno, foi pela primeira vez colocada como um direito, independentemente de contribuição e direcionada aos segmentos carentes, com ênfase na proteção à família e à maternidade, na integração ao mercado de trabalho e no atendimento aos grupos sociais mais vulneráveis: as crianças e os adolescentes, os portadores de deficiência e os idosos. Com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, foi instituído o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e portadores de deficiência, independentemente de sua participação prévia no mercado de trabalho, o que garantiu o acesso a uma renda mínima a praticamente todos os idosos brasileiros a partir de sua implementação. (IPEA, 2009, p.14).

idosa deverá comprovar que a renda familiar é inferior a um quarto do vencimento mínimo. Mas, esse benefício não pode ser acumulado com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime.

Poder-se-ia dizer que, considerando que o idoso tem direito a aposentadoria e, aqueles que não têm condições de se prover recebe o BPC. Hipoteticamente, todos os idosos teriam independência financeira, conseqüentemente não tendo que depender financeiramente de algum membro da família, pois segundo a Constituição, em seu artigo 7, Inciso IV o salário mínimo⁶⁰, fixado em lei, nacionalmente unificado, que em 2012 é R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais) seria capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e as de sua família como moradia, alimentação, educação, saúde, vestuário, higiene, transporte e previdência social.(Constituição Federal, 1988). Dessa forma, o salário mínimo ou aposentadoria ou BPC daria para suprir as necessidades dos idosos. Havendo, nesse caso, a possibilidade dos idosos manterem também a família, mesmo depois dele se aposentar e mesmo depois dos filhos alcançarem a fase adulta. É o que nos afirma Camarano e Pasinato (2007, p. 25)

⁶⁰ À época de sua criação (Lei 185, de 14/01/1936) o Salário Mínimo foi definido como remuneração mínima devida ao trabalhador, sem distinção de sexo – capaz de satisfazer suas necessidades normais de alimentação, vestuário, habitação, higiene e transporte. De acordo com a Nota Técnica n. 8, O DIEESE, com base em determinação que deu origem ao primeiro salário mínimo, estima, desde 1959, qual o valor necessário do salário mínimo para garantir a manutenção do trabalhador e de sua família, considerando que esta é composta de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças). Para essa estimativa, o Departamento acompanha uma cesta básica alimentar em dezesseis capitais, estimando, o total de gasto com os demais itens, com base no ICV/SP (estrato de menor renda familiar). Entretanto, há um consenso nacional de que o valor do Salário Mínimo encontra-se muito distante do valor previsto na Constituição. [...]. Também é expressivo que, na estrutura de consumo revelada pela POF-IBGE (2002-2003), os gastos mais básicos (isto é, com alimentação, habitação e transporte) comprometam cerca de 75% da renda familiar no conjunto das regiões brasileiras, não satisfazendo assim as necessidades previstas na CF. DIEESE. Nota Técnica – Salário Mínimo Constitucional. NÚMERO 8 – OUT/2005. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatecSMC.pdf>>. Acesso em 8 de set. 2012. Assim, em 2004, as Centrais Sindicais, por meio de movimento unitário, lançaram a campanha de valorização do salário mínimo. Como resultado dessas marchas o salário mínimo, em maio de 2005, passou de R\$ 260,00 para R\$ 300,00. Em abril de 2006, foi elevado para R\$ 350,00, e, em abril de 2007, corrigido para R\$ 380,00. Em março de 2008, o salário mínimo passou para R\$ 415,00 e, em fevereiro de 2009, o valor ficou em R\$ 465,00. Também como resultado dessas negociações, foi acordado, em 2007, uma política permanente de valorização do salário mínimo até 2023. Em 2012, o SM vigente é de R\$ 622,00, porém, segundo o DIEESE, para que o salário garantisse as despesas familiares com alimentação, moradia, saúde, transportes, educação, vestuário, higiene, lazer e previdência, deveria ter sido de R\$ 2.589,78 em agosto de 2012, como constata a Pesquisa Nacional da Cesta Básica, divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2012).

No Brasil, por exemplo, vários estudos (ver CAMARANO; EL GHAOURI, 2003; CAMARANO et al., 2004; SAAD, 1999, 2004), com base em pesquisas domiciliares, têm demonstrado uma prevalência do fluxo de apoio financeiro em direção aos filhos. Estes seriam beneficiados também através da co-residência na casa dos pais e com o cuidado dos netos.

Considerando essa questão financeira, Camarano et alii (2004 apud ALCÂNTARA, 2009) – informa que existem dois tipos de unidades domésticas em que o idoso faz parte: famílias em que o chefe da unidade doméstica é o idoso e outras em que estes são parentes do chefe ou do cônjuge. Enquanto chefe da família e provedor da mesma, a aposentadoria traz sobremaneira benefícios para unidade doméstica, tornando-se o idoso, nesse caso, peça fundamental para a sobrevivência financeira da família. Segundo Alcântara (2009), a universalização da aposentadoria, reflete no impacto social da renda do idoso na economia familiar, ocorrendo a transição da condição de assistido para assistente.

Mas, segundo Camarano (2004 apud ALCÂNTARA, 2009) não há no Brasil uma relação direta entre envelhecimento e dependência. No estudo sobre o envelhecimento da população, a autora argumenta que

Nos últimos 20 anos, o idoso brasileiro passou a viver mais, diminuiu o seu grau de deficiência física e mental, assumindo com maior frequência, o papel de chefe de família e assim, vivendo menos na casa dos parentes. Além disso, hoje, o idoso recebe um rendimento mais elevado, tendo como consequência uma redução do seu nível de pobreza [...] o benefício da aposentadoria representa um papel importante, por ser uma renda fixa e, em muitos casos, a única da qual dispõe a família de classes populares (CAMARANO, 2004, apud ALCÂNTARA, 2009, p. 4).

Outra observação feita pela autora é que o segmento idoso possui uma melhor condição de vida em comparação aos jovens, o que evidencia a permanência dos filhos na casa dos pais por mais tempo circunstância tal que gera o efeito “canguru” e contribui o fortalecimento do vínculo entre as gerações dentro da unidade domiciliar,

Por conta do seu ciclo de vida, construiu patrimônio, possui casa própria e se beneficiou da universalização da Seguridade Social, fundamentalmente a aposentadoria. Um dado relevante é que os idosos são chefes de 86,5% das famílias em que vivem. Os efeitos da instabilidade do mercado de trabalho, conforme Camarano tem ocasionado a permanência dos filhos na casa dos pais por mais tempo (a saída tem se verificado em torno dos 26 anos), situação que favorece a co-residência entre idosos e seus filhos, netos e bisnetos, estratégia de apoio familiar de sobrevivência, o que pode ser benéfica para todos. A renda se constitui uma fonte de apoio intergeracional. Observa-se que, nas *famílias de idosos*, esta é determinante nas despesas da casa e como demonstra o Censo do IBGE/2000, 76,2% destas famílias dependiam da renda dos idosos. Do total destes idosos que são chefes de família (8,9 milhões), 17,9% vivem sozinhos, 17% moram com o cônjuge, 54,5% vivem com os filhos e 11% moram com outros parentes ou acompanhantes. Esses

dados mostram que a renda do idoso serve de arrimo às famílias. (CAMARANO, 2002, apud ALCÂNTARA, 2009).

Mas, a contribuição do idoso não é apenas no aspecto financeiro, pois eles podem contribuir também realizando as tarefas de casa, responsabilizar-se pelos netos, gerando nesse caso uma relação de afetividade entre gerações, pelo fato de estar participando diretamente da vida dos netos enquanto seus pais estão no trabalho, entre outras colaborações, enquanto o idoso estiver em condições de saúde física e mental para o desempenho dessas funções. Portanto, a ideia de que os idosos são dependentes dos grupos etários mais jovens não pode ser generalizada.

Alcântara questiona se as transferências intergeracionais se constituem um arranjo opcional ou uma “solidariedade imposta”, portanto, para a autora não se pode afirmar que a co-residência reflita necessariamente uma relação harmoniosa e sem conflitos. (ALCÂNTARA, 2009).

E esse quadro de violência se faz presente no cenário da velhice no século XXI, que aflora devido o conflito entre a necessidade de cuidados de longa duração que a longevidade traz para aqueles que já são idosos e falta de condições físicas e psicológicas de pessoas da família para oferecer os cuidados imprescindíveis para oferecer qualidade de vida aos idosos. Mas esse quadro de violência não é somente evidenciado na sociedade atual, pois há registro da violência em outros séculos.

De acordo com Simone de Beauvoir (1990), os asilos existiam não somente em consequência do rompimento definitivo das relações pais e filhos, de uma relação conturbada que já era desenhada na convivência dentro de casa, mas também, como um lugar de refúgio contra a violência física praticada. Assim, há registros que o desvínculo familiar era caracterizado em decorrência de determinadas situações: da partilha em vida, da inversão da relação de poder e da busca de espaço dentro de casa. A relação de poder econômico determinava a permanência do idoso na família

Na França, nos campos, o sustento familiar permanece a regra. Se o ancião que reinava sobre a casa era suficientemente vigoroso ou suficientemente rico para conservar o controle de suas terras - continuando a trabalhar, ou contratando trabalhadores agrícolas - conservava também a autoridade sobre os filhos. A família patriarcal continuava a existir nas zonas rurais e a autoridade do velho que a governava podia ser tirânica. Mas essa família só era encontrada entre os camponeses abastados, e esses eram raros. Ainda arcaica em 1815, a agricultura só progrediu lentamente; os rendimentos eram fracos que os camponeses mal

conseguiram sobreviver. Ao envelhecerem, não tinham mais força para continuar a cultivar sua terra, e não tinham poupado a quantia necessária para pagar mão de obra estranha. Ficavam à mercê dos filhos. Estes viviam à beira da miséria, e não tinham com que sustentar bocas inúteis. Às vezes desembaraçavam-se delas, abandonando-as no asilo. (BEAUVOIR, 1990, p. 237).

Outra situação que incentivava o desvínculo dos filhos em relação aos pais era a antecipação da doação de bens em vida

Nada mais comum do que o esquecimento dos deveres, por parte dos filhos dos dois sexos, para com os autores de seus dias que chegam à velhice. Se estes têm a imprudência de doar seus bens sem reserva escrita, ou de outro modo que não um testamento revogável, expõem-se a se verem desprezados e muitas vezes privados do necessário. (BEAUVOIR, 1990, p. 238)

Pesquisas realizadas no século XIX revelam que era desaconselhável a partilha de bens em vida, por ser um estímulo para os filhos rejeitarem os seus pais

Em pesquisa oficial sobre a agricultura francesa, realizada entre 1866 a 1870, e resumida em 1877 por Paul Turot [...] falando em nome da administração, Turot desaconselha os ascendentes de partilhar seus bens em vida. Lembra energicamente o destino miserável que espera os velhos pais depois que são destituídos de seus bens: evoca “os crimes que se cometem para apressar a morte, e para os quais as obrigações contraídas em consequência da partilha são uma iniciação, uma espécie de encorajamento. O pai de família, depois que entrega seus bens, fica privado de toda a autoridade, passa a ser desprezado e repudiado pelos filhos, rejeitado do lar de cada um deles, mandado de casa de um para a do outro, com uma renda vitalícia que muitas vezes não lhe é paga, ou com uma habitação que não lhe é concedida”. (BEAUVOIR, 1990, p. 241).

Surgem, também, as brigas pelo espaço dentro da própria casa, segundo a observação de Dupois “nem sempre se tem dois quartos, e se tem pressa em desocupar o espaço”. (BEAUVOIR, 1990, p. 240)

As situações descritas acima são um breve relato de um desequilíbrio nas relações familiares que impulsionaram, naquela época, a criação de espaços para acolher os velhos e defenderem-nos contra a aspereza e a negligência de sua prole (BEAUVOIR, 1990, p. 240).

Se comparado ao dia de hoje, com elevadíssimo número da população idosa mundial, o número de idosos no passado era substancialmente inferior. De acordo com informações apresentadas no livro “A Velhice”:

Da Idade Média até o século XVIII: nos campos e cidades, os trabalhadores morriam jovens. Os que sobreviviam dependiam de uma família geralmente pobre demais para sustentá-los; recorriam à caridade pública, à caridade dos castelos e conventos. Em certas épocas, até mesmo esses recursos lhes foram recusados; sua sorte foi particularmente dura no momento em que o capitalismo nasceu na Inglaterra

puritana, e no século XIX, durante a revolução industrial. A sociedade não os explorou diretamente, na medida em que não tinham mais força de trabalho para vender, mais nem por isso foram menos vítimas a exploração. Em sua juventude e em sua maturidade, as classes dominantes não lhes tinham concedido o que lhes era necessário para reproduzir sua vida: uma vez gastos no trabalho, eles o abandonavam, com as mãos vazias. (BEAUVOIR, 1990, p. 263).

Narra, ainda, a autora que o destino dado aos velhos dependia essencialmente da família:

Inúteis, incômodos, o destino deles assemelhava-se ao que lhe era reservado nas sociedades primitivas. Esse destino dependia essencialmente da família. Por afeição, ou por preocupação com a opinião, algumas famílias manifestavam solicitude com relação aos velhos, ou pelo menos, tratavam-nos corretamente. Mas quase sempre eles eram negligenciados, abandonados num asilo [...] (BEAUVOIR, 1990, p. 263).

A ideia de abandono que foi perpetuada ao longo dos séculos faz com que o asilo seja visto de forma negativa. Nesse sentido, Born e Boechat (2002 apud XIMENES E CORTE, 2007) concordam que falar de idoso institucionalizado é fazer referências a imagens negativas (relacionadas à tristeza e ao abandono) associadas a entidades que o abrigam, para os quais a denominação “asilo” continua em uso ou se encontra atenuada na expressão “instituição asilar”.

Mesmo os idosos alcançando uma qualidade de vida, ter sua autonomia e ter se tornado peça fundamental na vida econômica da família, o envelhecimento da população implica a exposição dos idosos aos novos riscos decorrentes da possibilidade de desenvolvimento de doenças crônicas e da perda de autonomia e independência por parcelas cada vez mais significativas da população. À medida que crescentes contingentes de idosos vivem mais tempo, possivelmente crescentes também serão as demandas por políticas voltadas para os cuidados de longa duração que os auxiliem na realização das Atividades da Vida Diária (AVD) – instrumentais e/ou funcionais.

E importante enfatizar que, os cuidados de longa duração⁶¹ são voltados para os idosos que não possuem condições, quer físicas ou emocionais, para a realização das atividades do cotidiano. Existe uma classificação dos apoios que se deve ter para com os idosos que necessitam de cuidados de longa duração

O apoio instrumental diz respeito às AVDs, que envolvem: preparar refeições, fazer compras, executar tarefas domésticas leves, tarefas domésticas pesadas, e cuidar do próprio dinheiro. O apoio funcional representa a necessidade de auxílio para a realização das atividades mais básicas do cotidiano, as quais incluem: tomar banho

⁶¹ A combinação da condição de morar só ou como outro parente, com a presença de dificuldades severas para a realização das AVDs é considerada na literatura como indicador da necessidade de cuidados institucionais de longa duração (CHRISTOPHE, 2009, p. 67).

vestir-se, comer, deitar, sentar, levantar, caminhar, sair de casa, e ir ao banheiro. A identificação de limitações para a realização das atividades entendidas como instrumentais implica a necessidade do apoio de terceiros para a manutenção de uma vida independente e autônoma, já as limitações funcionais representam a perda concreta da independência e da autonomia desses idosos. (IPEA, 2009, p.16).

Com base nessas informações e segundo o grau de limitações funcionais e instrumentais para a realização das AVDs, foram construídas três categorias de idosos brasileiros, com mais de 65 anos, quais sejam:

Idosos com limitações funcionais – correspondem aos idosos que apresentam qualquer grau de dificuldade no quesito “alimentar-se, tomar banho ou ir ao banheiro”.

Idosos com limitações instrumentais – correspondem aos que não apresentam limitações funcionais, porém não conseguem ou têm grande dificuldade para a realização de pelo menos uma das seguintes atividades: empurrar mesa ou realizar consertos domésticos; subir ladeiras ou escadas; abaixar-se, ajoelhar-se ou curvar-se; e andar cerca de 100 metros.

Idosos sem limitações – são que não apresentam limitações funcionais ou instrumentais, como as já definidas. (IPEA, 2009, p. 16)

Sabe-se que entre os idosos, existe aquela parcela que entra num processo de demência senil e problemas de locomoção que os impedem de ter uma participação mais ativa na família e na sociedade. Isso significa que eles precisam de cuidados especiais, e que passam a necessitar de maior atenção por parte da família, por vezes necessitando que uma pessoa permaneça diariamente acompanhando o idoso. Diante dessa realidade, e da nova configuração do ambiente familiar quem assume esse cuidado permanente com esse (s) idoso (s)?

Segundo Moragas (1997 apud ALCÂNTARA, 2009) ao se abordar sobre a responsabilidade do cuidado com a geração mais velha, atribuiu-se ao longo da história, que a família deve satisfazer as diversas necessidades do seu idoso, sejam de ordem física, psíquica ou social e principalmente, quando existe comprometimento na autonomia e também na dependência.

Mesmo existindo dispositivos legais que atribuem a responsabilidade aos filhos de cuidar dos pais, nem sempre é possível a provisão dos cuidados familiares para com seus idosos, tornando-se cada vez mais precária, principalmente, redução do tamanho da família e aumento da participação da mulher no mundo do trabalho (considerada a cuidadora oficial do idoso na família) e a instabilidade das relações afetivas, fazem dos cuidados familiares informais um recurso cada vez mais escasso.

O ideal seria que a família⁶² pudesse manter seus membros mais velhos dentro do ambiente familiar, mas nem sempre isso é possível, o que leva a algumas famílias a tomar a decisão pelo internamento asilar de seu pai e/ou sua mãe ou um parente que vive em sua casa ou que mora sozinho. E quando a família concretiza a institucionalização, muitas vezes essa atitude é reprovada pela sociedade por ser aquele ato considerado de abandono. Porém, segundo Zariti (2000 apud ALCÂNTARA, 2003, p. 39) nem sempre a decisão pode ser vista dessa forma, para ele, a decisão de institucionalizar é causada por vários aspectos:

Voltados às tarefas de cuidar que se tornam demasiadamente difíceis, tanto do ponto de vista emocional quanto físico; a doença e a consequente dependência do velho; a constante necessidade de hospitalizar; a proximidade da morte; os conflitos entre os papéis profissionais e familiares do cuidador e as necessidades crescentes do velho; e dificuldades de relacionamento entre o cuidador e o velho.

O melhor mesmo seria que não existisse asilo, mas se não existisse para onde iriam os asilados que ali se encontram⁶³?

Segundo Camarano, Pasinato (2004), não é novidade o ato de cuidar de idosos com demandas especiais, porém, o que se observa em períodos mais recentes é a progressiva transferência de uma atividade tradicionalmente relacionada ao espaço privado das famílias para o espaço público ou estatal; quer na execução direta da prestação dos serviços, quer na fiscalização e regulação da atividade do setor privado. Os cuidados de longa duração podem ser subdivididos nas seguintes modalidades:

- a) Cuidados institucionais, referentes à internação dos indivíduos em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), tradicionalmente denominadas asilos;
- b) Cuidados formais intermediários, referentes aos centros-dia e hospitais-dia;
- c) Cuidados domiciliares formais, isto é, aqueles prestados por enfermeiros, cuidadores formais e/ou acompanhantes etc.;

⁶² Alcântara (2003) afirma que o fato de se morar com a família nem sempre é garantia de proteção, mas é reconhecido também que o ambiente da casa é um referencial importante. Para tanto, reporta-se a definição de casa de Bachelard (1998): ela é o primeiro mundo do ser humano. Antes de ser jogado no mundo, como professam as metafísicas apressadas, o homem é colocado no berço da casa. (p. 27). Para Alcântara, não há, como dissociá-la da família no ambiente onde nos sentimos protegidos e acolhidos. Segundo ela, o autor atribui a casa o depositário das lembranças. E pelo espaço, é no espaço que encontramos os belos fósseis de duração concretizados por longas permanências.

⁶³ Esclarece VERAS et al (2005, p. 508) que a “reforma” do INSS de 1998 parece fadada a não resolver o problema de financiamento e pode vir a resultar numa geração de “velhos de rua”. Dificilmente a assistência social poderá gerar renda para esse segmento elevado da população, hoje desempregada e informalizada, quando ele perde sua capacidade laborativa.

d) Cuidados informais, normalmente entendidos como aqueles realizados pelos próprios familiares.

As definições de locais de cuidados de longa duração da modalidade não-asilar são encontrados no Art. 4º do Decreto Nº 1.948, de 3 de julho de 1996.

Entende-se por modalidade não-asilar de atendimento: I - Centro de Convivência: local destinado à permanência diurna do idoso, onde são desenvolvidas atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania; II - Centro de Cuidados Diurno: Hospital-Dia e Centro-Dia - local destinado à permanência diurna do idoso dependente ou que possua deficiência temporária e necessite de assistência médica ou de assistência multiprofissional; III - Casa-Lar: residência, em sistema participativo, cedida por instituições públicas ou privadas, destinada a idosos detentores de renda insuficiente para sua manutenção e sem família; IV- Oficina Abrigada de Trabalho: local destinado ao desenvolvimento, pelo idoso, de atividades produtivas, proporcionando-lhe oportunidade de elevar sua renda, sendo regida por normas específicas; V - atendimento domiciliar: é o serviço prestado ao idoso que vive só e seja dependente, a fim de suprir as suas necessidades da vida diária. Esse serviço é prestado em seu próprio lar, por profissionais da área de saúde ou por pessoas da própria comunidade; VI - outras formas de atendimento: iniciativas surgidas na própria comunidade, que visem à promoção e à integração da pessoa idosa na família e na sociedade.

Das modalidades de cuidados de longa duração concentrar-se-á a discussão nos asilos hoje denominados Instituto de Longa Permanência para idosos que surge como uma alternativa extrafamiliar, de outras formas de cuidados de longa duração para a população mais envelhecida e a possibilidade de acolhimento desse segmento que por vezes não tem suporte financeiro ou familiar ou em alguns casos, por sofrerem de maus tratos.

Após essas explanações e reflexões, parte-se para definição de Instituição de Longa Permanência para Idosos, sua legislação, o que diferencia nos dias atuais dos históricos asilos e apresentar dados oficiais mais recentes sobre o número dessas instituições no país.

5 INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS NO BRASIL: definições e similaridade com os asilos.

A responsabilidade de cuidar do idoso na situação de longa duração é um assunto extremamente delicado. A família seria o espaço ideal considerando-se o vínculo familiar, porém, segundo Cortelletti et al (2004) esse vínculo não garante ao idoso a sua permanência no domicílio.

E as atribuições dadas ao cuidador familiar do idoso tornam a relação de convivência, por muitas vezes, fragilizada, pelo fato de se tornar um trabalho solitário, sem o auxílio dos demais integrantes da família.

Conforme dados oficiais, outro fator a ser considerado, nessa relação de convivência, é que os idosos tornam-se mais vulneráveis à violência intra-domiciliar na medida em que necessitam de maiores cuidados físicos ou apresentam dependência física ou mental. Quanto maior a dependência, maior o grau de vulnerabilidade. O convívio familiar estressante e cuidadores despreparados agravam esta situação. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

Como uma forma de incentivar políticas de amparo às pessoas idosas, a Constituição de 1988, em seu artigo 230 determina que “o Estado e outras instituições sociais tem também a responsabilidade e o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”.

Ao incentivar a criação de ambientes extrafamiliares de abrigo, o Estado possibilita àquelas famílias que não possuem condições para arcar com os cuidados dos seus velhos na situação de longa duração, recorrerem a esses ambientes, hoje, definidos em lei do tipo modalidade asilar, quer público ou privado, que se tornam uma alternativa viável e uma necessidade social.

Conforme o art. 3º do Decreto Nº 1.948, de 3 de julho de 1996⁶⁴, entende-se por modalidade asilar:

O atendimento, em regime de internato, ao idoso sem vínculo familiar ou sem condições de prover à própria subsistência de modo a satisfazer as suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social.

⁶⁴ Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências.

Esclarece o Decreto em seu Parágrafo único que “a assistência na modalidade asilar ocorre no caso da inexistência do grupo familiar, abandono, carência de recursos financeiros próprios ou da própria família”.

Apesar da existência de definições e funções da modalidade asilar nas legislações atuais, estimulando a criação de novas nomenclaturas, ela já existe há milhares de anos com a denominação de asilos.

Muitas dessas instituições foram criadas com o objetivo de prestar cuidados a velhos, sob denominações diversas: asilos, abrigos, lares, que em sua origem possui caráter filantrópico. Termos esses que são associados a conotações negativas como: abandono, depósitos de velhos, e também a ideia de ser um lugar para esperar pela morte.

Os asilos estavam relacionados com a prática da caridade cristã. Esclarece Marcílio (1998 apud Alcântara, 2003) que a caridade era o acesso para se obter assistência e, quem a praticava, esperava a salvação de suas almas

A fase denominada caritativa, caracterizada por ações paternalistas de ricos e poderosos com vistas a amenizar o sofrimento dos desvalidos por meio de esmolas, privilegiando a caridade e a beneficência. Dessa forma, esperavam merecer a salvação de suas almas, bem como o reino dos céus, reconhecimento e o *status* de beneméritos na sociedade. Procurava-se manter esse contexto, preservar a ordem, estimulando comportamentos conformistas. O Estado era organizado de modo a resguardar os interesses das classes privilegiadas, cabendo gerenciar a economia, à medida que o assistencialismo era praticado pelas associações leigas e pela sociedade civil. (ALCÂNTARA, 2003, p.23).

No Brasil, conforme Alcântara (2003), no início do Século XX, essas conotações negativas, que incentivavam a ações beneficentes, eram contundentes, e conferia à assistência social uma prática específica: atender a velhice desamparada oriunda de uma população carente sem vínculos familiares.

O Cientista social Erving Goffman (1922 – 1982) refere-se aos asilos como “instituição total” e a define como

Um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (GOFFMAN, 1974, p. 11).

Segundo o cientista social, essas instituições podem ser enumeradas em cinco categorias⁶⁵, uma das quais foi criada para cuidar de pessoas incapazes e consideradas inofensivas como os cegos, os órfãos, indigentes e os velhos. Portanto, em seus estudos, os asilos eram percebidos como ambiente de segregação, de incapazes, de pobreza e abandono, muitas vezes, o retrato da velhice institucionalizada em nossos dias, que na maioria das atuais ILPIs atuam baseadas no “superado” modelo manicomial apresentado por Goffman (1974).

O que ocorre é que a nomenclatura se moderniza, e os asilos passaram a ser chamados de Instituições de Longa Permanência⁶⁶ para Idosos (ILPIs), expressão essa adotada pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG)

O correspondente a *Long Term Care Institution*, para designar esse tipo de instituição. Define como “estabelecimentos para atendimento integral institucional, cujo público alvo são pessoas de 60 anos e mais, dependentes ou independentes, que não dispõem de condições para permanecer com a família ou em seu domicílio” (SOCIEDADE ..., 2002-2003, p. 3 apud XIMENES E CÔRTE, 2007, p. 32).

Conforme as autoras, denota-se nessa alteração de nome uma tentativa de desvincular desse tipo de instituição o sentido historicamente carregado de pobreza e rejeição, onde contém uma carga negativa, sendo geralmente empregada, quando se refere a uma instituição destinada a idosos carentes (REZENDE, 2004 apud XIMENES e CÔRTE, 2007, p. 30).

Não significa dizer que, nos dias atuais não existam idosos que foram parar nesse “novo” modelo asilar por situação de carência ou de rejeição, até porque existem aqueles idosos que se encontram na linha de miséria⁶⁷ e a própria legislação ratifica a permanência da

⁶⁵ Para Goffman, as instituições totais de nossa sociedade podem ser enumeradas em cinco agrupamentos. Em primeiro lugar, são as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes. Em segundo lugar, locais para cuidar de pessoas que são uma ameaça à comunidade, embora de maneira não-intencional: sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários. Um terceiro, organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração. Em quarto lugar, aquelas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escalas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões (do ponto de vista dos que vivem nas moradias de empregados). Por último, há os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos: abadias, mosteiros, conventos e outros claustros. Explicita o autor que esta classificação de instituições totais não é clara ou exaustiva, nem tem uso analítico imediato, mas dá uma definição puramente denotativa da categoria como um ponto de partida concreto. (GOFFMAN, 1974, p.16 e 17).

⁶⁶ A Resolução da Diretoria Colegiada - RDC/ANVISA nº 283, de 26 de setembro de 2005, em seu Art. 1º, aprova o Regulamento Técnico que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial, define ILPI como “instituições governamentais e não governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condições de liberdade, dignidade e cidadania”. (BRASIL, 2005).

⁶⁷ Segundo IBGE (Censo 2010) tem 16,257 milhões (8,5% da população brasileira) de pessoas vivendo em condições de pobreza extrema. Para que uma pessoa esteja enquadrada no conceito de pobreza extrema, ela

carência e da pobreza, no seu discurso, quando prioriza o vínculo do idoso ao ILPs a essa condição, conforme parágrafo único do decreto citado no início deste item. Porém, o panorama do processo de envelhecimento no Brasil apresentado hoje se encontra reconfigurado, quer seja social, econômico, familiar como já descrito em linhas anteriores.

Na atual conjuntura, um número significativo de idosos é responsável financeiramente pela família, diferente daqueles que assumiam o papel de mendigos, desvalidos, pobre merecedor.

Cabe ressaltar que a velhice já era um problema social, mas atrelado a outras categorias sociais, os asilos foram criados como uma tentativa de solucionar as problemáticas existentes nas sociedades relacionadas à doenças⁶⁸, pobreza e mendicância. Como explicam Ximenes e Côrte (2007, p.31):

Com o passar dos tempos, essas categorias (pobres, mendigos, doentes, loucos, crianças) foram trabalhadas de modo isolado. Dessa forma, surgiram espaços separados: os hospitais, os leprosários, os manicômios, os sanatórios, orfanatos e os asilos que passam a abrigar somente aqueles que não se enquadravam nas outras instituições, como pobres, mendigos, vagabundos e velhos. Somente no século XX, o termo asilo passou a ser uma instituição para velhos. Justifica-se, desse modo na sua origem, as instituições para velhos como um lugar de tristeza, abandono, pobreza e decadência.

Segundo Cortelletti et al (2004) essas instituições desempenham as funções de guarda, proteção e alimentação, abrigando idosos rejeitados pelos seus grupos diretos, à medida que sua presença se torna incômoda, difícil e insustentável, ficando sua participação familiar e social limitada ou até impossibilitada. Dessa forma, essas instituições caracterizam-se

De um lado como uma comunidade que reside sob o mesmo teto e utiliza os mesmos espaços físicos e, por outro, como uma organização formal, estruturada funcionalmente, com hierarquias definidas pela divisão e também interna. Mesmo apresentando diferentes denominações possuem, em comum, a função de propiciar o atendimento por meio de hospedagem permanente, assistência à saúde, de forma direta ou indireta e algumas atividades de ocupação e lazer (CORTELLETTI et al, 2004, p. 20).

deve ter renda mensal abaixo de até R\$ 70, ou pouco mais de R\$ 2 por dia. Os dados demonstram que o Nordeste é a região do país que mais sofre com o problema, concentrando 59,1% (9,61 milhões) dos brasileiros extremamente pobres, seguida pelo Sudeste, que detém 17%% (2,7 milhões).

⁶⁸ Essa associação à ideia de doença pode ser explicada quando nos remetemos a Idade Média, à descoberta do hospital, um lugar essencialmente de assistência aos pobres. As pessoas que prestavam esse serviço assistencial eram caritativas (religiosos ou leigos), que com esse serviço buscavam a salvação da alma, tanto do pobre como a sua, além da função de separação dos indivíduos, que de alguma forma, traziam ameaças à saúde da população. Um lugar de assistência, formação espiritual e exclusão social (FOUCAULT, 2003).

O atendimento nesses ambientes não é individualizado. E a admissão em um asilo normalmente significa não só a ruptura derivados dos antigos laços afetivos, mas também, a vida comunitária com pessoas com quem o idoso nunca teve relações afetivas. A separação dos idosos da vida normal e sua reunião com estranhos significa a solidão para os indivíduos. Muitos asilos se tornam para esse indivíduo, deserto de solidão (Elias, 2001), mas também um lugar onde possam viver, por não existir, não só dentro da própria casa como também dentro da família, um espaço reservado para ele.

As condições existentes no ambiente asilar determinam as formas da relação social a serem estabelecidas tanto entre a estrutura organizacional desse ambiente e o idoso e desse com os demais idosos. (CORTELLETTI et al, 2004).

Esclarece a autora que o processo de internação numa instituição asilar representa muito mais do que simplesmente mudança de um ambiente físico para outro. Representa para o idoso a necessidade de estabelecer relações com todos os aspectos de seu novo ambiente, “ajustar-se ao novo lar mais do que o lar a ele, considera-se abandonado, ansioso e com medo da ideia de passar os últimos anos da vida num lugar estranho em meio ao desconhecido.” (CORTELLETTI et al, 2004, p. 21).

Não se pode esquecer que o idoso, ao chegar na instituição a ser integrado, quer seja denominada asilo ou ILPIs, traz consigo uma bagagem cultural, sustentada nas relações estabelecidas até aquele momento com a família e o meio social circundantes. A bagagem trazida é a sua história de vida, da qual é obrigado a abrir mão no momento da institucionalização, em detrimento a sua inserção na nova condição de vida. (CORTELLETTI et al, 2004, p. 22).

E é essa “bagagem” que independente do lugar que forem se instalar, nessa nova fase de vida, continuará sendo carregada por e com eles: o que foram, o que vivenciaram, o que construíram, ao longo dessa caminhada chamada vida e que a pouca “bagagem” que levam para esse ambiente podem servir de testemunho de que essa história é real. No caso deste trabalho, o que é utilizado como testemunho e fonte de pesquisa é a fotografia, considerada aqui, como recurso de memória, de um tempo já vivido dessa vida e, que serve de aporte para continuarem essa nova fase de suas vidas no ambiente asilar.

5.1 Panorama atual dos ILPIs no Brasil

No Brasil, até pouco tempo, não se tinha uma visão geral do conjunto das instituições que cuidam de idosos, não se conhecia a sua distribuição geográfica, sua infraestrutura e formas de funcionamento.

De acordo com Pavarini (1996 apud ALCÂNTARA, 2003, p. 25) os estudos acerca dos asilos brasileiros são incipientes e que no período de sua pesquisa

O referencial mais notório era do francês Michel Hôte (1988) que se deteve em pesquisar os programas para a população envelhecida, havendo constatado que de 0,6% e 1,3% se encontrava em instituições. O pesquisador observou que, diante das condições precárias da sociedade e da crise previdenciária social, a institucionalização ainda é a alternativa conveniente, sendo preciso desmistificar a ideia de que todos os asilos são hostis ou, como conceituam os especialistas brasileiros, ‘depósitos de velhos’. Paralelo a isto, também verificou que as instituições estão se esforçando no sentido de inovar o atendimento de forma a melhorar o acolhimento dessas pessoas, e um exemplo visto foi a redução do número de leitos por quartos ou a criação de pequenas casas anexas.

No período de sua pesquisa não existiam dados oficiais⁶⁹ a respeito do número de instituições para idosos e quantos viviam nelas, mas estudos realizados por Karsch (2003 apud CAMARANO, PASINATO E LEMOS, 2007, p. 2) ressalta que

A internação de idosos em ILPIs, mesmo em famílias de baixa renda, é considerada uma opção apenas “no limite da capacidade familiar em oferecer os cuidados necessários”. Não contamos no Brasil com informações precisas sobre o número, e muito menos as condições em que vivem os idosos institucionalizados. Camarano, Pasinato e Lemos (2007) utilizaram como *proxies* para a identificação do número aproximado desse contingente os dados referentes a idosos residentes em domicílios coletivos na condição individual, constantes do Censo Demográfico de 2000. De acordo com as autoras, em 2000, teriam sido contabilizados 107 mil idosos institucionalizados, o que representava aproximadamente 0,8% da população idosa. Os idosos institucionalizados são, em sua maioria, mulheres solitárias – viúvas ou solteiras. A proporção desses idosos com dificuldades de locomoção e ou com problemas mentais é aproximadamente cinco vezes superior à observada entre os idosos não-institucionalizados. Camarano, Pasinato e Lemos (2007) ressaltam que aproximadamente 1/3 dos idosos institucionalizados não possui condições, quer físicas ou de geração de renda, que lhes permita viver de forma autônoma e independente. Porém, ainda que os idosos mais vulneráveis, com perda de autonomia e independência, se encontrem representados nas ILPIs, ainda é a família brasileira a responsável pelo cuidado da grande maioria.

⁶⁹ Segundo Ximenes e Côrte (2007), nesse período a Secretaria Especial dos Direitos Humanos havia firmado convênio com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA para realização de uma pesquisa que busca o número de instituições e as condições de vida de seus residentes nas diferentes regiões do país.

Informa Christophe (2009) que só a partir de 2006, a Pesquisa Nacional sobre Condições de Funcionamento e Infraestrutura nas Instituições de Longa Permanência para Idosos, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) buscou preencher a falta de dados oficiais sobre o assunto. A autora faz um levantamento censitário das ILPIs brasileiras, divulgando os resultados por Grandes Regiões e Unidades da Federação. Revela, nesse estudo, a extrema diversidade de modelos, infraestrutura disponível, serviços ofertados e público atendido por elas.

Os resultados apontam para a baixa cobertura municipal de ILPIs: menos de 10% dos municípios no Nordeste dispõem de ILPIs, e menos de 25% no Sul. Também a porcentagem de idosos que residem em ILPIs é muito baixa: 0,2% no Nordeste e 0,6% na região Sul. Nas duas regiões, o grupo etário de 80 anos ou mais representa a maior porcentagem de residentes, 42,1% no Nordeste e 34,5% no Sul, sendo a maior parcela de mulheres. Encontrou-se uma porcentagem mais elevada de idosos independentes nas ILPIs públicas e filantrópicas, fazendo supor que não seja a perda de capacidade funcional o principal motivo da residência em uma ILPI. Ao contrário, nas instituições privadas reside um percentual mais alto de idosos dependentes e com comprometimento cognitivo, sugerindo que aí estão por falta de cuidador familiar. A estimativa da demanda potencial de cuidados apontou para 401 mil idosos afetados por perdas funcionais graves no Nordeste e 208 mil no Sul, em 2007. Além disso, um quarto dos idosos nordestinos encontram-se em carência financeira, residindo em domicílios com renda per capita de até meio salário mínimo. No Sul, menos de um décimo dos idosos encontra-se nesta situação. Os resultados encontrados sugerem a existência de uma demanda potencial por cuidados não-familiares, em todos os estratos socioeconômicos, nas duas regiões, e que as ILPIs existentes atendem a um público mais amplo do que o afetado por perdas funcionais (CHRISTOPHE, 2009, p. 6).

Em 2011, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada revelou que o número de instituições públicas que abrigavam os idosos, não são suficientes para atender ao crescimento da terceira idade, que segundo Censo de 2010, já chegava a mais de 20 milhões de pessoas. De acordo com essa Instituição

No Brasil, funcionam 3.548 asilos (públicos e privados). No entanto, a pesquisa mostrou que o governo, nas esferas estadual e municipal, tem apenas 218 asilos em todo país. Afirma que os 20 milhões de idosos existentes no Brasil, conta com apenas 183 asilos públicos em todo o país, que corresponde a 83 mil idosos informou o estudo, que também apontou que as mulheres são maioria nessas instituições. Mas, de acordo com Ana Amélia Camarano, responsável pela pesquisa do Ipea, esse número ainda é muito pequeno se for considerar o número total de idosos no país [...] O estudo apontou que mais da metade das instituições brasileiras, 65,2%, são filantrópicas. E a contribuição do setor público representa apenas 22% das receitas desses lugares. A pesquisa concluiu que os asilos brasileiros são mantidos pelos recursos dos idosos ou de familiares, mesmo as filantrópicas que recebem financiamento público. O Estatuto do Idoso estabelece que as instituições podem contar com até 70% do valor do benefício da aposentadoria. (IPEA, 2011, p.15).

Esses dados se diferenciam da pesquisa realizada pelo IPEA, em 2006, sobre condições de funcionamento e infraestrutura nas ILPIs no Brasil, que identificou, 3.755 ILPIs, com um índice de resposta por região sempre superior a 97%, com exceção da Região Sudeste onde a pesquisa ainda não foi encerrada. A maior concentração de instituições encontra-se na região Sudeste, onde 2.458 instituições foram identificadas. Como esperado, a menor concentração está na região Norte, com 49 ILPIs. Ao todo, naquele momento da pesquisa, com resultados ainda parciais do Sudeste, encontrou-se 92.183 pessoas residindo nessas instituições, das quais 39.741 homens e 52.442 mulheres. Nem todas essas pessoas são idosas do ponto de vista legal: entre os residentes, quase 12% têm menos de 60 anos. Com o final da pesquisa do Sudeste, o total de residentes certamente aumentará, mas, ainda assim, continuará sendo muito baixo, para um país onde, segundo os dados da PNAD de 2008, a proporção de idosos já atinge 11,1% da população.(CHRISTOPHE, 2009)

Além disso, a pesquisa constatou que cerca de 238 mil pessoas, no Nordeste, e quase 109 mil, no Sul, com dificuldades para realizar as atividades da vida diária que poderiam necessitar de cuidados institucionais, devido às suas condições domiciliares. Como se pode perceber, estes valores são muito superiores ao total de residentes nas ILPIs, em cada região.

Diante desses dados estatísticos resultantes das pesquisas, o que se pode afirmar é que, hoje, tem-se um número significativo de idosos que precisarão de apoio nas suas atividades essenciais e não temos ILPIs suficientes e disponíveis para receber essa demanda. O que leva a crer na possibilidade de formação de uma geração de velhos de rua (VERAS, 2005). Nesse sentido, o envelhecimento, mostra-se desafiante, e as instituições sociais, sobretudo a família, devem tomar consciência desse fato social, a fim de se preparar para assumir os seus velhos.

6 ASILO DE MENDICIDADE DE SÃO LUÍS

A velhice a ser investigada encontra-se no Asilo de Mendicidade⁷⁰, situado no Bairro do Renascença, em São Luís do Maranhão.

O Asilo de Mendicidade de São Luís é uma associação civil sem fins lucrativos, gerenciada pelas Lojas Maçônicas. Tem 93 anos de funcionamento.

O nome escolhido para o Asilo expressa bem a finalidade do local no período da sua fundação: de abrigar mendigos, pedintes, aquele que é obrigado a mendigar. E na sociedade ludovicense no início do século XX, a presença dos mendigos, era bem significativa e considerada um problema social. Tem-se o registro dos mendigos nas ruas de São Luís

Maiores é o número de mendigos que, até do Piauí, afluem para São Luís. Este fato, reunido às causas gerais do aumento de mendicidade neste núcleo urbano e seus subúrbios, cria problemas de cada vez mais árdua solução para o único asilo de mendigos que o Maranhão possui. (MARQUES, 2008, p.152).

O referido asilo situado no Sítio Pedreiras, à margem direita do Rio Anil, fronteiro à capital, foi inaugurado no dia 21 de abril de 1919 e, considerado na época “um estabelecimento de caridade pública que representava, incontestavelmente, uma das maiores conquistas sociais do Maranhão preenchendo uma lacuna muito sensível no nosso meio” (Jornal Pacotilha, 1919), caracterizando, assim, o local de abrigar mendigos, pedintes, bem como, do local que propicia, a prática da caridade.

De acordo com jornais que circulavam no início do século passado, dentre eles, Pacotilha, foram dois os motivos que levaram a escolha da referida data para a inauguração

Escolhendo o dia 21 de abril para inaugurá-la, os seus fundadores tiveram em mente a grande significação cívica desta data e o facto de coincidir com o aniversário do Sr. Francisco Coelho de Aguiar, incansável obreiro da nova instituição a quem devem os demais que nela colaboraram preciosa actividade e grande auxílio. (JORNAL PACOTILHA, 1919).

⁷⁰ O termo mendicidade evidencia a obrigação do ato de mendigar e neste constam palavras como miséria e pobreza. Nestas duas últimas expressões é de realçar a noção de estímulo da piedade e da compaixão, revelador do vínculo da mendicidade com o campo do sagrado. Como refere Susana Pereira Bastos, a proeminência do papel sacrossanto do mendigo até início do século XX está diretamente relacionada com a religião católica. A função do mendigo era receber a esmola e retribuir através de uma «contraprestação», muitas vezes declarada sob a forma de prece (1997: 39). O mendigo era uma figura mediadora entre Deus e os crentes, o pobre que pedia e quem os pecadores retribuíam para atingirem a salvação. (CANHOTO, Ana. Mendigo entre o Sagrado e o Profano. ISCTE. Portugal. 2008).

Nesse período, a paisagem do lugar era totalmente diferente da atual, ainda não havia sido construída a Ponte que liga o centro da cidade ao atual bairro do São Francisco⁷¹ e o acesso para onde se encontrava localizado o Asilo era feito por meio de embarcações, as quais partiam da Rampa do Palácio.

Existem registros que confirmam que o Asilo encontrava-se localizado na outra margem do Rio Anil evidenciando o distanciamento natural existente entre a área urbana – conhecida Centro da Cidade - e o Sítio Pedreiras. Assim, documentos que comprovam o fluxo de embarcações existentes naquela área, relatam que no dia da inauguração do Asilo, as embarcações encontravam-se à disposição daqueles que se interessassem em participar do evento

Por volta das 7 1/2 horas desse dia, uma compacta multidão de todas as classes sociais, estacionava na rampa de palacio afim de se fazer transportar para o Asylo. Achavam-se à disposição dos passageiros o vapor <<S. João>> e a lancha <<Mero>>, que pelas 9 horas, levantaram o ferro demandando o rio Anil, levando aquele vapor a seu bordo a banda de musica do Corpo Militar, que de quando em quando executava lindas peças do seu vasto repertório. (JORNAL DOS ARTISTAS, 1919).

Segundo Alcântara (2003) no século XIX, o procedimento de se alojar os velhos e os mendigos nos mesmos espaços, espaços estes infectados, denominados lazaretos, reflete uma postura da sociedade em equiparar os velhos e os mendigos aos leprosos, pessoas com as quais a sociedade desta época mantinha todo um afastamento e isolamento. A pobreza era considerada uma lepra social, e os velhos por serem pobres e viverem à mercê da caridade pública, eram tidos como uma “peste da sociedade” e, como os leprosos, deveriam ser afastados e segregados (FILIZZOLA, 1979:28 apud ALCANTARA, 2003, p. 23).

⁷¹ A empresa responsável pela construção da Ponte do São Francisco foi a Construtora Itapoã, contratada no final dos anos 60. Segundo Eduardo Torres, um dos sócios da empresa, para pisar, pela primeira vez, no terreno do canteiro de obras da ponte, teve que atravessar o rio Anil valendo-se do único meio de transporte utilizado na época: “Quando eu passei de canoa para olhar do lado de cá, pra saber onde é que eu botava o canteiro de obra e tal, eu encontrei galinha, porco no meio da rua, não tinha esgoto, era tudo a céu aberto. Não tinha nada, nada”. (Torres, 1998). Nesse período, o bairro do São Francisco era ocupado por pescadores, pequenos comerciantes e lavradores, que viviam em condições relativamente simples. Não havia água encanada, energia elétrica e esgoto [...] Havia um fluxo de canoas, transportando pessoas e mercadorias. Os moradores chamavam esse percurso de travessia, que representava o acesso dessa população a uma série de produtos. Elas eram a ligação com o moderno, presente na outra margem do rio. Os comerciantes eram os principais responsáveis pela manutenção de um intercâmbio com outras áreas da cidade. Eles compravam produtos que eram levados ao porto da Praia Grande em carroças, para serem embarcados e transportados para o outro lado. História do Bairro do São Francisco. Disponível em: <<http://www.omelhordobairro.com.br/saoluis-saofrancisco/historia>>. Acesso em 20 de ago. 2012.

A ideia de associar o asilo à loucura, como o lugar de ajustar a desordem do espírito (Foucault, 1978), na capital maranhense, no início do século XX, era presente no discurso social, conforme descreve S. José, morador do asilo, nascido em 1915: “[...] quando eu era criança, asilo era de doido! ‘Bota’ ele no asilo que ele ‘tá’ doido! Agora eu ‘tô’ no asilo... ‘Bota’ fulano no asilo! Ele ‘tá’ doido? Bota no asilo. Lugar de doido é no asilo! E eu agora ‘tô’ no asilo morando”.

Nesse discurso, o asilo funcionava mais como “uma instituição moral encarregada em castigar, de corrigir uma certa ‘falha’ que não merece o tribunal dos homens mas que não poderia ser corrigida apenas pela severidade da penitência”. (FOUCAULT, 1978, p. 85)

Essa concepção faz-se reportar a ideia de instituições totais⁷², definição apresentada por Goffman (1961). Baseado nesses estudos é que se classifica o Asilo de mendicidade como uma instituição total já definida neste trabalho.

O autor afirma que, toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda instituição tem tendências de "fechamento". O autor, ao resenhar as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificou que algumas são muito mais "fechadas" do que outras e dentre cinco agrupamentos estudado por ele, enumera em primeiro lugar, as instituições criadas para cuidar de pessoas que, segundo ele, são incapazes e inofensivas; nesse caso estão as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes. (GOFFMAN, 1961, p. 16).

Diante do que foi definido pelo autor, é possível que em meados do século XX, o asilo de Mendicidade apresentasse características de localização, mais voltada para o isolamento, que evidencia semelhança com as características de fechamento descritas por Goffman. Uma concepção diferente da registrada nos dias de hoje, onde o mesmo bairro onde se situa o asilo desenvolveu-se tanto em termos de infraestrutura quanto em área ocupada, acompanhando o crescimento da cidade. Conforme afirma Ferreira⁷³, entre 1612-1950 a área ocupada em São Luís era de 7,17km² e entre 2000-2010 a área em torno de 36,56 km² (informação verbal).

Mas a ideia de localização do asilo caracterizado pelo distanciamento, evidenciado por Goffman, tornou-se mais contundente, no caso do Asilo de Mendicidade, pela sua separação natural da cidade pelo Rio Anil onde o acesso era feito por meio de travessias

⁷²Esta classificação de instituições totais não é clara ou exaustiva, nem tem uso analítico imediato, mas dá uma definição puramente denotativa da categoria como um ponto de partida concreto. Ao firmar desse modo a definição inicial de instituições totais, o autor espera conseguir discutir as características gerais do tipo, sem me tornar tautológico (Goffman, 1961, p.17).

⁷³ Antonio José Ferreira. Professor da UEMA, em mesa redonda: Cidades e sentidos pelas vias da memória. I Seminário GPELD: Linguagens, Discursos e Identidades, no dia 25 de outubro de 2012.

através de embarcações, corroborando com a ideia de afastamento e isolamento descrito por Alcântara (2004).

O depoimento de Santos⁷⁴ (2011) contribui para se visualizar como era a paisagem dessa parte da cidade em meados do século passado, como também interage com o discurso de Alcântara (2003) quando se refere a isolamento e afastamento:

Hoje, quando ouço falar em Bairro do Renascença como referência de endereço do Asilo de Mendicidade, dou-me conta de que a cidade se expandiu açambarcando o velho casarão e mudando seu endereço. Outrora, da porta de nossa casa no bairro do Jenipapeiro, esse casarão era a única edificação vista do outro lado do Rio Anil, em meio ao manguezal e árvores frutíferas. No entorno da cidade de São Luís tínhamos dois lugares de segregação de pessoas e de visitas aos domingos. O “leprosário” - do outro lado do rio Bacanga, e o Asilo de Mendicidade – do outro lado do Rio Anil. Aliás, era no Tamancão, do outro lado do Bacanga, que se estocavam pólvora, gasolina e outros produtos “perigosos”. Tudo do outro lado do rio para que a cidade não corresse risco. Quanto ao Asilo de Mendicidade, todos os domingos pela manhã uma lanchinha transportava famílias de visitantes que retornavam à tarde. Havia lá um frondoso pomar, o que também tornava a visita mais interessante. Na verdade, acho que eram poucos os parentes e amigos dos velhos internos. Seu Domingos Borges, velho amigo de meu pai, era o administrador do asilo. Ele era um exímio taxidermista. Quase que fazia viver os animais empalhados em seu pequeno museu, outra atração do lugar. Nunca me esqueço de um tubarão-lixia enorme no meio da sala. Do lado de fora, havia um gavião real – vivinho - dentro de uma grande gaiola. De vez em quando ele se lançava contra a tela, na tentativa de atacar quem estava próximo, por certo considerando essas pessoas responsáveis pela sua prisão. Felizmente nunca houve nenhum acidente com uma senhora bem velhinha que frequentemente era vista rezando para esse gavião real, considerado por ela o próprio Divino Espírito Santo. (Informação verbal).

Hoje, existe a ponte⁷⁵ que facilita o acesso ao Asilo que depois de 93 anos mantém o mesmo nome de quando da sua inauguração e também o mesmo Regulamento (1919). Conforme esse regulamento, a instituição tem como proposta prestar assistência às pessoas de ambos os sexos: “Art. 2º O Asylo de Mendicidade tem por fim recolher todos os mendigos de ambos os sexos, que lhe forem enviados pelos poderes competentes, e àquelles que espontaneamente o procurarem”.

Faz referência ainda, das condições exigidas pelo Asilo⁷⁶ para abrigo e que a instituição era para mendigos e não exclusivamente para velhos

⁷⁴José Murilo Moraes dos Santos. Professor do Departamento de Artes Visuais/UFMA, em conversa sobre o Asilo de Mendicidade. São Luís. 2010.

⁷⁵Em fins da década de 1960, o crescimento da construção civil, a inauguração do Porto do Itaqui e a substituição da velha rede de esgoto do centro da cidade implantada nos anos de 1920, não alteraram tanto a feição de São Luís quanto duas ações governamentais - a barragem e a ponte – que romperam os limites naturais impostos pelos rios Anil e Bacanga, para a expansão da cidade, deixando o centro histórico entre dois braços: ao norte, em direção às praias e a sudoeste, **parte pouco habitada** e menos aprazível, com possibilidade de ocupação periférica. (LACROIX, São Luís do Maranhão: corpo e alma, 2012, p. 534).

⁷⁶Fazia parte da Diretoria do Asilo, em 1919: - Severo Angelo de Souza, presidente; Edmundo José Fernandes, 1º vice; Vitor R. Viana, 2º vice; Francisco R. Bastos e Francisco Souza, 1º e 2º secretários; José P. Bastos,

Parágrafo 1º: Não serão asyladas as pessoas que, gosando bôa saúde, exercerem a mendicancia por mero vicio ou ociosidade [...] Art.4º Em hyphotese alguma, serão aceitos mendigos que sofrerem das faculdades mentais, morphea, lepra, tuberculose, ulceras ou outra qualquer moléstia contagiosa. (REGULAMENTO, 1919).

O Jornal Pacotilha (1919) torna público o nome dos primeiros asilados com suas respectivas idades a fazer parte daquele novo estabelecimento da cidade:

Asilados que já conta o nôvo estabelecimento: José Fernandes Rosa, com 101 anos, casado, africano; Argentina Machado, com 35 anos, viuva, maranhense; Gaudencia Souza, com 36 anos, solteira, maranhense; Francisco Antonio Souza, com 90 anos, viuvo, cearense; Marcelino Macedo, com 49 anos, solteiro, maranhense.

Vale observar que no início do século passado, o tempo de vida média era de 45,5 anos de idade. Atualmente, o tempo médio de vida, conforme censo 2010 é de 73,4 anos. No asilo encontram-se 27 asilados, sendo 14 mulheres e 13 homens, na faixa etária entre 74 e 101 anos.

Aquela instituição responsável por acolhê-los e suprir suas necessidades básicas, conta com uma equipe pequena de profissionais contratados: enfermeiro, educador físico, secretária, apoio administrativo e serviços gerais. Conta também, com o apoio de voluntários: médico, dentista, nutricionista, psicólogo, farmacêutico, assistente social e massoterapeuta.

Para sua manutenção, o asilo conta ainda com doações por parte de empresas e da comunidade. Além disso, o asilo é aberto para visita de escolas e mantém parcerias com universidades tornando-se campo de estágio para acadêmicos, que possibilitam contato dos internos com outras pessoas.

Posto isso, para uma maior compreensão da população pesquisada acredita-se ser importante descrever seu perfil socioeconômico baseado em dados e informações obtidos em documentos e entrevistas com equipe técnica do asilo.

Quadro 1- Dados levantados.

DISTRIBUIÇÃO DOS RESIDENTES QUANTO AO SEXO			
SEXO	QUANTIDADE		%
MACULINO	13		48
FEMININO	14		52
TOTAL	27		100

DISTRIBUIÇÃO DOS RESIDENTES QUANTO A SITUAÇÃO DE MORADIA ANTERIOR			
MORADIA ANTERIOR	M	F	%
COM SEUS FAMILIARES	8	8	59
SOZINHO	3	4	26
COM CONHECIDOS	-	1	4
NÃO INFORMADO	2	1	11
TOTAL	13	14	100

DISTRIBUIÇÃO DOS RESIDENTES QUANTO AO MOTIVO DO INTERNAMENTO			
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO	M	F	%
IMPOSSIBILIDADE DE ASSISTÊNCIA POR PARTE DA FAMÍLIA	4	7	40
INICIATIVA PRÓPRIA	1	0	4
INEXISTÊNCIA DE FAMILIARES	1	6	26
NÃO INFORMADO	7	1	30
TOTAL	13	14	100

DISTRIBUIÇÃO DOS RESIDENTES QUANTO AO GRAU DE INSTRUÇÃO			
GRAU DE INSTRUÇÃO	M	F	%
ALFABETIZADOS	4	3	26
ANALFABETOS	0	1	4
NÃO INFORMADO	9	10	70

DISTRIBUIÇÃO DOS RESIDENTES QUANTO A NATURALIDADE			
NATURALIDADE	M	F	%
SÃO LUIS	4	5	33
OUTROS MUNICÍPIOS	3	2	19
OUTROS ESTADOS	3	1	15
NÃO INFORMADO	3	6	33

DISTRIBUIÇÃO DOS RESIDENTES QUANTO AS NECESSIDADES FÍSICAS			
CONDIÇÕES FÍSICAS	M	F	%
NECESSIDADE DE APOIO	8	12	74
SEM NECESSIDADE DE APOIO	2	1	11
NÃO INFORMADO	3	1	15

DISTRIBUIÇÃO DOS RESIDENTES QUANTO À SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA			
SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	M	F	%
APOSENTADOS	11	12	85
PENSIONISTA	0	1	4
NÃO INFORMADO	2	1	11

DISTRIBUIÇÃO DOS RESIDENTES QUANTO AO CONTATO COM A FAMÍLIA E OU RESPONSÁVEL			
CONTATO IDOSO/FAMÍLIA	M	F	%
MANTEM CONTATO	8	5	48
NÃO MANTÉM CONTATO	4	8	44
NÃO INFORMADO	1	1	8

DISTRIBUIÇÃO DOS RESIDENTES QUANTO AO ESTADO CIVIL			
ESTADO CIVIL	M	F	%
SOLTEIRO	4	3	26
CASADO	-	-	0
VIÚVO	2	3	18
SEPARADO	3	-	11
NÃO INFORMADO	4	8	45

DISTRIBUIÇÃO DOS RESIDENTES QUANTO A FAIXA ETÁRIA			
FAIXA ETÁRIA	M	F	%
71 A 80	4	4	29
81 A 90	5	9	51
91 A 100	4	-	16
101 A 110	-	1	4
NÃO INFORMADO	-	-	-

DISTRIBUIÇÃO DOS RESIDENTES QUANTO AO TEMPO RESIDÊNCIA NO ASILO			
TEMPO DE RESIDÊNCIA	M	F	%
MENOS DE 1 ANO	1	-	4
1 A 5 ANOS	3	5	29
6 A 10 ANOS	4	6	37
11 A 15 ANOS	4	2	22
16 A 20 ANOS	1	-	4
MAIS DE 20 ANOS	0	1	4
NÃO INFORMADO	-	-	0

6.1 A fotografia e a velhice: memórias re (veladas) no Asilo de mendicidade de São Luís

Um encontro com imagens. Imagens mentais guardadas por alguns anos e que vieram à tona por meio de uma imagem fotográfica. Foi o que me levou ao reencontro com aquele ambiente asilar. Não são mais os mesmos indivíduos que se encontram lá, porém possuidores das mesmas características: as rugas inscritas no corpo, pois é o corpo físico que se torna a morada das rugas – representação simbólica da velhice.

Retornar ao Asilo de Mendicidade em busca de memórias, tendo como instrumento de pesquisa, a fotografia. Hipoteticamente, acreditou-se que cada idoso que ali se encontra, possuísse um acervo fotográfico que o acompanhou no momento do trânsito casa-asilo.

Mas será mesmo que naquele momento de saída de seu ambiente familiar para o asilo, houve oportunidade de levar alguma(s) fotografia(s) que servisse(m) como memória visual?

Para suscitar essas questões houve a necessidade de investigação dessa situação de trânsito junto aos internos. Assim, esse momento da pesquisa teve como objetivo verificar qual a relação que os idosos mantêm com essas imagens. Para tanto, foi imprescindível descobrir aqueles com função mental e memória preservada a fim de que pudessem dialogar e narrar fatos sobre as imagens.

Objetivando dar início a pesquisa de campo, realizou-se contato com a Direção do Asilo onde se apresentou a proposta do trabalho para autorização da mesma.

A pesquisa de campo permitiu estudar as características de um determinado grupo: sexo, procedência, nível de escolaridade, estado e saúde física e mental. Iniciou-se um trabalho de observação, em que se acompanhou o dia a dia dos internos tentando com isso, uma aproximação. Esse procedimento mostrou-se relevante, pois permitiu identificar aqueles com função cognitiva comprometida, em vista insigne que “o processo de envelhecimento desencadeia o aumento de limitações de ordem biológica, em decorrência de fatores de natureza genética e ambiental”. (NERI, 2001, P. 143).

Dessa forma, 14 internos não puderam ser entrevistados, pois já não possuem domínio da fala, inviabilizando o diálogo com eles. Nesse caso, mesmo que imagens existam em seu acervo pessoal, não se teve contato com elas, impedindo o acesso a alguns instantes do passado daqueles indivíduos. Portanto, não se tendo informações a respeito do referente que originou as possíveis fotografias, fica guardado na memória dos seus possuidores (dos internos), restando assim, uma imagem perdida sem identificação, sem identidade.

Realizaram-se entrevistas com 6 mulheres e 8 homens. Levou-se em consideração a obtenção de dados a partir do depoimento dos pesquisados: os asilados que permitiu conhecer um pouco sobre eles. Não se restringiu a investigação aos dados colhidos nos relatos orais, sempre comparando com informações de outros suportes empíricos, como os dossiês e dados ratificados pelos profissionais do asilo.

De acordo com os relatos dos entrevistados, foi possível fazer a identificação da existência das fotografias, mas um acervo bem mais reduzido do que se imaginava.

Das 6 mulheres, somente 2 possuem fotografias trazidas por elas. Quanto aos 8 homens, apenas 1 possui imagens fotográficas. Mesmo esse reduzido número de imagens, oportunizou-se conhecer o que eles mantêm enquanto memória fotográfica como uma forma de manter viva as lembranças de determinado momento da vida..

A existência de um restrito número de imagens de seu acervo fotográfico nos dá resposta à pergunta feita: será que naquele momento de saída de seu ambiente familiar para o asilo, faltaram-lhe oportunidade de levar algum álbum que servisse como memória visual? Conforme depoimento de D. Conceição (2012), o fato de não terem fotos no asilo não significa que não tiveram contato com elas: “[...] tirei, mas não ‘tá’ comigo. Perdi minhas coisas, meus retratos, minhas fotos”.

Outro entrevistado, Seu Raimundo não tinha uma relação próxima com a câmera fotográfica nem com o ato de tirar foto. Ao perguntar se trouxera fotografias para o asilo, respondeu: “[...] não, não. Num trouxe nada. Nem costumava tirar foto”. Não possuindo, dessa forma, o vestígio de algum momento de sua vida, cristalizado em imagens fotográficas.

Como eles se encontram morando no asilo, implica dizer que de alguma forma houve o rompimento com a família, pelos menos no que concerne a moradia⁷⁷. Mesmo nessas circunstâncias, as imagens visuais tornam-se fonte de informações e material acessível para que as outras pessoas possam visualizar determinado momento da história de vida deles. É iminente, naquele ambiente, a necessidade de manter viva as lembranças.

Assim, nesse processo de visualização das fotografias, percebe-se que comunicam algo ou alguma coisa. Para aqueles velhos, as imagens visuais fazem alguma referência ao passado. A busca pela reconstituição de parte do passado daqueles indivíduos que vivem em instituto de longa permanência.

⁷⁷ culturalmente associa-se o estar no asilo à ideia de isolamento, mas que deve ser relativizada, pois segundo Debert (1999 apud Alcântara, 2003) o fato dos velhos não morarem com seus membros familiares não significa necessariamente uma condição de abandono ou isolamento, assim como também morar com os filhos nem sempre expressa prestígio, respeito e satisfação, pois, muitas vezes, o sentimento de solidão e o desprezo são verificados, dentro do ambiente familiar.

Esse exercício de ativar a memória individual pelas fotografias fornecidas pelos próprios informantes, funciona como detonador de memória (NERI, 2001). Assim, a verdadeira essência da memória humana está no fato dos seres humanos serem capazes de lembrar ativamente com a ajuda de signos, nesse caso, a fotografia.

Conforme Aumont (1993), tem-se a partir da imagem dois níveis de narratividade: aquele que se inscreve na imagem única, processo codificado em uma cena, e aquele que se situa na ordenação sequencial das imagens fotográficas no interior do álbum fotográfico. No caso das fotografias encontradas durante a pesquisa, identificam mais com a imagem única.

Foram essas poucas imagens que se conseguiu chegar ao conteúdo apresentado a seguir:

a) Dona Lourdes Silva

Nascida em 1925. Em 2012 completou 87 anos. É a que tem menos tempo de internação: 1 ano.

Nascida em São Luís, sempre morou com os pais. Seu pai era despachante do Tesouro e sua mãe, dona de casa. Não casou, não teve filhos. Seu sonho era ser freira.

No seu imaginário, o Asilo é a casa de uma amiga da sua irmã: “Essa semana, minha irmã [...] me deixou passando uns dias aqui [...] a família que mora aqui é amiga da minha irmã e hoje é Domingo de Ramos”. (Essa entrevista foi realizada em fevereiro de 2012). Seu discurso revela o seu vínculo com a religião católica. Ela costuma participar das missas realizadas no asilo.

Segundo informações que constam em seu dossiê, sua irmã já é falecida.

Dos momentos que estive com ela na tentativa de entrevistá-la para saber sobre a existência de fotografias, D. Lourdes sempre manifestava rejeição em estar no asilo: “Não, não me lembro [...] Estou passando só uns dias aqui”. O seu discurso sempre repetitivo e, a sua narrativa sempre negando sua situação de asilada.

E ao perguntar se no trânsito casa para asilo trouxe fotografias suas ou de sua família, respondeu: “Eu tenho as fotos dos meus pais”, o que demonstra a forte relação com seu núcleo familiar. Ela afirma que acompanhou seus pais até o último momento de vida deles.

Foto 2 – Mãe de D. Lourdes.
Fonte: Arquivo Pessoal.



Foto 3 – Pai de D. Lourdes.
Fonte: Arquivo Pessoal.



Segundo ela, são as únicas fotografias que possui naquele ambiente asilar: de seus pais já na fase da velhice. Hoje, D. Lourdes com 87 anos, carrega consigo esses retratos, de pessoas que deixaram de existir, mas que, em imagens continuam existindo: documentais afetivos que perpetuam a memória. Os personagens retratados envelheceram e morreram, mas a fotografia sobreviveu. É o que nos afirma (KOSSOY apud SAMAIN, 2005, p. 44): os assuntos nela registrados atravessam os tempos e são hoje, vistos por olhos estranhos, em lugares desconhecidos.

Após o desaparecimento físico do referente que as originou, são os elos documentais afetivos que perpetuam a memória. As fotografias, em geral, sobrevivem ao seu escamoteamento, funcionando como mecanismo de lembrar. Um atestado de presença (BARTHES, 1984), nesse caso, da presença dos pais de D. Lourdes.

Ao revelar que as imagens são de seus pais, expressando bastante alegria, comunica a ideia de pertencimento, de fazer parte de um grupo, ter referência e endereço certo: a família Silva.

Foto 4 – Porta Retrato (Meus pais).
Fonte: Arquivo Pessoal



As duas fotografias se encontram em um porta-retrato simbolizando a união dos seus pais, já que não existe a imagem deles reunidas em uma única. Ela mesma fez questão de segurar o porta-retrato no momento de fazer seu registro, como que celebrando um encontro entre eles: mãe, pai e filha.

b) Dona Rosária Mendonça

Nascida em 1925, completou 87 anos. Tem 6 anos de residência asilar.

Ludovicense, mas morou 52 anos no Rio de Janeiro. Construiu sua história de vida naquela cidade. Ficou viúva no Rio, razão pela qual retornou a São Luís. Casada por duas vezes, não teve filhos. Uma senhora muito animada, cheia de energia; o próprio ritmo de vida que levava no Rio revela isso: “[...] saía, passeava muito, por tudo quanto é lugar, os aniversários, o Rio todo. No Rio tem muito lugar bonito pra ver, tem o corcovado. Lá eu fazia hidroginástica, eu fazia caminhada. Tinha uma vida muito boa”.

Ao perguntar sobre fotografias, informa a do seu segundo casamento, que trouxe para o asilo e mantém no quarto: “Tiramos, tiramos. La perto da minha cama, na parede tem a foto do meu casamento. Do segundo”.

Foto 5 – Enlace matrimonial.
Fonte: Arquivo Pessoal.



A fotografia faz parte das lembranças que, segundo ela, foi a melhor época de sua vida, na Cidade Maravilhosa. Sente muita falta do marido, e se ele estivesse vivo, ela ainda estaria morando no Rio de Janeiro.

Eu odeio o azar de ter voltado pra cá. A besteira que me faz raiva de ter saído do Rio. Me arrependi demais de ter voltado pra São Luís. Eu “num” gosto daqui. Nasci aqui mas me criei no Rio. Aqui é tudo atrasado, morei 52 anos num lugar como o Rio que é tudo adiantado. Perdi meu marido no Rio, fiquei meio desorientada e vim pra morar com uma sobrinha [...] Aí, eu falei com minha prima e ela me falou daqui. Eu nunca morei tanto tempo em São Luís como no tempo que eu “tô” aqui. Eu pedi pra minha prima: me leva lá, se eu gostar... Aí... Eu “tô” aqui “né”? (Relato oral).

Aquela imagem, que representa a cerimônia religiosa, marca um momento importante da sua vida. Enquanto modalidade particular de reprodução do real, a imagem torna-se veículo importante de acesso às representações do mundo visível. Assim, através da fotografia descobre-se que o objeto, embora ausente, poderia ser representado eternamente. É neste *tempo de representação*, que perpetua a memória na longa duração, com os ponteiros petrificados, que temos a memória sempre disponível; uma possibilidade consistente de recuperarmos o fato (KOSSOY, 2005, p. 35). E manter aquela imagem fotográfica na parede próxima à cama de D. Rosária é a possibilidade de lembrar diariamente daquele importante momento da sua vida.

c) Seu Lauro Ferreira

Nascido em 1913, na Rua da Misericórdia. Trabalhava por conta própria: “Trabalhei na Camboa, trabalhei na firma Francisco Aguiar, trabalhei na firma... Numa firma carioca!”.

Reside no asilo há 14 anos. Aos 99 anos, encontra-se cadeirante e cego. Segundo ele, seu casamento não durou muito tempo: “[...] casei por uns dias... E abandonei!” (risos).

Foi iniciativa do seu Lauro morar no asilo: “[...] Porque eu quis. Vivia em casa com a família, eu bebia muito! Meu caso era beber! E por causa dessa bebida foi que eu vim pra cá, que a minha irmã era mais velha do que eu dez anos, me passava muito carão. E eu vivia injuriado, caí fora! [...] Ela já é morta”.

Ao lhe perguntar se trouxe fotografia para o asilo: “Tem... ‘tá aí’ na parede!”

Foto 6 – O retrato.
Fonte: Arquivo pessoal.



A fotografia é do próprio depoente, quando jovem. Seria então, a imagem na fase da juventude que ele gostaria de eternizar? É essa a relação que ele mantém com a imagem? Na verdade, resta sempre o arbítrio, que só o homem tem, de auto-analisar-se. (BOSI, 1977, p. 165).

Em pleno século XXI “[...] existem à nossa volta mais imagens que solicitam nossa atenção”. (SONTAG, 2004, p. 13). As pessoas carregam consigo novos aparelhos de captura de imagens (aparelhos celulares, notebook, etc.) e as proliferam em questão de segundos para o mundo virtual, habitando as redes sociais, os “novos modelos de álbuns fotográficos”. Como Sontag (2004) afirma: “Hoje, tudo existe para terminar numa foto”.

Mas nas primeiras décadas do século passado, quando S. Lauro era jovem, o acesso à câmara fotográfica e à fotografia era bastante restrito. Eram poucas as câmeras fotográficas e poucos também, os fotógrafos.

Assim, a imagem pode ser um modo da presença que tende a suprir o contato direto e a manter, juntas, a realidade do objeto em si e a sua existência em nós. O ato de ver capta não só a aparência da coisa, mas alguma relação entre nós e essa aparência: primeiro e fatal intervalo. Nesse caso, entre a juventude e a velhice. Da *coexistência* de tempos que marca a ação da memória: o agora refaz o passado e convive com ele. (BOSI, 1997), revelando o quadro da (de) semelhança: S. Lauro ontem e S. Lauro hoje. Toda foto testemunha a dissolução implacável do tempo. (SONTAG, 2004). Aquela figura humana, o referente, que é a prova de que aquele momento aconteceu, continua existindo e, alguns anos depois, encontra-se morando no Asilo.

Mas, seu Lauro ainda tem história para contar.

Ele acrescentou mais experiências à sua vida dentro do asilo, onde teve uma namorada: “Neide... é essa mesmo! (risos) [...] Faz muito tempo, muito tempo [...] Gostava dela... Ô se gostava!”.

Essa é a Dona Neide, na companhia de S. Lauro. Entrou no asilo em 1998.

Foto 7 – Encontro de vidas.
Fonte: Asilo de Mendicidade.



Foi-se em busca de informações sobre esse relacionamento vivenciado no ambiente asilar. E com a ajuda dos profissionais foram encontradas fotos do Seu Lauro e Dona Neide nos arquivos do Asilo, tendo o(s) fotógrafo(s) a preocupação de deixar registrada aquela história de encontro de vidas.

Nesse caso, “[...] as fotos não explicam, constatam” (SONTAG, 2004, p. 16) que o episódio aconteceu pelo menos três vezes, tendo os dois como assunto (Kossoy, 2007) e/ou referente (Barthes, 1984).

Foto 8 – Festividade
Fonte: Asilo de Mendicidade



Foto 9 – Festividade
Fonte: Asilo de Mendicidade



Foto 10 – Festividade
Fonte: Asilo de Mendicidade



O assunto remete a uma festa de aniversário: chapéu de papel, bolo, refrigerante. Tem como cenário o Asilo de Mendicidade confirmando que o encontro aconteceu naquele lugar. E em comum, a presença dos dois na imagem, simbolizando união, companheirismo, compartilhando data(s) importante(s) ou comemorável(eis).

Encontraram-se as imagens do Seu Lauro e D. Neide nos arquivos do Asilo que contam parte dessa história vivida. D. Neide hoje falecida, se tornou parte das lembranças do seu Lauro. Momentos de companheirismo foram compartilhados, evidenciando que se pode ainda viver sentimentos de amor, carinho e amizade, em detrimento da idade.

Ao lhe perguntar: estando no asilo o que mais recorda? De toda sua trajetória de vida o que o senhor mais gosta de lembrar? Ele responde:

Já fui novo, hoje estou velho.
Já gozei a mocidade.
Já tive vários amores, todos eles foram mal.
Hoje eu vivo triste e abandonado,
Fazendo serenata
Nas noites de luar.

Ouviu? (ouvi!) Gostou? (gostei! O senhor pode repetir?). Não... (risos)

Entre as mulheres que conheço
A única que não me esqueço
Para esquecer me deixou
O nome dela eu não digo
Não quero ter inimigo
Não quero sentir remorso
Por mais que me ausente
Ela não me sai da mente
Eu gosto dessa mulher
Para não cometer um desatino

Vou partir sem ter destino
 Para outra cidade qualquer
 Nesse samba eu digo tudo que sinto
 Juro por Deus eu não minto
 Eu gosto dessa Mulher
 Pra não cometer um desatino
 Vou partir sem ter destino
 Para outra cidade qualquer
 Nesse samba eu digo tudo que sinto
 Juro por Deus eu não minto
 Eu gosto dessa Mulher
 Pra não cometer um desatino
 Vou partir sem ter destino
 Para outra cidade qualquer
 Nesse samba eu digo tudo que sinto
 Juro por Deus que não minto
 Eu gosto dessa Mulher.

O senhor tem mais aí? Eu vou citar essa aqui:

Vêm mulheres deslumbrantes que choram
 Que deliram sobre sua porta
 Vem ver a lua como vem serena e bela
 Vem ver as nuvens como o vento corta
 Tu te assinas como Maria Rosa
 Mas o teu nome é somente Maria
 Que para longe eu vou fazer morada
 Quando eu estiver no alto mar
 Que a saudade de ti me faz lembrar

Além dessas imagens, achou-se oportuno apresentar duas imagens referentes a momentos vivenciados dentro do asilo, no caso, memórias mais recentes. São lembranças que levam à compreensão de que mesmo com a ruptura dos laços familiares, é possível recomeçar, conhecer novas pessoas e iniciar novos relacionamentos.

d) Edeleina Sousa

Mais conhecida como Diloça. Com 90 anos é a mais antiga moradora do asilo. Tem 27 anos de asilada desde 1985 quando tinha 63 anos. Antes, morava com sua mãe no Sacavém, bairro periférico de São Luís. Não casou, não teve filhos. Sua irmã é cozinheira e trabalha na França.⁷⁸

Ao perguntar sobre fotografia, relata que “[...] não trouxe nenhuma foto da família”, mas tem a do casamento dela, realizado no próprio asilo: “Casei aqui no asilo”.

Em 1993, oito anos depois que Diloça chegou ao Asilo, S. Adelino Cintra sse torna novo morador, aos 79 anos de idade. Hoje, aos 99 anos e tem 19 de Asilo.

Esta é a fotografia do dia do casamento realizado em 2011: a pequena igreja localizada no asilo, ornamentada com fitas e balões brancos e vermelhos. Em primeiro plano

⁷⁸ Segundo informações em dossiê a sua irmã já é falecida.

o casal olhando para o padre e, em segundo plano os colegas-moradores que testemunharam a celebração.

Figura 11: Festa de casamento
Fonte: Arquivo pessoal



Essa foi a imagem que Dona Edeleina fez questão de lembrar. Antes de ir morar no Asilo, “[...] morava com minha mãe, minha mãe morreu. Morei com a minha tia...”. O casamento veio se concretizar no asilo. Mesmo ela morando na ala feminina e ele na ala masculina, D. Edeleina tem orgulho em mostrar sua aliança, na mão esquerda, que simboliza sua união com S. Adelino.

Nesse encontro com as imagens fotográficas guardadas por pessoas na sua velhice vivenciando a experiência de ambiente asilar, fez-se perceber uma relação entre a fotografia e sua própria existência. São essas fotografias que continuam com eles evidenciando reminiscências, isto é, uma fatia do tempo: sua, de seu pai, de sua mãe, de seu marido, de um amor, de encontro de vidas que foi possível realizar no asilo, mas “[...] momento privilegiado que as pessoas podem guardar e olhar outras vezes” (SONTAG, 2004, p. 28), proporcionando lembranças ancilantes à continuação da caminhada da vida, demonstrando, desta maneira, que a vida em suas múltiplas dimensões existenciais, jamais estará relegada à ínfima condição.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pela memória de outros. De um tipo específico de pessoas: aquelas que sobreviveram ao rompimento familiar e moram no Asilo de Mendicidade, e que segundo Moragas (1997), esse processo de internação leva a uma “morte social”, já que esta, muitas vezes, restringe os contatos sociais dos residentes com o exterior e rompe os seus laços sociais habituais.

Assinalou-se na introdução que hipoteticamente, acreditava-se que todos os internos eram possuidores de fotografias de seu acervo pessoal no momento do seu deslocamento de casa para o asilo.

A própria circunstância em que se deu esse momento na vida desses asilados (cada qual de forma particular), levou-se a compreender que muitos não tiveram oportunidade de se preparar para essa “mudança”, muito menos, tiveram tempo de escolher imagens fotográficas para partir com eles. Por isso, ao longo do desenvolvimento da pesquisa teve-se que trabalhar com o reduzido material, mas que proporcionou, ainda, conhecer uma parte de vida, do passado daqueles indivíduos, cristalizados em forma de imagem fotográfica.

Buscou-se em teóricos citados neste trabalho, uma fundamentação em defesa da fotografia enquanto sistema de signos, cujo propósito é ratificá-la enquanto representação do real.

O encontro do velho e do processo de registro de imagem resultou em subsídios para reconstituição de suas próprias memórias. Assim, o rastro indicial gravado na fotografia possibilitou a constatação da existência do assunto: o “isso aconteceu” uma vez que a foto leva sempre seu referente consigo. (BARTHES, 1984). Portanto, um fragmento do real.

A fotografia foi o recurso exploratório dessas memórias e que viabilizou a aproximação com os internos.

Permitiu a revisitação ao passado, seja ele mais longínquo ou mais recente, provocado pelos exames de imagens e de dados que elas puderam oferecer.

Essa pesquisa permitiu conhecer o acervo fotográfico dos velhos que se encontram asilados, descobrir alguns poucos instantes de vida que foram congelados através daquelas fotografias. Buscou-se no tempo presente indivíduos que alcançaram a velhice e que guardam em sua memória outro tempo. Assim, vivenciou-se uma experiência de adentramento a um pouco dessa história refém do passado sob a perspectiva de trazê-la para outro tempo: tempo de agora.

Percebeu-se a importância da fotografia para esse tipo particular de pessoas para os quais também a imagem mantém uma relação com o passado e a comprovação de que aquilo aconteceu. Assim, constatou-se que a imagem fotográfica é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções. E que ao ser revisitada desperta sentimentos variados, próprios do ser humano. E as pessoas representadas naquela imagem, embora ausentes tornaram-se perenes.

Esse trabalho validou um dos papéis da fotografia: o de memória. E também, confirma que a imagem vem comunicar o que representa aquelas pessoas na vida do asilado.

No primeiro contato visual, ao vê-los sentados estáticos, um ao lado do outro, sem conversas, na maior parte do tempo do seu cotidiano... Aquele cenário velava as imagens guardadas, que fazem parte do que foi construído na vida de cada indivíduo, ou o que restou de sua história de vida.

Têm-se consciência que as entrevistas e as fotografias aqui apresentadas, revelariam outras discussões socioculturais, e, a própria amplitude temática, despertando tantos outros questionamentos que os não foram explorados nesse trabalho, bem como de reflexões necessárias a respeito dos temas: velho, velhice e envelhecimento, num momento em que a longevidade é uma realidade latente. E, não se sabe ainda quais caminhos percorrer para atender as necessidades dessa demanda: somos 18 milhões acima de 60 anos e dentre alguns anos, alguns de nós estaremos fazendo parte dessa estatística se conseguirmos alcançar essa fase da vida.

Envelhecer não é simplesmente o galgar dos anos. O envelhecimento é uma experiência heterogênea que varia de acordo como cada um organizar seu curso de vida, a partir de suas circunstâncias históricas, das confluências e interações entre fatores genéticos e ambientais.

Adentrando estes espaços ao longo deste trabalho, foi possível, portanto, perceber a tão importante e necessária tarefa da fotografia em ação que, por sua vez, muito mais quer registrar. Ela registra, revive e refaz todo um caminho de memória que só então, afirma o real sentido da vida.

Novos olhares poderão permear este trabalho. Vontade de ajustes e acertos não faltará, já tão necessários para novos desdobramentos no futuro.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. **Velhos institucionalizados e Família:** entre abafos e desabafos. Campinas: Editora Alínea, 2004.
- ALMEIDA, Vera Lúcia Valsecchi de. Modernidade e Velhice. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez Editora, n. 75, set. 2003.
- Anita Liberalesso Neri (Org). **Desenvolvimento e envelhecimento:** perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Campinas : Papirus, 2001.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Rio de Janeiro. Forno Universitária, 2004.
- AUMONT, Jacques. **A imagem.** Campinas: Papirus, 1993.
- BACHELARD, Gaston. **Epistemologia.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- BARTHES, Roland. **A câmara clara:** nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BEAUVOIR. Simone de. **A velhice.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória:** ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERZINS. Marília Anselmo Viana da Silva. Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez Editora, n. 75, set. 2003.
- BOBBIO, Norberto. **O tempo da memória:** de senectude e outros escritos autobiográficos. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2009.
- BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia.** São Paulo: Cultrix, 1977.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade:** lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória:** ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Constituição de 1998**. Brasília: Senado, 2011.

BRASIL. Decreto nº1948, 3/7/1996. **Consolidação da Política Nacional do Idoso**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei Nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União de 08.12.93.

BRASIL. **Lei Nº 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em 14 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 810, de 22 de setembro de 1989**. Disponível em: <http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/cidadania/geido/legislacao/portaria_810_89.asp>. Acesso em 10 ago. 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.htm>. Acesso em 10 ago. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 1.948, de 03 de julho de 1996**. Disponível em: <<http://www.cressdf.org.br/2006/6/22/Pagina40.htm>>. Acesso em 10 ago. 2012.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005**. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/atos_normativos/legislacao-anitaria/estabelecimentos-de-saude/atencao-ao-idoso/RES_283.pdf>. Acesso em 09 jun. 2007.

BRASIL. **Lei Nº 8.648 de 20 de abril de 1993**. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/l8648.html>. Acesso em 22 abr. 1993.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para prática de serviço. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_intrafamiliar8.pdf>. Acesso em 26 jul. 2011.

BRUNO, Fabiana. **Retrato da Velhice um duplo percurso**: metodológico e cognitivo. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls00031772>>. Acesso em 5 nov. 2012.

BRUNO, Fabiana; SAIMAN, Etienne. Imagens de velhice, imagens da infância: formas que se pensam. **Cadernos Cedes**, n. 68, jan./abr. 2006, p. 21-38.

CAMARANO, A. A; PASSINATO, M. T. **Envelhecimento, Pobreza e proteção social na América Latina**. Rio de Janeiro: IPEA. Disponível em: <http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_eixos/8.pdf>. Acesso em 12 ago. 2012.

CAMARANO, A. A. **Envelhecimento da população brasileira**: uma contribuição demográfica. Disponível em: <http://www.desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0858.pdf>. Acessado em 12 ago. 2012.

CANHOTO, Ana. **Mendigo entre o Sagrado e o Profano**. Portugal: ISCTE, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: arte de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CICERO, Marco Tulio. **Saber envelhecer e a amizade**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

CHRISTOPHE, Micheline. **Instituições de Longa Permanência para Idosos no Brasil: uma opção de cuidados de longa duração?** 2009. 178f. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais). Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2009.

COLLIER, John. **Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa**. São Paulo: EPU-USP, 1973.

CONNOR, Seven. **Cultura Pós-Moderna: introdução às teorias do contemporâneo**. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2004.

DEBRAY, Régis. **Vida e morte da imagem: uma história do olhar no ocidente**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DIFUSÃO EUROPÉIA DOS LIVROS. **Platão**, São Paulo, vol. 1, 1965.

DONDIS, Donis. **Sintaxe da linguagem visual**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DORNELLES, Beatriz. **Investindo no envelhecimento saudável**. Porto Alegre: EDIPURCRS, 2003.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papirus, 1993.

DUBY, Georges. **História da Vida Privada 2: da Europa feudal à Renascença**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ECO, Umberto. **História da Beleza**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **História da Feiura**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado por uma filosofia do design e da comunicação**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **Historia da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FREDERICO, Celso. **Lukács: um clássico do século XX**. São Paulo: Moderna, 1997.

FREIRE-MAIA, Newton. **A ciência por dentro**. Petrópolis: Vozes, 1991.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever aprendendo a pensar**. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. **A interpretação do eu na vida cotidiana**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

_____. Erving. **Manicomios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GLUSBERG, Jorge. **Arte da Performance**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da Velhice**. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 1970.

IANNI, Octávio. **Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

JANSON, H. W. **Iniciação a história da arte**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. 11. ed. São Paulo: Papirus, 2006.

KARSCH, Ursula M. Cuidadores familiares de Idosos: parceiros da equipe de saúde. **Serviço Social & Sociedade**, n. 75. São Paulo: Cortez, 2003.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____. Boris. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

_____. Boris. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. **Revista brasileira de História**, n. 49, 2005. p. 35-42, 2005.

_____. Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **São Luís do Maranhão: corpo e alma**. São Luís, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Cláude, SPIRO, M. GOUGH, K. **Polémica sobre el origen y la universalidad de la familia**. Barcelona: Anagrama, 1976.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. **A invenção social da velhice**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1987.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. **Memória de velhos, Depoimentos: uma contribuição à memória oral da cultura popular maranhense**. São Luís: LITHOGRAF, 1997.

MARTINS, José de Sousa. **Sociologia da Fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARQUES, César Augusto (1826-1990). **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. 3. ed. São Luis: Edições AML, 2008.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2005.

NERI, Anita Liberalesso. **Envelhecer num país de jovens: significados de velho e velhice segundo brasileiros não idosos**. Campinas São Paulo: Editora da Unicamp, 1991.

NIETZACHE, Friedrich Wilhelrn. **Sobre verdade e mentira**. São Paulo: Hedra, 2008.

NOVAES, Joana V. De Cinderela a Moura Torta. **Revista Interações**, n.8, 2003, p. 9-36.

NÖTH, Winfried. **Panorama da Semiótica: de Platão a Peirce**. São Paulo: Annablume, 1995.

ONDINA, Fachel Leal (Org). **Corpo e significado: ensaios de antropologia social**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

SAMAIN, Etienne. **O fotográfico**. São Paulo: Editora Senac São Paulo. 2005

SANTAELLA, Lúcia. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SANTAELLA, LUCIA; NÖTH, Winfried. **Imagem: cognição, semiótica e mídia**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. SP. Cortez, 1999.

SANTOS, J. B. dos; SANTOS, M. Sales da Costa. Família monoparental brasileira. **Revista Jurídica**. out. 2008 a jan. 2009. v. 10, n. 92. Brasília. 2008.

SHIMODA, Flávio. **Imagem Fotográfica**. Campinas: Editora Alínea, 2009.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA. **Manual de Funcionamento para Instituição de Longa Permanência para Idosos**. São Paulo: SBGG, 2003.

SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FALCÃO, Deusivania Vieira da Silva; CARVALHO, Isalena Santos. Idosos e Saúde Mental: demandas e desafios. In: FALCÃO, Deusivania V. da S; ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de. **Idosos e saúde mental**. Campinas: Papirus, 2010.

VERAS, Renato. Transformações demográficas e os novos desafios resultantes do envelhecimento populacional. In: MINAYO, MCS; COIMBRA J.R, (Orgs). **Crítica e Atuante: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina (on line)**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 5 set. 2012.

XIMENES, Maria Amélia; CÔRTE, Beltrina. A instituição asilar e seus fazeres cotidianos: um estudo de caso. In: Autoria? **Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento**. Porto Alegre, v. 11, p. 29-52, 2007.

Apêndice A – Roteiro da entrevista realizada no Asilo de Mendicidade de São Luís

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
MESTRADO INTERDISCIPLINAR CULTURA E SOCIEDADE
LINHA DE PESQUISA: EXPRESSÕES E PROCESSOS SOCIOCULTURAIS

Nome:

ANO DE NASC:

IDADE:

ANO DE INGRESSO:

(obs: informações fornecidas através do banco de dados existente no Asilo de Mendicidade)

ENTREVISTA

- 1) Qual seu nome?
- 2) Qual sua idade?
- 3) O (A) Senhor (a) é daqui de São Luís?
- 4) Estudou até que série?
- 5) É casado?
- 6) Tem filhos?
- 7) Se for casado: Na época de seu casamento lembra se tiraram fotos? Tem álbum? Trouxe para cá?
- 8) Morava onde antes de vir para cá?
- 9) Quanto tempo O (A) Senhor (a) está morando aqui?
- 10) Foi iniciativa sua? Por que o senhor quis vir para cá?
- 11) Como é sua convivência aqui?
- 12) O (A) Senhor (a) participa das atividades: físicas, das comemorações etc?
- 13) Estando aqui no Asilo de Mendicidade o que o (a) Senhor (a) mais recorda? De toda sua trajetória de vida o que o senhor mais gosta de lembrar?
- 14) O (A) Senhor (a) trouxe fotografias suas ou de sua família?